

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“UM VOTO PELO AMOR DE DEUS”:
RELIGIOSIDADE CRISTÃ E POLÍTICA
MONTES CLAROS 2000 A 2004**

ALESSANDRO DE ALMEIDA

ALESSANDRO DE ALMEIDA

**“UM VOTO PELO AMOR DE DEUS”:
RELIGIOSIDADE CRISTÃ E POLÍTICA
MONTES CLAROS 2000 A 2004**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof^o. Dr. Antônio de Almeida

UBERLÂNDIA – MG

MARÇO/2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg / 03//06

A447v Almeida, Alessandro de, 1978-
“Um voto pelo amor de Deus”: religiosidade cristã e política ;
Montes Claros - 2000 a 2004 / Alessandro de Almeida. -
Uberlândia, 2006.
125f. : il.
Orientador: Antônio de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uber-
lândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Religião e política - Montes
Claros (MG) - Teses. I. Almeida, Antônio de. II. Universida-
de Federal de Uberlândia. Programa de PósGraduação em História.
III. Título.

CDU: 930.2:316

ALESSANDRO DE ALMEIDA

**“UM VOTO PELO AMOR DE DEUS”:
RELIGIOSIDADE CRISTÃ E POLÍTICA
MONTES CLAROS 2000 A 2004**

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Antônio de Almeida – INHIS/UFU (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Christina da Silva Roquette Lopreato – INHIS/UFU

Prof^o. Dr. Noé Freire Sandes – UFG

Dedico essa dissertação a Edwirgens, Júlia, Iolanda, Regina e a minha mãe e todos meus amigos que no decorrer das investigações, sempre souberam me ajudar de forma direta ou indireta, entendendo o envolvimento e a relevância desse trabalho para mim.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Antônio de Almeida pelas eficazes orientações que contribuíram decisivamente para a construção desta dissertação.

Aos professores que desde a graduação possibilitaram discussões, indicações e apoio incondicional a pesquisa. Estes são: Dr. Regina Célia Lima Caleiro (em especial); Dr. Márcia Pereira da Silva e Ms. Laurindo Mékie Pereira que completou seu mestrado também pela Universidade Federal de Uberlândia.

Aos professores do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, tendo um destaque especial para os membros envolvidos com a linha de pesquisa “Política e Imaginário”. Ainda acerca dos professores do programa, agradeço particularmente aos professores que ministraram as disciplinas concluídas por mim, dando contribuições decisivas para a pesquisa, estes foram: Dr^a Cristina da Silva Roquette Lopreato, Dr^a Jacy Alves de Seixas, Dr. Paulo Almeida, Dr^a Rosangela Patriota e Dr^a Maria de Fátima.

Aos colegas de graduação e de mestrado que foram fundamentais com seus incentivos, críticas e apoio incontestes a nossa prática investigativa. Dentre estes mais que colegas e então amigos, destacaram-se: Edeilson Matias, Alysson Luis Freitas de Jesus, Fábio Antunes e o Carlão.

A minha família, sobretudo Edwrigens (esposa), Júlia (filha), Zilda (mãe) e Iolanda, além dos demais familiares que conseguiram compreender a escolha de ser pesquisador, conseguindo fortalecer-me com o conforto afetivo familiar. Minas ausências foram compreendidas, transformando-se em força para o desenrolar da pesquisa.

Aos membros da Prefeitura, Câmara Municipal, Conservatório Lourenço Fernandes, jornais e Centro Cultural de Montes Claros e todos que disponibilizaram fontes para a pesquisa, entendo o compromisso científico do trabalho.

E a “Deus” personagem que em diversos aspectos foi fundamental para a investigação, haja vista, a abrangência da funcionalidade de seu poderio imagético para as práticas sociais e da crença neste poder que nos fortaleceu.

RESUMO

Desde o início de nossas investigações, o uso das religiões cristãs pelos candidatos a cargos políticos despertou-nos a atenção e fundamentou o problema inicial para o desenvolvimento da presente pesquisa. Após recolhimento de fontes, tais como panfletos, “santinhos”, cartas de pedidos, atas da Câmara Municipal, entrevistas, entre outros, percebemos que tal prática era marcante na campanha de vários candidatos. A partir de então ampliamos o foco das nossas perguntas e dos nossos questionamentos, pois se era perceptível que os candidatos utilizam comumente a religião como uma forma de conquista do voto, passou a ser igualmente importante perceber como os representantes do clero e lideranças religiosas percebiam tais práticas. Mais do que isso, tornou-se imprescindível compreender também a reação da população, especialmente dos eleitores, diante desse quadro.

No caso das lideranças religiosas cristãs, constatamos que o apoio das Igrejas Católicas e Evangélicas se dava de forma explícita. Em relação aos eleitores, observamos ao pesquisar os arquivos de 2000 a 2004 da Câmara Municipal de Montes Claros que, de fato, a população demonstrava ser agente das relações políticas que, mais do que nunca, estavam em disputa. Em algumas correspondências endereçadas aos membros do legislativo os seus signatários demonstraram que não aceitam passivamente as problemáticas que irrompem do cotidiano e, desta forma, buscam resolver seus problemas exigindo dos candidatos constantemente seus direitos. Interessante foi notar que, na maioria absoluta das “cartas de pedidos” recolhidas, comumente os cidadãos usam também a linguagem religiosa cristã com o intuito de conseguir realizar seus anseios; geralmente um pedido de emprego. Nesse parâmetro, a partir da análise da documentação acima citada, a questão central da dissertação foi perceber em lugares e eventos políticos da cidade a presença da Religião, ou de religiões as quais, a exemplo de outros contextos e temporalidades históricas da humanidade, serviram para justificar, explicar, modificar, ou manter práticas sociais. Em outras palavras, a linguagem religiosa, geralmente tem sido utilizada na busca de resoluções para problemas sociais. Essa disputa encontra-se situada nas diferentes problemáticas que norteiam os objetivos de políticos, instituições religiosas e os demais cidadãos que constroem a História desta cidade.

Nesse sentido, esta pesquisa teve como principal objetivo perceber como se deu a utilização da Religião ou da linguagem religiosa cristã nas disputas políticas que tiveram lugar no município de Montes Claros entre os anos de 2000 a 2004, compreendendo o período eleitoral e o exercício dos mandatos dos candidatos eleitos.

RESUMEN

Desde el inicio de nuestras investigaciones, el uso de las religiones cristianas por los candidatos a cargos políticos nos despertó la atención y fundamentó el problema inicial para el desarrollo de la presente investigación. Tras el recogimiento de fuentes, tales como panfletos, cartas de pedidos, actas de la Cámara Municipal, entrevistas, entre otros, percibimos que tal práctica era marcado en la campaña de varios candidatos. Desde entonces ampliamos el foco de nuestras preguntas y de nuestros cuestionamientos, pues se era perceptible que los candidatos utilizan comúnmente la religión como una forma de conquista del voto, pasó a ser igualmente importante percibir como los representantes del clero y liderazgos religiosos percibían tales prácticas. Además, se volvió imprescindible comprender también la reacción de la población, especialmente de los electores, delante de ese cuadro.

En el caso de los liderazgos religiosos cristianos, constatamos que el apoyo de las Iglesias Católicas y Evangélicas se daba de forma explícita. En cuanto a los electores, observamos al investigar los archivos de 2000 a 2004 de la Cámara Municipal de Montes Claros que, de hecho, la población demostraba ser agente de las relaciones políticas que, más que nunca, estaban en disputa. En algunas correspondencias enviadas a los miembros del legislativo sus signatarios demostraron que no aceptan pasivamente las problemáticas que irrumpen del cotidiano y, de esta forma, buscan resolver sus problemas exigiendo de los candidatos constantemente sus derechos. Interesante fue notar que, en la mayoría absoluta de las “cartas de pedidos” recogidas, comúnmente los ciudadanos usan también el lenguaje religioso cristiano con el objetivo de lograr realizar sus anhelos; generalmente un pedido de empleo. En ese parámetro, desde el análisis de la documentación arriba citada, la cuestión central de la disertación fue percibir en lugares y eventos políticos de la ciudad la presencia de la Religión, o de religiones las cuales, a ejemplo de otros contextos y temporalidades históricas de la humanidad, sirvieron para justificar, explicar, modificar, o mantener prácticas sociales. En otras palabras, el lenguaje religioso, generalmente ha sido utilizado en la búsqueda de resoluciones para problemas sociales. Esa disputa se encuentra ubicada en las diferentes problemáticas que nortean los objetivos políticos, instituciones religiosas y los demás ciudadanos que construyen la Historia de esta ciudad.

En ese sentido, esta investigación tuvo como principal objetivo percibir como se dio la utilización de la Religión o del lenguaje religioso cristiano en las disputas políticas que tuvieron lugar en el municipio de Montes Claros entre los años de 2000 a 2004, comprendiendo el período electoral y el ejercicio de los mandatos de los candidatos electos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1	
Atores sociais, práticas e concepções político-religiosas: a teledramatização da política	38
 CAPÍTULO 2	
“Onde houver dúvida que eu leve a fé”: fé no voto ou voto de fé ?	78
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
 FONTES.....	109
 BIBLIOGRAFIA	111
 ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

“Se eu ousar catar na superfície de qualquer manhã as palavras de um livro sem final, sem final ... Valeu a pena. Sou pescador de ilusões” (música Pescador de Ilusões – O Rappa).

Partindo do pressuposto de que o voto e a fé são popularmente interpretados como possibilidades para que os indivíduos aspirem por dias melhores, nossa proposta de investigação procura discutir as relações estabelecidas entre a religiosidade cristã e as práticas políticas na cidade de Montes Claros, analisando a ambiência político-religiosa montesclarenses que circunda o espaço temporal marcado pelos anos de 2000 a 2004, compreendendo o momento eleitoral ocorrido em outubro de 2000 e os mandatos dos políticos eleitos naquele pleito. Tal proposta remeteu-nos ao estudo da atuação dos membros do legislativo e do executivo no período referido, bem como dos anseios e expectativas populacionais em relação ao desempenho dos mesmos. Desta forma, a análise da documentação contida tanto na propaganda eleitoral quanto nos arquivos da Câmara de vereadores e da Prefeitura Municipal da cidade de Montes Claros, assim como nos arquivos pessoais dos candidatos, possibilitou-nos fundamentar nossa discussão em um período que se estende das eleições realizadas em 2000 até 2004.

Ao longo do trabalho procuramos compreender a cidade de Montes Claros no contexto da realidade brasileira, no qual muitos agentes políticos por vezes se apegam à Religião e à religiosidade para justificar seus posicionamentos. Com efeito, percebemos que na história política contemporânea, justificativas religiosas são comumente utilizadas para fins políticos. São exemplos os recentes conflitos envolvendo cristãos e muçulmanos, que alguns analistas políticos chegam a entender como uma “terceira guerra mundial”, ou a recente reeleição presidencial nos Estados Unidos, sobretudo no que ela representa de apoio da população norte-americana às práticas de George W. Bush contra o povo iraquiano. Ainda sobre a postura do presidente norte-americano, em um ensaio publicado pela revista *Veja*, Roberto Pompeu de Toledo aborda um tema que tem preocupado historiadores ocupados com as questões políticas da atualidade, especialmente no que tange à Religião e à religiosidade utilizadas para fins políticos. O ensaísta destaca que, como justificativa para

a guerra contra o Iraque, o presidente norte-americano usou do maniqueísmo religioso, denominando-se representante do Bem contra os iraquianos, representantes do Mal. Neste contexto, Toledo esclarece que o conceito teológico de carisma remete “ao dom extraordinário e divino concedido a um crente ou grupo de crentes”. Portanto, é por meio do artifício político-religioso do carisma que George W. Bush deteve o apoio dos norte-americanos para a declaração de Guerra contra o Iraque, alegando que os iraquianos (sobretudo Sadam Hussein) eram mulçumanos terroristas e por isso uma ameaça ao território norte-americano e à segurança mundial. Diante dessa conjuntura, Roberto Pompeu de Toledo confirma as mesmas questões que têm suscitado as reflexões de historiadores, filósofos, cientistas políticos e sociais:

Eis o ponto a que chegamos, 200 anos depois do triunfo das Luzes e da afirmação da idéia da separação da Igreja e Estado: a maior das potências embrenha-se por uma senda onde política é religião, e religião é política. Osama bin Laden não acha outra coisa¹.

Ainda a eleição para a presidência dos Estados Unidos ocorrida em 2004, em meio a esta “senda onde política é religião, e religião é política”, o colunista do NYTimes, Maureen Dowd, afirmou que as íntimas relações entre Igreja e Estado deveriam ser entendidas como positivas, pois excelentes idéias cristãs como “*não julgue para não ser julgado*” ou “*ame o seu vizinho*” deveriam ser a tônica da política norte-americana. Porém, relata que os conservadores evangélicos, que apoiaram a candidatura de George W. Bush, estavam longe de almejam a tolerância e o perdão. Dowd cita o trecho de um relato de Bob Jones, 3º. presidente de uma Faculdade fundamentalista que tem o seu nome, onde este afirma:

Na sua reeleição, Deus permitiu graciosamente que os Estados Unidos -- embora o país não o merecesse-- fossem poupados da agenda do paganismo"(...). "Coloque a sua agenda no fogo e deixe-a queimar. Você não deve nada aos liberais. Eles te desprezam porque desprezam o seu Cristo².

¹ TOLEDO. Bush, o procurador de Deus. **Revista Veja**, São Paulo, p. 114. mar. 2003.

² DOWD. Pior da religião deve contaminar política dos EUA, **The New York Times**, New York, nov. 2004. Disponível em: <http://antonini.psc.br/urls33/pages/the_new_york_times.htm>. Acesso em 15 out. 2005.

Percebe-se neste entrecruzar político-religioso das eleições norte-americanas que a intolerância religiosa e o fundamentalismo não são atributos peculiares de líderes políticos mulçumanos, sendo fato corrente também no mundo Ocidental. Do Ocidente ao Oriente, mesmo em contextualizações diferentes, a recorrência ao recurso religioso por lideranças políticas é prática comum, utilizada das mais variadas maneiras. Assim, o campo religioso pode ser utilizado tanto para fundamentar guerras e conflitos, como para construir no imaginário coletivo as bases de fortalecimento e legitimidade da imagem de determinados agentes políticos, por meio, sobretudo, dos recursos simbólicos que fundamentam a maior parte da propaganda contida nos discursos.

No dia 02 de abril de 2005 o mundo tomou conhecimento do falecimento do Papa João Paulo II. Em meio aos preparativos e às cerimônias que marcaram seu funeral, o corpo exposto do Papa ficou rodeado de personalidades políticas de todo o mundo, inclusive de fundamentalistas orientais e ocidentais. Desse modo, é perceptível que o apoio da simbologia cristã pode ser um fator decisivo para os políticos fortalecerem sua imagem perante o mundo. Na contemporaneidade é marcante o fato de que as disputas simbólicas e imaginárias encontrem nos meios de comunicação de alta tecnologia um recurso importante para a propagação das imagens. Recursos como televisão, computadores ou mesmo jornais, revistas, dentre outros, são fundamentais para a propagação da figura do *“bom ato político”*, como o da visita ao Papa, por lideranças famosas como Fidel Castro, George Bush, Bill Clinton, George W. Bush, Luis Inácio Lula da Silva, este último acompanhado de todos os presidentes da Nova República brasileira pós-Regime Militar, com exceção de Fernando Collor de Mello. Interessante que, além dessas personalidades, outras lideranças político-religiosas orientais e o próprio Fernando Henrique Cardoso, que já havia dado entrevistas se dizendo ateu, fizeram questão de visitar os funerais de João Paulo II.

Outro fator interessante para pensarmos a influência da simbologia cristã que tomou conta dos noticiários no mês de abril de 2005 foi a escolha do novo Papa através da votação dos cardeais no Conclave. As tradições cristãs, marcada pela *“famosíssima”* fumaça branca, foram reafirmadas com a eleição de Bento XVI, um cardeal considerado conservador. Toda esta ambiência político-religiosa, divulgada pelos modernos meios de comunicação, sem dúvida embasam nossa discussão que é perceber as relações entre a

política e a religiosidade e o poder da propaganda eleitoral, que utiliza o discurso cristão para a fundamentação do poder político.

Por isso mesmo, ao procurar refletir sobre os acontecimentos que circundam o momento eleitoral e o exercício dos mandatos políticos em Montes Claros, referentes ao período de 2000 a 2004, partiu-se desse entendimento, que pressupõe uma interação entre esse município e o contexto global para melhor compreensão dos apelos políticos apoiados no sagrado, que permeiam os conflitos simbólicos.

Neste sentido, o objetivo central deste trabalho é procurar perceber as ressonâncias do recurso religioso na ambiência política montesclareense, tanto do ponto de vista dos políticos eleitos em 2000, quanto da perspectiva de eleitores que integram diferentes organizações religiosas cristãs, sejam eles ativos ou não, no interior dessas organizações. Assim, por meio da utilização de diferentes tipos de documentação (oral, escrita e visual) e do diálogo com a bibliografia escolhida, intentamos perceber como se dá a problemática relação entre a religiosidade cristã e a política em Montes Claros, no período proposto.

Atendo-nos ao apanágio do ofício, uma obra cara à nossa investigação é *Apologia da História ou ofício de Historiador*, de Marc Bloch. Nela, um dos principais pontos destacados pelo autor é o “*método regressivo*”, em que o historiador preocupado em compreender a história como processo, deve procurar relacionar o presente ao passado e “vice-versa”, pois este diálogo pode contribuir para a compreensão do objeto em análise. Dessa forma o autor afirma que o “presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício do historiador: ‘compreender o presente pelo passado’ e, correlativamente, ‘compreender o passado pelo presente’”³.

Neste contexto, buscamos entender, na eleição montesclareense, a utilização do discurso político-religioso e da simbologia cristã para o sucesso eleitoral e para os mandatos dos eleitos, na medida em que a recorrência a tais recursos simbólicos é um fato comum nas relações políticas no decorrer da História. Outro ponto relevante é que “embora dê mais atenção ao coletivo do que ao individual, Marc Bloch não deixa por isso de fazer do indivíduo um dos pólos de interesse da história”⁴. Esta é uma das preocupações

³ BLOCH, MARC. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 25.

⁴ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 22.

presentes neste trabalho, ou seja, procurar compreender as manipulações por parte da máquinas eleitorais no campo das representações, sobretudo as de caráter político-religioso, demonstrando até que ponto as individualidades fazem parte do imaginário social ou coletivo. Dito de outra forma, o importante é compreender que os indivíduos e suas inúmeras particularidades não estão dissociados das práticas que visam à manipulação das massas e que estes se fazem presentes como agentes históricos do município montesclarenses, uma vez que muitos dos apelos proferidos pela população, assemelham-se à maneira como os políticos utilizam da religião ou religiosidade para suas finalidades políticas. Acreditamos, assim como Bloch, que ao propormos a discussão sobre questões político-religiosas nas eleições em Montes Claros, situando tal debate no tempo presente, estamos entendendo a atualidade como suscetível de análise também para o historiador. Dessa forma deixamos de considerar tais estudos como específicos de outros campos do saber, tais como o jornalismo, a sociologia, a economia e outros⁵.

Ainda no diálogo com Marc Bloch, destacamos um momento importante quando o autor analisa a relevância de se estudar as crenças cristãs:

Ora, a fidelidade a uma crença é apenas, com toda evidência, um dos aspectos da vida geral do grupo no qual esta característica se manifesta. Ela se situa no nó onde se misturam um punhado de traços convergentes, seja de estrutura social, seja de mentalidade. Ela coloca em suma todo um problema de clima humano⁶.

Na proposta de se estudar esse entrelaçamento entre religião e política, nossa pesquisa procura perceber como a fé religiosa pode consolidar, ou mesmo contribuir, para a legitimação do poder político, além de servir também como recurso popular para a concretização de anseios particulares dos eleitores. Nesse sentido, Marc Bloch destaca que as crenças no toque sagrado e curativo dos reis na França e na Inglaterra, no século XII, ganharam popularidade e foram, sem dúvida, uma das principais fontes de sustentação de inúmeros reinados, onde o sentido de fidelidade religiosa, assim como em nossa análise, balizava o poder político. Assim, as crenças cristãs populares contribuíam por meio de rituais e mitificações para a consolidação da figura positiva do líder. Conforme afirma o autor: “Mas em sua luta contra o conceito de realeza sagrada, solidamente enraizado nas

⁵ BLOCH, Marc, *op. cit.*, p. 22.

⁶ *Ibid.*, p. 58.

almas, os reformadores fracassaram. A longa popularidade dos ritos curativos deve ser considerada o efeito e a prova do insucesso dos reformadores”⁷. Considerando evidentemente os perigos do anacronismo, nosso argumento procura sustentar que, em relação ao objeto aqui estudado, tanto no momento das eleições como nas relações políticas cotidianas da Câmara Municipal e da Prefeitura de Montes Claros, a utilização e a presença das crenças religiosas cristãs são também um importante ponto de análise. Ou seja apesar do contexto bastante diferente é possível parafrasear Marc Bloch para afirmar que “a solidificação e enraizamento de crenças político-religiosas nas almas existe”⁸ e é um lugar para a análise.

Para a compreensão da funcionalidade da religião na sociedade, Emile Durkheim presta-nos importantes contribuições esclarecendo que diante dos diversos e controversos conceitos de religião, o investigador deve compreendê-la como uma “*coisa eminentemente social*”. Dessa forma, procura estudar as representações religiosas como um reflexo da realidade coletiva, ou seja, a religião como expressão das representações coletivas tem o poder de produzir “uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas idéias e sentimentos”⁹. Esse poderio, exercido pela religião, ou mesmo por sua linguagem, quanto utilizada pelos agentes sociais é uma noção que permeia o cerne de nossas discussões. Com o intuito de definir religião o autor ainda destaca que, como esta surge da necessidade humana, de crédulos ou incrédulos, de criar representações das coisas que vivemos, a definição da mesma deve pautar-se na realidade que a define, ou seja, não existe uma definição fixa para religião, os elementos que a exprimem fazem parte da realidade ou forma como aparecem nas diferentes sociedades. Nesse sentido o autor afirma que:

... uma religião não se reduz geralmente a um culto único, mas consiste em um sistema de cultos dotados de certa autonomia. Essa autonomia, por sinal, é variável. Às vezes, os cultos são hierarquizados e subordinados a um culto predominante, no qual acabam inclusive por ser

⁷ BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 188

⁸ Ibid., p. 148.

⁹ DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. XXIII. (Coleção Tópicos).

*absorvidos; mas ocorre também estarem simplesmente justapostos e confederados*¹⁰.

Em meio à “autonomia” Durkheim destaca ainda que em algumas definições simplistas e positivas de religião os elementos que a constituem, como o sagrado, a divindade e o sobrenatural, foram muitas vezes mal colocados pelos pensadores que se propuseram a definir religião. Dessa forma, criou-se ou inventou-se uma falsa idéia que separa a racionalidade da noção de forças religiosas quando, segundo o autor, as noções religiosas servem exatamente para explicar o que as coisas têm de constante e regular e não o que possuem de irracional ou inexplicável. Nessa perspectiva de primitivismo de mentalidade, referente aos fatos sociais representados pelos religiosos, o autor afirma:

*... o legislador pode criar uma instituição do nada por uma simples injunção de sua vontade, transformar um sistema social em outro, assim como os crentes de tantas religiões admitem que a vontade divina criou o mundo do nada ou pode arbitrariamente transmutar os seres uns nos outros. No que concerne aos fatos sociais temos uma mentalidade ainda de primitivo*¹¹.

E é nesses fatos sociais que se encontra a experiência das forças religiosas que para Durkheim é a própria experiência das forças coletivas e sociais que compõe a autoridade moral de uma sociedade. Nessa perspectiva, os ritos e símbolos das repúblicas democráticas pluralistas possibilitam o surgimento da denominada religião civil, pois, segundo o autor, esta agrega características inerentes à noção de religião, na medida em que procura demarcar por meio da moral o controle social, apoiando-se em incentivos a ritos, cerimônias e rituais como as demais religiões. Em nosso trabalho demos uma atenção especial ao ritual cívico do sufrágio universal que caracterizado no Brasil pela obrigatoriedade, incita a cada quatro anos um confronto de disputas simbólicas marcadas pela sugestão de resolução de problemas sociais, geralmente mal resolvidos pela administração anterior. Nesse espaço entre problemas sociais e perspectiva de mudança suscitada por ritos cívicos é que encontramos um lugar interessante para o preenchimento de tal lacuna realizado pela utilização das crenças cristãs.

Acerca do sufrágio universal a historiadora Letícia Bicalho Canêdo afirma:

¹⁰ DURKEIM, Émile, **op. cit.**, p. 18.

¹¹ *Ibid.*, p. 8.

Proclamado fundamento da ordem democrática, o sufrágio universal e direto é, hoje, considerado o único meio capaz de exprimir o assentimento coletivo, de produzir vereditos soberanos e de assegurar a alternância política.

Entretanto, embora a prática do sufrágio universal seja um objeto de intensa valorização simbólica, pouco se conhece sobre a forma pela qual foi imposta como princípio de legitimidade de ação política e, ao mesmo tempo, como princípio de organização da atividade das democracias ocidentais. (...) o voto, antes de ser uma prática codificada e normalizada, foi objeto de uma luta visando impor uma representação dominante da expressão política. A indiferença que cercou o aniversário de 150 anos de sua proclamação, completados em 1998, demonstra bem a frágil atenção dada pelos estudiosos às formas de apropriação de suas práticas e às condições que as tornaram possíveis¹².

É a respeito “das formas de apropriação de suas práticas” e das lutas simbólicas presentes no ambiente político montesclarenses nos anos de 2000 a 2004 que se intenta discutir a relação entre política e religião cristã nesta cidade.

Ainda acerca dos estudos que procuram definir religião, Robert Crawford em sua obra *O que é Religião?* divide o estudo das religiões geralmente em duas vertentes de definições. Uma denominada como substantiva onde ele “procura destacar traços fundamentais de uma religião como a crença em Deus”¹³ e outra funcional que destaca a influência e o papel da Religião na sociedade. O autor esclarece que existem definições das mais diversas para o termo, fundamentadas em abordagens e posicionamentos particulares distintos nas diversas áreas. A partir de então, o autor tece comentários interessantes para pensarmos nosso objeto, sobretudo fundamentado na análise sociológica e histórica. Nesse sentido, ele destaca, por exemplo, que na perspectiva marxista a “religião endossa o status quo, levando os pobres a aceitarem a desigualdade de que são vítimas, e ensina que o poder dos capitalistas foi dado por Deus”¹⁴. Em contrapartida, na perspectiva weberiana, ele enfoca a religião e sua funcionalidade como arma de resistência e mudança. Estas duas noções serão importantes para a compreensão da proposta central do segundo capítulo, referente à união inconstitucional do político com a religião por meio da utilização da simbologia e da linguagem religiosa cristã, além do fato de que os cidadãos e participantes da política montesclarenses também utilizaram o mesmo recurso, buscando realizar seus

¹² CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 11.

¹³ CRAWFORD, Robert. **O que é religião?** Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 16.

¹⁴ Ibid., p. 17.

intentos. Outro conceito interessante exposto pelo autor, diz respeito ao nascimento da religião a partir das tragédias humanas, discussão que permeia os dois capítulos desta dissertação. Por fim, preocupado com a funcionalidade da religião nas sociedades pluralistas e globalizantes atuais, o autor revela:

Hoje a religião está florescendo em escala mundial. Por exemplo: nos Estados Unidos a maioria dos americanos acreditam em Deus e verifica-se um ressurgimento do fundamentalismo religioso. Acreditam numa volta à tradição, à certeza, à comunidade, a santificação da política e do compromisso, e opõe-se à modernidade caracterizada pelo relativismo, pelo individualismo e pela burocracia. A religião não ficou fora da política, mas apoiou movimentos libertários para abolir a injustiça e exerce influência em escala mundial¹⁵.

Ancorados na idéia de crença exposta pelo autor, foi possível perceber, em Montes Claros, a utilização de salmos, provérbios e diversos apelos à religiosidade por parte dos políticos, nos veículos de comunicação, propiciando uma ambiência ou clima humano, onde a busca de traços convergentes encontra no recurso religioso um campo interessante. Isso, mesmo diante das individualidades e particularidades do eleitorado que são, muitas vezes, “feridas” pela invasão da mídia, sobretudo quando são veiculados apelos religiosos na propaganda eleitoral obrigatória, discussão que pretendemos enfatizar nos capítulos subsequentes.

Em relação à propaganda destacamos dois aspectos que consideramos igualmente importantes: a utilização da simbologia cristã como instrumento de conquista do eleitorado por um lado, e, por outro, a credibilidade que os indivíduos atribuem a esses recursos simbólicos, tanto na condição de receptores, quanto na de atores políticos que buscam a realização de seus anseios. Ainda a este respeito, procuramos conjugar a documentação oficial com documentos pessoais de vereadores arquivados nas Secretarias da Prefeitura, onde a população desejando melhor sua condição social faz pedidos aos membros do legislativo e do executivo. Outra documentação importante, que dará subsídio às nossas investigações, são as entrevistas com depoimentos de prefeitos, vereadores, líderes comunitários, líderes religiosos e eleitores de maneira geral.

¹⁵ CRAWFORD, Robert, **op. cit.**, p. 16.

Com o intuito de discutir problemáticas que constituem a ambiência política montesclarenses na eleição e nos mandatos dos políticos eleitos, buscamos recolher fontes variadas como “santinhos”, panfletos, discursos dos candidatos, cartas de pedidos feitas pelos cidadãos e entrevistas com políticos e com pessoas da comunidade montesclarenses. Desse modo, trabalhamos com um *corpus* documental que possui fontes escritas, iconográficas e orais. Não acreditamos que o entrecruzar destas fontes nos dará respostas “verdadeiras”, mas cremos que “quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça para atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunho muito diversos em sua natureza”¹⁶.

No que diz respeito aos apelos religiosos contidos na propaganda eleitoral, em que pese a sua modernidade estética, seja em termos de conteúdo, seja de plasticidade, não se trata de algo recente. Ainda em meio à crise da Idade Média e proliferação dos ideais renascentistas, a Igreja Católica procura um meio de proliferar sua fé. Dessa forma, a valorização de imagens de santos vem combater os ideais reformistas de não cultuar imagens, reafirmando os dogmas católicos. Outro aspecto interessante é que a imagem criada dos santos, muitas vezes, absorvia as crenças pagãs, na medida em que muitos santos demonstravam características regionais e grupais que faziam com que o homem, mesmo com seu pensamento racional, individual e antropocêntrico, percebesse a “nova Igreja Católica” como uma representante de seus valores, materializados na imagem canonizada. Ressalta-se ainda que, detentora do poder de canonização, a Igreja Católica procuraria manter o controle social, fortalecendo o imaginário católico. Assim, mesmo diante do questionamento sobre o Deus que abençoa e também condena, feito pelos renascentistas e, posteriormente, pelos iluministas, os santos serviam como intermediadores de Deus, pois eram representantes das crenças populares, e como tal, agradavam os interesses da população e impedia conflitos. Obviamente que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação na modernidade, passou a ser comum a utilização de “santinhos”. Com a crise das dinastias absolutistas e a ascensão das democracias pluralistas, gradativamente os políticos passaram a adotar a prática de divulgar a suas imagens e seus feitos em propagandas realizadas por meio dos “santinhos”, material divulgado principalmente nas “festas eleitorais” tidas como democráticas. Assim, o eleitor e o voto laico, mesmo que

¹⁶ BLOCH, Marc, **op. cit.**, p. 80.

constitucionalmente instituídos pelas leis racionais, comungam em sentido com o voto de fé que as pessoas depositavam nos santos. Os políticos, a partir de então, em muitos casos utilizaram-se desta crença para a consolidação de suas imagens, sabendo que o momento do voto constitucional das democracias pluralistas é especial em termos de suscitar as esperanças, uma vez que o imaginário encontra-se em efervescência. Então talvez, seja conveniente utilizar Deus onipotente e eles no lugar dos santos seriam os mediadores e representantes da divindade maior. Porém, neste caso eles são muito mais protegidos do que protetores da figura divina, até porque não são raros os casos em que os políticos se apresentam para a população como verdadeiros “santinhos”. Para além de tais evidências, da parte do pesquisador torna-se necessário perceber também, como constatado em Montes Claros, que a população nem sempre assiste passiva a tal situação, dessa maneira a tentativa de produção de sentido e de construção de imaginários sociais comporta sempre uma gama variada de possibilidades na qual não há espaço para exclusivismos ou homogeneidades.

Preocupados com o manejo e análise de nossa documentação, uma das primeiras providências foi definir os procedimentos para lidar com as fontes que deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, concordamos com Jacques Le Goff quando afirma que “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento especializado para este uso (...)”. Segundo Le Goff, atualmente a discussão prioritária da História ultrapassa a idéia de veracidade ou falsidade documental, marcante sobretudo no século XIX, transferindo seu foco para o problema e para a crítica. Neste sentido, o autor considera que o documento escrito atualmente também pode ser considerado um monumento, ou seja

*a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade de sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos **neutra** do que sua intervenção. O documento não é inócuo. (...) No limite não existe um documento verdade. Todo documento é mentira, cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo*¹⁷.

¹⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**: Memória e História. Lisboa: Antroposomem, 1989. p. 95.

Nesta perspectiva de que a documentação possui sempre uma intencionalidade cabe ao historiador (não neutro) analisar e criticar suas fontes, sejam elas institucionais ou não. Até porque, como constata Le Goff, elas serão sempre “falsas” no sentido de que são uma montagem, uma construção na perspectiva de quem as “produziu” e, ao mesmo tempo, “verdadeiras” no sentido de que permitem, mediante a crítica, ser tomadas como “testemunhos” para o conhecimento da realidade. Dessa forma ao trabalharmos com nossa documentação sabemos que, em muitos casos, podemos lidar com falsificações ou mentiras, mas introduzi-las em nosso trabalho pode-nos trazer, excepcionalmente, testemunhos sobre as relações e disputas políticas que permeiam a sociedade montesclarenses. Com esta posição que considera a ampliação das fontes e análise crítica como características fundamentais para a História, Marc Bloch considera que exatamente por trás da impostura é possível se localizar o impostor. Por isso mesmo devemos fazer falar as nossas testemunhas, pois, independentemente de suas mentiras ou enganos, elas fazem parte da História e cabe ao historiador criticar tais documentos ou registros.¹⁸

Uma questão interessante em nossa pesquisa é que, a análise da documentação audio-visual, referente ao Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, trouxe-nos inquietação. Tal inquietude era proveniente do fato de que, com o desenvolvimento tecnológico, seria fundamental que pensássemos na importância de tais recursos para a propaganda eleitoral e, por conseguinte, para as disputas simbólicas que encontram, sobretudo, na propaganda televisiva um lugar interessante para a análise. Nesse sentido, recorremos a Pierre Bourdieu como um dos referenciais para a discussão sobre a utilização política dos recursos audiovisuais, mais especificamente quando esse autor procura descortinar o que está por trás dos programas jornalísticos, além de destacar a importância de tal recurso para as disputas simbólicas no campo do político. Assim o autor afirma que além da sociologia “(...) todas as ciências têm por função desvendar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela (sociologia) pode contribuir para minimizar a violência simbólica que exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia”¹⁹. Ainda acerca da utilização do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita como fonte, sabemos que o recurso audiovisual e as imagens produzidas pela sociedade e em nosso caso pelos políticos são, na atualidade,

¹⁸ BLOCH, Marc, **op. cit.**, p. 98.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 20.

um importante recurso que, proveniente da modernização dos recursos de comunicação, acaba por ser uma documentação “nova” que vem norteando vários estudos historiográficos. Com efeito, não há como deixar de reconhecer que essas novas linguagens que permeiam as disputas políticas e as relações sociais são importantes para a nossa análise, seja no campo da divulgação de símbolos, com vistas às conquistas políticas ou em relação à recepção.

O interesse teórico sobre o fenômeno televisivo há décadas vem sendo demonstrado. Desde os anos 1950, estudiosos como Marshall McLuhan procuram analisar a televisão como produtora de “alienação”. Tal proposta, apesar de aparentemente “ultrapassada”, é importante para pensarmos a propaganda política televisiva, na medida em que, claramente, é interesse do político o sucesso eleitoral. O poder de conquista fez parte dos primeiros estudos sobre a televisão, mas em nosso caso entendemos que se tal intuito não visa alienar, no mínimo, almeja uma conquista para o voto, onde o poderio de sedução imaginária da televisão é inegável.

Ao manejarmos nossa documentação, outra inquietação importante para o desenvolvimento do trabalho refere-se respectivamente à recepção e aos recursos de dominação simbólica utilizados pelos políticos na propaganda eleitoral. Neste sentido surgiram as seguintes problemáticas: até que ponto os hábitos e costumes dos montesclarenses estão circundados pelas crenças cristãs? Qual a importância dos modernos recursos de comunicação para a busca do voto?

No texto *A Televisão como documento* o historiador Marcos Napolitano aborda que os primeiros autores preocupados com a análise deste meio de comunicação destacaram que a televisão era um importante meio de manipulação das massas, servindo obviamente como um importante instrumento para os políticos e suas propagandas. Em outra vertente de análise ele enfatiza que Michel de Certeau e Jesus Martin Barbero destacam em suas pesquisas a preocupação com o ponto de vista do receptor, cujos valores culturais e individualidades não devem ser entendidos como eliminados pela televisão construtora de alienação.²⁰ Partindo dessas referências, por meio da análise do horário de propaganda eleitoral, ou mesmo diante das entrevistas feitas durante a pesquisa, procuraremos

²⁰ NAPOLITANO, Marcos. *A Televisão como documento*. In: BITTENCOURT, Circe, et al. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

problematizar “a questão do receptor”, discutindo até que ponto o recurso político e a sedução imaginária funcionaram nas eleições de 2000 no município de Montes Claros para os candidatos aos cargos de prefeito e vereadores. Nesse sentido, indagarmos: qual a relação existente entre receptores e propagandistas políticos? Qual é a opinião do eleitor após a eleição?

Ao discutir as credibilidades políticas, Michel de Certeau esclarece algumas questões fundamentais sobre a utilização do recurso religioso pelo político contemporâneo, além da relevância de tal recurso, na mídia. Destaca que, na atualidade, a crença pautada na identificação foi substituída pela reverência. Dessa forma o autor acredita que, na contemporaneidade, a partir da crise do espiritual cristão do mundo ocidental e do advento das repúblicas, afirma-se uma individualização de crenças, onde estas se reinvestem no político, que dissemina e sintetiza os poderes espirituais. Enfocando as Instituições Religiosas, Certeau destaca que com o risco das crenças se “afundarem com os navios que as transportam”, ou seja, com as Instituições Religiosas, estas passam a ser utilizadas por administrações e empresas do capitalismo liberal. Estabelecendo diálogo com nosso objeto, percebemos que as crenças religiosas na atualidade se transportam, ou ficam, por vezes, à mercê das práticas políticas. Assim não se formam crentes, mas sim públicos que “se divertem com festas e simulacros”. O autor neste sentido afirma que, como que em um retorno às sociedades pagãs, “tudo se passou como se, tendo o religioso cessado de ser um poder autônomo (o poder espiritual como se dizia), o político se torna de novo religioso”²¹. Outra questão interessante no trabalho do autor que baliza nossa discussão diz respeito ao papel da mídia. Em meio à transposição das crenças para organizações e partidos políticos, ele destaca que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, “o fazer crer” ganha um lugar especial, pois na posição tradicional as pessoas criam naquilo em que não viam, enquanto que na contemporânea, institui-se o real por meio da citação que joga com aquilo em que os cidadãos, ou eleitores, crêem. Acerca deste simulacro de crença (naquilo que não se vê, mas se acredita) e imagens projetadas pela mídia que dão impressão de real, acreditamos como Certeau que,

na medida em que este instrumento que ‘faz opinião’ é manipulável por aqueles que o seguram, pode-se com razão perguntar sobre as

²¹ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 282.

capacidades que oferece para mudar a 'crença' em 'desconfiança', em 'suspeita' e até mesmo em delação, como também sobre a possibilidade para os cidadãos de controlar politicamente aquilo que serve de fiabilidade circular e sem objeto a própria vida política.

Com o sentimento de desconfiança, suspeita ou mesmo de delação, Jesus Martim Barbeiro, em sua obra *Dos meios as mediações*, destaca que na política os *meios* de comunicação como televisão e rádio passaram a constituir e a fazer parte dos discursos e da ação política. Nesse sentido principalmente a televisão passou na contemporaneidade a fazer parte do espaço doméstico, reintroduzindo o discurso da interação social cotidiana. Com efeito, ele afirma que “pensar a política a partir da comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes no processo de formação do poder”²². Outra contribuição importante do pensamento do autor para problematizarmos a análise de nosso objeto é a perspectiva de que, em meio à erosão da ordem coletiva, encontra-se, em batalha no cenário político as disputas imagéticas fato que contribui para a recuperação política de sua dimensão simbólica. Dessa forma, o autor acredita que a hegemonia dos discursos e das construções simbólicas propagadas pelos *meios* encontra-se em uma situação de constantes disputas conflituosas com as *mediações*. Portanto, em nosso caso, o cidadão não deve ser entendido como um mero telespectador do teatro político e sim como um participante ativo da cena política.

Outro fator peculiar desta pesquisa que procuramos indagar, por meio das entrevistas e da análise dos pedidos da população ao executivo e ao legislativo, diz respeito às relações político-religiosas e o envolvimento dos políticos e da população com as mesmas. Seriam elas programadas apenas pelos políticos? Se as pessoas pedem melhorias e os políticos pedem votos, até que ponto é possível encontrar diferenças e semelhanças nesse dois tipos de atitudes?

Com o intuito de percebermos as opiniões e os interesses da população e mesmo de políticos sobre a utilização do recurso religioso para fins políticos nos utilizaremos de entrevistas. Na perspectiva de que na contemporaneidade a fonte oral, assim como as demais, pode contribuir para a percepção dos sentimentos e subjetividades que perpassam as relações políticas e religiosas em Montes Claros, acreditamos que:

²² MARTIN-BARBEIRO, Jesus. **Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 15.

... nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (como é o caso de Frederick Douglas), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo mesmo que o quisesse). (...) A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados²³.

Para compreender as relações tecidas entre religião e política no contexto de Montes Claros, também tornou-se necessário adentrarmos no complexo terreno das representações, entendendo-as como as formas pelas quais os indivíduos dão sentido ao mundo ou às práticas sociais. Dessa forma, existem inúmeras contradições e confrontos de representações cujo estudo contribui para o entendimento de determinada sociedade. Ou seja, também o historiador em sua análise do passado imagina o imaginado, produzindo um novo sentido ou criando uma nova representação. Ao pensarmos nossa temática fundamentada na utilização do imaginário religioso para a obtenção de sucessos políticos individuais, feitas por candidatos a cargos do executivo, do legislativo e pela própria população nos anos de 2000 a 2004, percebemos que existe uma busca de fabrico de submissão, admiração, amizade e respeito que perpassa as relações existentes entre candidatos (eleitos ou não) e cidadão eleitor que também utiliza a figura de Deus, ou mesmo símbolos religiosos cristãos, para a conquista de seus objetivos. Assim, estas disputas simbólicas e a própria proliferação de imagens faz com que a produção de sentidos e representações sejam noções caras à nossa pesquisa. Dessa forma, tal como constatou Roger Chartier,

(...) desviada, a representação transforma-se em uma máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso a força bruta: 'Só os homens de guerra não estão disfarçados assim, porque na realidade a sua parte é mais essencial: estabelecem-se pela força, ao passo que os outros o fazem pela aparência'²⁴.

²³ PORTELLI, Alessandro. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol.1, no.2, 1996, p.60

²⁴ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: URGs, 2002. p.75.

Nesse sentido entendemos que, os recursos propagandistas evoluídos, somados à utilização de símbolos, discursos, imagens e, por que não, santinhos e horário de propaganda eleitoral gratuita, podem ser importantes objetos de pesquisa para a compreensão da política contemporânea. Deste modo, nas sociedades recentes salta-nos aos olhos o individualismo – provindo da evolução do capitalismo e suas tecnologias – aumentando as situações conflituosas e a busca nos discursos por uma “comunidade de sentido”.

Na busca do controle social pelas ideologias políticas, fato corrente na política contemporânea e montesclareense, entendemos que tece o sociólogo Pierre Ansart, em *Ideologias, conflitos e poder*, comentários importantes sobre a relação entre imaginação social, comunidade de sentido, crenças e ideologias políticas. Procurando discorrer sobre os sentimentos e disputas que perpassam as disputas políticas pelo domínio dos imaginários sociais, o autor expõe considerações valiosas referentes ao mito, religião e ideologias políticas. Acerca do mito, enfatiza que este se constitui de ações sociais que contribuem para o entendimento e fixação de normas e valores que demarcam o cotidiano. Considerando o mito como uma arma de controle simbólico, o autor destaca que a utilização de tal recurso foi o alvo de disputas entre os poderes temporais e espirituais na modernidade. Com o advento das Luzes da Idade Moderna, aumentam os conflitos pelo controle da imaginação social e pluralizam-se os recursos. Assim as ideologias políticas renovam

... a função tradicional dos mitos e das religiões, a de garantir o consenso social construindo um modelo do social, um paradigma, que designa as posições sociais ao mesmo tempo em que as justifica. É preciso frisar que a ideologia, à maneira dos mitos, tece uma imagem das divisões sociais, das igualdades e desigualdades e proporciona um verdadeiro saber relativo ao sistema social²⁵.

Em busca deste “saber relativo ao sistema social”, Pierre Ansart destaca outro ponto importante para pensarmos as relações entre propostas e ideologias políticas e anseios populacionais. O autor afirma que, nas sociedades pós-luzes, este é exatamente o espaço de conflito e disputas, pois “as ideologias ousam levantar a questão do futuro

²⁵ ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 41

coletivo, mas não podem propor nenhum critério absoluto para lhe dar uma resposta”. Este será exatamente um ponto de problematização de nosso objeto de pesquisa, pois a proposta é procurar entender qual a importância do recurso religioso utilizado pelo político, como talvez apaziguador dos conflitos, ou mesmo, como legitimador das disputas políticas. Assim, acreditamos que, nas eleições, a atuação política dos eleitos e os pedidos e anseios populacionais são alvos importantes para a análise.

Nessa mesma direção, Bronislaw Baczko destaca a importância do estudo da imaginação política para o entendimento da História e das relações sociais. O autor afirma que, para um melhor entendimento do poder político, devemos compreender sua relação com a imaginação. Portanto, esta que outrora era ativada apenas para o domínio das artes, é entendida atualmente como fundamental para o estudo da propaganda e da dominação política. Enveredando por esta relação entre o político e o imaginário, Baczko procura enfatizar que no decorrer da História o sagrado foi utilizado como “arma” fundamental para a dominação do imaginário social. Ele esclarece que desde as primeiras civilizações, para a obtenção do poder político existia “o *savoir-faire*, elaboração e aprendizagem das práticas e técnicas de manejo dos imaginários sociais”²⁶ que, juntamente com o próprio imaginário social, se confundia com os mitos e os ritos. Ou seja, com a manipulação do sagrado, era possível a fixidez e a solidificação da sociedade representada por hierarquias, privilégios, submissão, distribuição de propriedade e prestígio. A partir da consolidação do Estado na modernidade, as técnicas de manejo dos imaginários sociais se desritualizaram e ficaram mais autônomas. Este fato deve-se a situações de conflitos entre poderes concorrentes, por exemplo, do papado e o da realeza. Acerca da manipulação do imaginário na Idade Moderna, Maquiavel, citado por Baczko, chega a afirmar que “*governar é fazer crer*” e neste sentido, expõe que:

*O Príncipe, rodeando-se de seu próprio prestígio manipula habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas, etc.), podendo desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio de sua própria imagem*²⁷.

²⁶ BACZKO, Bronislaw. O Imaginário Social. In: **Enciclopédia Einaud**. Lisboa: Antroposomem, 1989. p.299

²⁷ Ibid., p. 301

A partir do advento dos ideais republicanos, a idéia de dominação do imaginário coletivo por meio da propaganda enfatiza-se na medida em que “a história do *savoir-faire* no domínio dos imaginários sociais confunde-se em grande parte com a história da propaganda”²⁸. Entendendo como marca da contemporaneidade a Revolução Francesa, o autor expõe que as atividades de técnicas se desenvolvem, chegando a ponto de colocar o imaginário a serviço da razão manipuladora. Neste sentido, enfatiza que, segundo Rousseau:

*Nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o <<coração>>, são suas paixões e os seus desejos. (...) É desse modo que se propõe instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso*²⁹.

Nesta retrospectiva histórica feita pelo autor, o que percebemos é que as relações entre política, propaganda e religiosidade historicamente interagem na legitimação do poder político. Além disso, percebe-se que quanto mais adentramos na contemporaneidade os recursos propagandistas evoluem por meio da utilização de símbolos, discursos, imagens e, por que não, “santinhos” e horário de propaganda eleitoral gratuita. Portanto é salutar entendermos que atualmente quanto mais o homem tende ao individualismo – provindo da evolução do capitalismo e suas tecnologias –, mas aumentam as situações conflituosas e, paradoxalmente, isso contribui para a necessidade de uma unidade, ou “comunidade de sentido”. Portanto, para que os políticos atinjam o poder sobre esta comunidade, destaca-se o discurso atrelado à religiosidade que funciona como uma representação de caráter global e unificadora que propõe a felicidade e a esperança, enlaça o imaginário social e produz o “chefe carismático”.

Ainda no intuito de compreensão da realidade social, entendemos que as eleições constituem momentos especiais nos quais as emoções eclodem: “*mudanças e renovações*” são pleiteadas; esperanças no voto e nos políticos são depositadas. Assim, esse momento sensível propicia a utilização de recursos mitológicos e religiosos e

²⁸ BACZKO, Bronislaw, **op. cit.**, p. 300

²⁹ Ibid., p. 301

(con)funde as noções de fé (tanto política, quanto religiosa), tornando-se fator fundamental para pensarmos a realidade social.

Nessa mesma linha de reflexão, trabalhando a influência mitológica na política francesa contemporânea, Girardet procurou desvendar a proveniência do poder de atração que determinados “chefes carismáticos” exercem sobre algumas sociedades, utilizando-se da realidade mítica para suas finalidades políticas. Para o autor, trata-se de momentos de mutação ou ruptura em que esquemas mitológicos (da Conspiração, do Salvador, da Idade do Ouro ou da Unidade) são ativados e podem ser percebidos.³⁰ O autor confessa também o grau de dificuldade desse tipo de pesquisa, destacando que estudar a realidade mítica é algo que sempre escapará à definição de qualquer análise. Para ele “apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho da sensibilidade se encontram em condições de exprimir a sua realidade profunda”³¹. Neste sentido, ao optarmos aqui por este tipo de análise não estamos, ilusoriamente, à procura de trazer à tona a “realidade profunda”. Na seleção das fontes e nos contatos com agentes objetos da nossa investigação, a preocupação maior será buscar, a partir de um privilegiado ângulo de visão para a pesquisa historiográfica, uma melhor compreensão sobre a realidade na qual estão inseridos aqueles “que vivem o mito na adesão de sua fé”.

Pelo exposto, torna-se evidente que tal fenômeno não é específico do município de Montes Claros, mas algo que está difundido socialmente. Muitos pesquisadores têm identificado situações bastante similares protagonizadas por candidatos a cargos eletivos em diversos pontos do Brasil. Cremos que um dos momentos eletivos mais relevantes do cenário nacional deu-se com as eleições de 1989, uma vez que as esperanças de democratização e melhoria da situação brasileira pós-ditadura estavam presentes na maioria da população. Analisando essas eleições, José Murilo de Carvalho enfatiza que na sociedade brasileira contemporânea, a necessidade de apelo à força do imaginário merece um destaque ainda maior do que aquele verificado em nível mundial. O autor afirma que, em meio às multiplicidades de interesses que marcam as eleições, existe em uma sociedade democrática organizada e estável, naturalmente, a busca do eleitorado pelo partido ou do candidato que lhes interesse. Porém, no Brasil, as entidades políticas são descredibilizadas,

³⁰ GIRARDET, RAOUL. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 23.

³¹ Ibid., p. 20.

menos nítidas e os agentes políticos são desprezados. Neste contexto, ou seja, em tempo de “cólera”³², os candidatos encontram o campo ideal para nortear sua propaganda muito mais voltadas para o apelo às forças do imaginário do que a propostas concisas de seus respectivos partidos. É assim que a figura do messianismo se destaca e em meio às cores difratadas do arco-íris ideológico, típico do mundo posterior às Luzes e à Revolução Francesa. Neste sentido vencerá aquele que

*(...) no momento das eleições, melhor encarnar o sentimento de rejeição da população em relação ao governo e às condições de vida. O vencedor será antes fruto do Imaginário do que da Razão. Lamentarão o fato aqueles que temem as incertezas do Imaginário. Não lamentarão aqueles a quem incomoda a pobreza da Razão*³³.

É fato que o vencedor nas eleições de 1989 no Brasil foi Fernando Collor de Mello, candidato do PRN (Partido de Renovação Nacional), que era sem dúvida um partido de pouquíssima expressão. Acerca de Fernando Collor, José Murilo tece um comentário importante. Afirma que “não se trata de um Messias, do líder de características religiosas, que vem salvar seu povo. Não há fanáticos de Collor, os que o apóiam são realmente coloridos, isto é, multicores, ou de cores mescladas”.³⁴ No entendimento do autor, o candidato Collor atinge várias camadas, de “cores” e ideais diversos, muito mais porque canaliza a idéia do Herói modernizado pelo cinema: justiceiro, jovem e bonito, estilo *Indiana Jones*, do que, pela utilização de recursos religiosos.

Contrariando este último posicionamento, Olga Tavares, na obra *Fernando Collor: o discurso messiânico, o clamor ao sagrado*, acredita que, sobretudo devido à utilização do sagrado e da religiosidade católica cristã, foi que o candidato obteve o sucesso almejado. Nesta vertente, a autora analisa, no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, os discursos do candidato Collor nos quais o recurso religioso e os argumentos de ordem sagrada foram fundamentais para o sucesso da campanha eleitoral. Fazendo um retrocesso

³² Na obra *Pontos e bordados*, em seu artigo intitulado “Eleição em tempo de cólera”, José Murilo de Carvalho entende as eleições de 1989 como um momento da história nacional em que depois de muitos anos, teríamos as eleições diretas para presidente. Porém enfatiza que diferentemente das sociedades tradicionais no Brasil as entidades sociais são menos nítidas, as instituições não tem credibilidade, os políticos são desprezados. Este contexto do cenário nacional, em vias de eleição, é denominado pelo autor como tempo de “cólera”.

³³ CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 348.

³⁴ Ibid., p. 347.

aos 500 anos de nossa história, a autora enfatiza o discurso fundador da Carta de Pero Vaz de Caminha e a atuação da Religião e da expansão da fé cristã como fundamentais para a expansão portuguesa, perpassando a tradição religiosa brasileira pelos sermões de Padre Vieira (contribuindo para a catequização e a amenização dos conflitos da escravidão); o catecismo positivista da República, desempenhando o papel da “religião civil”; a criação da LEC (Liga Eleitoral Católica), que ocorreu concomitantemente com o desenvolvimento do Estado Novo e a ascensão política de Collor. Por esse percurso histórico podemos deduzir ser fato corrente que na história nacional existe uma proliferação de recursos propagandísticos apoiados no sagrado. Portanto, conjuntamente com a autora, entendemos que explorar o imaginário religioso popular propiciou um tom de verdade aos discursos de Fernando Collor, que se sagrou presidente.

Mas não são apenas os que almejam galgar a rampa do Palácio do Planalto que lançam mão desses recursos. Nas eleições ocorridas no município de Montes Claros no ano de 2000, o imaginário religioso foi muito utilizado. Por meio de “santinhos” e do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, candidatos a prefeito e o vereador usaram inúmeros recursos de persuasão, sobretudo os ligados à emotividade e, por conseguinte à religiosidade. Com isso a população montesclarensense envolvia-se ao mesmo tempo em uma situação de “cólera”, na qual, uma das propostas de solução mais eficaz possa ter sido o recurso religioso.

Neste sentido, o período de divulgação da propaganda eleitoral em Montes Claros no ano 2000 e atuação dos políticos e da população até o fim do mandato em 2004, chamou-nos a atenção. Nosso estranhamento³⁵ atém-se à insistente utilização política de recursos simbólicos, sobretudo ligados à crença cristã. Assim, tivemos a impressão de estarmos observando tal fenômeno pela primeira vez. Porém, os primeiros indícios que marcaram o desenrolar de nossa pesquisa remontam à nossa atuação em comunidades religiosas, desde 1989. Neste ano, devido a alguns traumas familiares, optei por procurar nos princípios cristãos-católicos as respostas para os problemas particulares ocasionados pela morte de alguns membros de minha família (pai e irmão). Analisando hoje minha trajetória religiosa (política) percebi que por vezes, minha fácil relação com inúmeros

³⁵ A palavra estranhamento, baseando-nos em Ginzburg, significaria a inquietação ou problema que norteia as investigações historiográficas. Ver: GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 11-42.

membros da comunidade (drogados, rebeldes, dentre outros) fazia com que eu fosse considerado como uma figura política importante no EAC (Encontro de Adolescentes com Cristo). Assim, desde aquele momento, as atitudes políticas de religiosos de minha comunidade me inquietavam. Inserido no meio acadêmico, as temáticas referentes à política e religiosidade sempre me chamaram a atenção. Assim, percebendo empiricamente que os políticos montesclarenses constantemente apelavam ao sagrado, a líderes e a comunidades religiosas para a obtenção dos votos, recolhemos 28 panfletos e “santinhos”, além da gravação do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, que foram o ponto de partida para nossas investigações. A partir dessa documentação, procuramos “delimitar” nosso tema de análise ao momento de propaganda eleitoral e a recorrente utilização do recurso religioso pelos políticos em busca do voto. Porém, obviamente, esta aparente demarcação proporcionou-nos inúmeras possibilidades de análise, pois, como é notório no trabalho do historiador, o diálogo com as fontes tende a nos propiciar, no decorrer da pesquisa, novas perguntas. Assim, optamos por ampliar nosso “recorte” até 2004, procurando perceber a participação da população junto aos políticos e seus anseios, além da atuação dos políticos que utilizaram o recurso religioso para a obtenção do sucesso nas eleições ocorridas em primeiro de outubro de 2000.

Inserido nesta problemática, o manejo de nossa documentação e as posteriores análises demonstraram que a população se vê, ou é inserida, também em um drama tecnologicamente programado evidenciado na propaganda eleitoral para prefeito e vereadores no município de Montes Claros. Dessa forma os políticos constroem sua propaganda política baseada nos anseios populacionais e na linguagem religiosa. Outra reflexão proposta é pensarmos até que ponto estas mesmas dificuldades podem servir à população, na medida em que seus pedidos podem se basear nos mesmos artifícios utilizados pelos candidatos.

Com tal finalidade no primeiro capítulo deste trabalho enfocaremos a propaganda eleitoral desenvolvida nas eleições em Montes Claros no ano de 2000, sobretudo televisiva, dando ênfase aos diversos meios escolhidos pelos políticos para a propagação de suas idéias, destacando a utilização do imaginário religioso. Dessa forma procuramos pensar qual a importância do entrecruzamento de tais artifícios para a fundamentação do poder político nas democracias pluralistas. Em nossa análise,

destacaremos o período de propaganda eleitoral em Montes Claros nas eleições 2000, porém a ênfase de análise no Horário de Propaganda Eleitoral será dada ao do executivo, enquanto que em relação ao legislativo os recursos mais utilizados referem-se ao material escrito, sobretudo por meio de panfletos e “santinhos” distribuídos no período da eleição. Neste ainda, discutiremos a teatralização ou teledramatização da política observada nas eleições montesclarenses, ou seja, buscamos evidenciar que, na tentativa da propaganda eleitoral de atingir seus objetivos, ela abusa dos recursos simbólicos e das crenças político-religiosas da população montesclarenses. Assim, os envolvidos neste cenário político encontram-se em um drama, pois a produção simbólica materializada na propaganda eleitoral produz de um lado um político-cristão de boa índole, que pretende resolver os problemas sociais do eleitorado e, de outro, um político caricaturado, demonstrado pelo comum descrédito populacional em relação à possibilidade de concretização de suas promessas. Portanto, o eleitor vê projetar-se ao mesmo tempo a possibilidade e impossibilidade das promessas da maioria dos candidatos, ficando em uma situação em que talvez a única solução só possa vir por meio de uma ajuda divina. Ressalta-se obviamente que no decorrer do texto, esperamos evitar generalizações que desprivilegiem o cotidiano. Por meio das entrevistas e pedidos da população, em cartas ao executivo e legislativo, procuraremos perceber a relação entre propostas políticas e pedidos que demonstram a conflituosidade das relações políticas permeada por apelos de cunho religioso. Neste contexto procuramos responder até que ponto as multiplicidades presentes no cotidiano podem fundamentar o pensamento coletivo e qual a importância dos recursos simbólicos em meio a tal problematização.

No segundo capítulo procurando enfatizar as sensibilidades da população, procuraremos por meio, sobretudo da utilização da oralidade, procurar perceber como políticos, líderes religiosos e eleitores comuns se percebem diante da ambiência político-religiosa que permeia as eleições e as práticas políticas da Câmara Municipal e da Prefeitura de Montes Claros. O objetivo central é percebermos como se dá a relação entre os anseios populacionais e a construção do discurso religioso tanto de candidatos como de eleitores. Para tal intuito, trabalharemos principalmente entrevistas e análise de memorialistas que destacam alguns episódios da História de Montes Claros com rituais, cerimônias e discussões que fazem do ambiente político montesclarenses uma historicidade

religiosa. Acreditamos que a vivacidade dos relatos, longe de ser evitada, deve ser entendida como uma contribuição para o trabalho do historiador. Optamos por fazer com que as relações de mudanças e conformidade, percebidas nas entrevistas, perpassassem toda a construção de nosso trabalho. Neste sentido, tentamos perceber como os indivíduos (políticos, religiosos ou pagãos) pensam como sujeitos históricos sobre as questões que envolvem a propaganda eleitoral e a política montesclareense no que diz respeito à utilização de crenças religiosas para a fundamentação do argumento político e propagação de sua imagem. Procuramos discutir o poderio imagético da linguagem religiosa que na sociedade montesclareense, mesmo na contemporaneidade, ganha força, compondo o cenário dessa política entendida como laica, pautada pelas leis republicanas e democráticas brasileiras. Em outras palavras, o discurso religioso insere-se e ganha impulso atuando no vácuo existente entre as leis e as tradições e práticas sociais montesclareenses.

Portanto, o que se segue nas páginas subseqüentes, fruto de uma pesquisa que se iniciou em 2000, provinda de motivações vivenciadas anteriormente pelo autor, tendo como cenário a cidade de Montes Claros no período aqui destacado, procura oferecer contribuições para a compreensão desse complexo e conflituoso terreno composto pela imbricação tecida entre o campo do político e do religioso e deixa pistas para novas possíveis leituras, as quais igualmente poderão abrir caminhos para outros trabalhos e análises.

CAPITULO 1

ATORES SOCIAIS, PRÁTICAS E CONCEPÇÕES POLÍTICO-RELIGIOSAS: A TELEDRAMATIZAÇÃO DA POLÍTICA

“Na medida em que esse instrumento que ‘faz a opinião’ é manipulável por aqueles que o seguram, pode-se com razão perguntar sobre as capacidades que oferece para mudar a ‘crença’ em ‘desconfiança’, em ‘suspeita’ e até mesmo em delação, como também para a possibilidade dos cidadãos de controlar politicamente aquilo que serve de fiabilidade circular e sem objeto à própria vida política”. (CERTEAU, 2004)

A análise da documentação dos candidatos eleitos para o legislativo municipal de Montes Claros permite constatar que tais vereadores são constantemente procurados pela população, que busca verem atendidas suas reivindicações ou pedidos. Porém, a maior parte dos apelos é feita de forma oral (fato a ser explorado a seguir), enquanto as cartas escritas geralmente são lidas e, depois de identificado o problema, são destruídas. Apesar da dificuldade com as fontes escritas “não oficiais”, conseguimos alguns exemplares de pedidos interessantes, escritos geralmente de próprio punho e endereçados aos vereadores. A cidadã Silvana Dias em um trecho de seu pedido de emprego, expõe:

Estava eu aqui, olhando em algumas pastas, arquivos de papéis que sempre gosto de guardar, e encontrei este envelope com 1 santinho seu dentro, foi quanto tive a idéia de usa-lo para lhe enviar esta carta para o mesmo fim de que você também o usou, já que quando você me mandou, precisava muito da minha ajuda para que pudesse continuar seu maravilhoso trabalho, que diria ser, uma “Missão” de Deus!³⁶

Uma primeira questão interessante suscitada pelo pedido exposto é o fato da eleitora demonstrar um interesse em guardar “o santinho”, para posteriormente utilizá-lo com “o mesmo fim que você também usou”. Portanto, evidencia-se que a eleitora objetivava usar o santinho da propaganda eleitoral de prefeitos e vereadores, provavelmente

³⁶ Carta de arquivo pessoal de um dos membros do legislativo, eleito em 2000, em Montes Claros.

nas eleições de outubro de 2004, ou de 2000, realizadas na cidade de Montes Claros, com o intuito de alcançar objetivos políticos particulares e satisfazer seu intento pessoal, artifício que podemos perceber não inerente apenas a candidatos a cargos políticos, mas que permeia as relações existentes entre eleitores e candidatos, reciprocamente. Salienta-se que o vereador em questão conseguiu o seu objetivo político de ser eleito nas duas eleições citadas anteriormente. Chama-nos a atenção também a identificação do trabalho do vereador como uma “Missão de Deus” para qual a eleitora contribui. Dessa maneira, salta aos olhos a cobrança da eleitora que buscava o emprego, utilizando o mesmo recurso político-religioso propagado nas eleições anteriores - “encontrei este envelope com um santinho seu dentro” – pelo vereador, inclusive atribuindo o trabalho dele ao divino, recurso obviamente também utilizado pela eleitora que expõe:

*Hoje quem precisa de ajuda sou EU³⁷ e ajuda **URGENTE**, já que tenho 21 anos, sou comunicativa capaz de buscar o melhor e com muita força de vontade, nunca tive um trabalho, e isto muita vezes desfaz com meus planos sonhos e necessidades³⁸.*

Interessante ressaltar que, além do apelo com vistas ao possível emprego, a eleitora alia seus interesses e necessidades futuras a suas atribuições particulares e aos sonhos, fator comumente percebido nos apelos políticos nas eleições em evidência. Como que procurando aliar sonho, religiosidade e concretude de seus desejos ela apela: “Aurindo (vereador) por favor! Pelo Amor de Deus, me ajude a conseguir um emprego!”. Finalizando seu pedido, a cidadã procura mesclar cobrança e amizade para fortalecer sua argumentação, dizendo:

Conto com você, assim como você contou comigo e modéstia a parte eu o ajudei quando precisou. Amigo agora que precisa de você sou eu. Acolhe a minha ‘causa’, você que é ‘O vereador das causas sociais’. Obrigado! Termina esta, com uma confiança que nunca depusitei em ninguém! Abraços e Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo³⁹.

Atendo-nos ao trecho grifado, obviamente que em cartas de todo tipo é comum uma última saudação que destaque a figura do messias cristão Jesus Cristo, porém é importante ressaltar que, no início da Carta, a eleitora se identificou como uma

³⁷ As palavras EU e URGENTE foram destacadas pela própria eleitora, autora da carta.

³⁸ Carta de arquivo pessoal de um dos membros do legislativo, eleito em 2000, em Montes Claros.

³⁹ Grifo nosso.

companheira de Pastoral do vereador. Dessa forma escreveu: “Sou Silvana, tenho um trabalho como você, junto a Pastoral do Idoso aqui do bairro Monte Carmelo II (ajudo na animação dos encontros) inclusive to afastada neste momento”.⁴⁰ A partir do exposto, é importante perceber que tanto no início como no final do discurso a eleitora utiliza-se do fato de participar de uma organização religiosa e de sua fé cristã que, ao identificá-la com o vereador, pode dar à remetente o direito de aproximar-se daquela figura e pedir-lhe favores, chegando quase a exigí-los. No início de sua escrita, Silvana se diz participante de um grupo religioso, identificando-se com o vereador. Ao final de seu apelo, cobra, elogia e atrela o pedido à imagem de Jesus. Contudo, a trilogia de identidade que perpassa as figuras, eu, vereador e Jesus gera confiança de garantia no pedido feito.

Em outro exemplar de pedido endereçado ao mesmo vereador “Aurindo Ribeiro”, no dia 12 de maio de 2005, o apelo ao sagrado se dá novamente de forma explícita. Desta forma, a sua possível eleitora expõe:

A meu amigo vereador Aurindo Ribeiro!

Em primeiro lugar, um bom dia! Eu espero quando esta cartinha chegar em tuas mãos, que a santíssima trindade, que é PAI, FILHO E O ESPÍRITO SANTO. que é um só Deus em Três pessoas distinta. que te proteja você e sua família dos maus. (...)

Se você atender a minha cartinha, com o meu pedido, que Jesus Cristo iluminar os seus passos, e na sua carreira política⁴¹.

A dona Maria nesse pedido esclarece ainda que seu filho, “O gordo”, passa por um processo de depressão e mais uma vez, como no anterior, o objetivo é o pedido de emprego desta vez para o filho da remetente. Além da utilização do recurso religioso para a obtenção de seu desejo, é interessante perceber que, diferentemente da outra carta, esta possui um número maior de erros de português. Evidencia-se, assim, que o grau de escolaridade da redatora desta Carta, talvez dona Maria, seja menor do que a da autora do documento anterior. Outra questão interessante é o nível de cobrança exposto na carta com a frase “Se você atender a minha cartinha, com o meu pedido” aí então será abençoado. Em uma primeira hipótese a redatora pode ter fundamentado sua exigência na religiosidade de forma involuntária. Em outra perspectiva, considerando a intencionalidade de tal

⁴⁰ Carta de arquivo pessoal de um dos membros do legislativo, eleito em 2000, em Montes Claros..

⁴¹ Carta de pedido endereçada ao vereador Aurindo Ribeiro no dia 12 de maio de 2005.

demarcação, a autora do documento estaria solicitando e mesmo cobrando do candidato eleito uma solução para os problemas do filho. Independentemente do grau de exigência, o interessante é perceber que, segundo a própria assessora do vereador, as pessoas, tanto em pedidos escritos quanto orais, em especial nos pedidos escritos, comumente utilizam a crença religiosa para tentarem obter seus objetivos. Além de buscarem benefícios para suas respectivas instituições cristãs, tais pedidos ocorrem, sobretudo, em momentos de festas, eventos e comemorações religiosas. Fato que, neste caso, encontra ressonância com um dos principais recursos utilizados pelo próprio vereador em evidência que, sem dúvida, utilizou-se da religiosidade e emotividade para seu sucesso nas eleições, não só em propagandas eleitorais como também em seu próprio gabinete onde são encontrados provérbios como “Se o senhor é por nós quem será contra nós”, frase comum em outros santinhos que marcaram a propaganda eleitoral em 2000. O próprio símbolo exposto no gabinete do vereador é o de um coração, com trechos de caráter emotivo e religioso. Sendo assim, contrários a esta idéia de acomodação e entendendo o cidadão como participante da conflituosidade das relações políticas e sociais, em nossas investigações visitamos também a Câmara de Vereadores e a Prefeitura e percebemos a atuação e a cobrança dos cidadãos por seus direitos. Nota-se que a maior presença da população na Câmara se dá nos dias das reuniões onde fica até difícil o acesso aos candidatos dado o número de pessoas no local fazendo cobranças e pedidos. Neste caso, independentemente das motivações, é notório que as pessoas estão participando de alguma forma da gestão dos candidatos.

Em outros exemplos de natureza semelhante também voltados para a busca de empregos, as justificativas fundamentadas na religiosidade cristã voltaram a aparecer. É sabido em Montes Claros que Aurindo Ribeiro é um representante dos vicentinos na Câmara, fazendo uso desse atributo no exercício da sua função parlamentar. Segundo a sua própria secretária, em qualquer momento de festas ou eventos religiosos este vereador é sem dúvida um dos mais procurados. É interessante destacar que este candidato foi eleito em 2000 e reeleito em 2004, utilizando como um de seus principais recursos para as respectivas vitórias a religiosidade cristã-católica. Assim, além da frase “Se Deus é por nós quem será contra nós” estampada na porta de seu gabinete, ele divulgou ainda na vigência de seu mandato (2001-2004) com vistas a uma reeleição alguns panfletos e cartazes que contavam com alguns depoimentos de apoio, como:

“Cristão comprometido com a vida pública. Assim é o trabalho do confrade e vereador Aurindo Ribeiro, com seu mandato da transformação social, na Câmara Municipal.” José dos Reis Oliveira – Vicentino da Conferência São Camilo de Lellis⁴².

Com vistas à busca de transformação social no pleito de 2001 a 2004 o vereador engajado com os ideais da Campanha da Fraternidade de 2003, procurou focalizar sua atuação política para a causa dos Idosos, obviamente em conjunto com a comunidade católica. Explorando tal recurso propagandístico encontramos também em seu material a seguinte afirmação: “Diante desta atenção é que ficamos felizes com a escolha da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil em colocar como tema da campanha de 2003 a causa dos Idosos...”⁴³.

Como vicentino assumido, o vereador ainda criou, dentre outras atividades o “CENTRO DE FORMAÇÃO VICENTINA”, além do “Asilo Betânia” onde ele foi homenageado juntamente com a presença do “Vice-presidente do Conselho Nacional da Sociedade de São Vicente de Paula do Brasil, Confrade Hélio Pinheiro”, fatos que deixam claras as intenções e a importância da Comunidade Vicentina para a (re)eleição e mesmo para as atividades políticas do vereador no exercício de suas atividades como político montesclarenses. Neste contexto, destacamos:

Como todos sabem o Vereador Aurindo Ribeiro é vicentino há mais de 30 anos, foi nesta instituição que ele ampliou sua vivência da caridade, da humildade e fraternidade que compõe a base de sua vida pública⁴⁴.

Nesse caso, além do apelo as sensibilidades individuais utilizando termos como “caridade, humildade e fraternidade” fica claro o apelo específico do qual Aurindo participa. O próprio candidato relatou-nos informalmente na entrevista que o apoio da comunidade vicentina é fundamental para o seu sucesso como vereador, tanto do ponto de vista de potencial de elegibilidade como de realização e apoio em seu mandato. Vale a pena lembrar que em um dos pedidos expostos anteriormente à própria eleitora destaca a participação dela e de Aurindo em um mesmo grupo religioso. Os próprios integrantes ou

⁴² Depoimentos retirados do material de propaganda eleitoral das eleições para prefeito e vereadores de 2000.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Trecho retirado de material de propaganda política divulgado às vésperas da eleição de 2004, ainda quando o vereador estava em atividade no pleito (2001-2004).

secretários de seu gabinete no momento da entrevista eram também vicentinos, demonstrando uma mescla de cuja coerência que mantém o apoio contínuo da comunidade, fato que sem dúvida legitimou a reeleição deste vereador em 2004.

Um momento importante na análise da postura deste candidato diz respeito a uma entrevista feita na Câmara Municipal de Vereadores de Montes Claros, realizada no dia 17 de agosto de 2004. Em um primeiro momento perguntei-lhe: Como você percebe a relação existente entre a política e a religiosidade? Qual o seu posicionamento em relação a isto? Você atua? Você é um político religioso?

Sou político desde 1988, exerço meu terceiro mandato agora (2000-2004) e a minha vida foi sempre da Igreja mesmo, sou vicentino a 31 anos de idade, não há 31 anos. Eu acho extremamente importante. Tem uma literatura de Gandhi e ele deixa isto bem claro, você não pode dissociar a política da religião. Por que a religião ela te dá uma formação. A medida em que ela não te doutrina e que ela te dá uma informação (...). A medida em que ela te proporciona o conhecimento e naturalmente ela te dá uma condição maior de aproximar as pessoas, naturalmente na vida pública a pessoa que tem esta vida dentro da religião, a vida pública será realmente pública. (...) Eu acho que todo homem público é necessário ter uma vida religiosa bem ativa.⁴⁵

Posicionando-se claramente como um político religioso, o vereador Aurindo, também eleito nas eleições de 2000, acredita que o político deve ser religioso. Além desta clara posição, uma parte específica deste trecho que nos chamou atenção foi a idéia de “aproximação maior com as pessoas”. Este ponto particulariza-se na medida em que a linguagem religiosa e o apelo a Deus produzem imagens capazes de suscitar emoções íntimas nas pessoas fato que contribui geralmente para amenização das problemáticas cotidianas, fundamentada na produção de esperanças. É interessante que o próprio político perceba a intimização emotiva que a linguagem religiosa possibilita à sua vida pública. Ele acredita ainda que este seja o grande meio de tornar sua vida “realmente pública”, potencializando o diálogo e possivelmente convencendo, sobretudo nas eleições, o seu eleitorado. No decorrer da entrevista ao ser indagado sobre a importância da Comunidade Vicentina (170 anos de existência) e o próprio discurso religioso para a manutenção dele como vereador, Aurindo respondeu:

⁴⁵ Entrevista concedida pelo vereador Aurindo Ribeiro no dia 17 de agosto de 2004, na Câmara Municipal de Montes Claros.

Contribui de diversas maneiras. Primeiro contribui porque você é bem formado, bem informado, naturalmente você tem um leque que abre mais. Um ponto. E a outra questão, é que isto proporciona um respeito muito maior com o outro, com o ser humano, com as coisas que diz respeito à sociedade de maneira geral, com o bem comum. Então se abre estas portas e tem estas possibilidades naturalmente a gente tem uma chance maior de tá exercendo mais mandatos em função de uma atuação mais precisa da gente também⁴⁶.

Ainda com o intuito de fomentar esta cumplicidade com o eleitor no decorrer de seu mandato (2000-2004), além de posterior reeleição, o material de propaganda política de Aurindo Ribeiro, que é distribuído durante o seu mandato com vistas à manutenção do cargo, traz como *slogan* de seus panfletos a inscrição “Siga o Coração e faça a melhor escolha”. O apelo à sensibilidade e, mais uma vez, a sua ligação com a “Sociedade de São Vicente de Paula – SSVP” aparecem destacadamente: “Como todos sabem o Vereador Aurindo Ribeiro é vicentino há mais de 30 anos, foi nesta instituição que ele ampliou sua vivência de caridade, da humildade e fraternidade que compõe a base de sua vida pública.”⁴⁷ Com isso, a pretensão é ressaltar que a base de sua vida pública é pautada por sentimentos nobres, atribuídos a sua figura e ao apoio da comunidade vicentina, fato que ratifica seu *slogan*, uma vez que o eleitor que “seguir o coração” certamente apoiará um vereador sensível.

Outro trecho interessante do panfleto que demonstra a relação existente entre o apoio vicentino para Aurindo, e o apoio destes à comunidade, por meio de seu trabalho no legislativo, materializa-se na afirmação de que:

Assim, com muita dedicação procura atender às solicitações dos irmãos vicentinos que trazem os pedidos sempre visando ajudar as famílias socorridas pelas Conferências. Aurindo também, trabalhou muito para realizar um dos maiores sonhos da SSVP, que foi a construção do CENTRO DE FORMAÇÃO VICENTINA, espaço necessário para atender toda a demanda dos trabalhos vicentinos⁴⁸.

Formação e apoio dos vicentinos são, sem dúvida, a sustentação política do candidato. Na entrevista ao ser perguntado acerca da existência da intenção da Sociedade

⁴⁶ Entrevista concedida pelo vereador Aurindo Ribeiro no dia 17 de agosto de 2004, na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁴⁷ Panfleto de propaganda do vereador Aurindo Ribeiro, cedido gentilmente, que mostra os seus projetos e apoios.

⁴⁸ Ibid.

Vicentina em formar possíveis representantes políticos o vereador esclareceu que “toda época de política a Sociedade São Vicente de Paula lança uma cartilha de discussão para o país todo com relação ao vicentino e a política, buscando sempre formar o vicentino que quiser entrar para a vida pública.”⁴⁹ Em outro panfleto, Valdir Ferreira do Rosário, Presidente do Conselho Metropolitano da SSVP e do Conselho Municipal do Idoso, faz questão de ressaltar as qualidades do vereador, afirmando que Aurindo Ribeiro

*representa o que de melhor temos na política de Montes Claros. Estávamos precisando muito de um político jovem e dedicado as causas sociais, estou extremamente satisfeito com seu desempenho. Levantar a bandeira da terceira idade como ele levantou já demonstra seu compromisso, pois esta causa requer de seu idealizador muito empenho e trabalho, e como acreditamos nesta qualidade natural dele tenho certeza dos resultados positivos*⁵⁰.

É interessante frisar novamente que Valdir Ferreira de Carvalho é um presidente de um órgão vicentino e também presidente do Conselho Municipal do Idoso. Ou seja, a relação de proximidade entre Aurindo e o líder vicentino é tão grande que sua própria causa “A do Idoso” é apoiada e tem participação ativa de uma liderança vicentina. Nesse parâmetro, evidencia-se que, independentemente do que fica publicamente assumido por aquele membro do legislativo, sua relação de proximidade com os vicentinos materializa uma relação de troca, pautada por uma linguagem e um apoio de uma comunidade religiosa, fato que fundamenta a fidelidade e, por conseguinte a materialização do “sucesso da vida pública”, que é real. Nessa perspectiva, Michel de Certeau afirma que

*hoje, a ficção pretende presentificar o real, falar em nome dos fatos e, portanto, fazer assumir como referencial a semelhança que produz. E os destinatários (e compradores) dessas legendas não estão mais obrigados a crer no que não vêem (posição tradicional), mas a crer no que vêem (posição contemporânea)*⁵¹.

Ressalta-se ainda que na entrevista concedida o vereador Aurindo atribuiu o “levantamento de bandeiras”, como a das crianças e adolescentes, a do combate às drogas e a do idoso como uma forma de dialogar com necessitados de outras religiões também, ou

⁴⁹ Entrevista concedida pelo vereador Aurindo Ribeiro no dia 17 de agosto de 2004, na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁵⁰ Trecho retirado do material de propaganda de Aurindo Ribeiro, distribuído às pessoas que visitaram seu gabinete no pleito de 2000 a 2004.

⁵¹ CERTEAU, Michel, **op. cit.**, p. 288

seja, da comunidade montesclarenses em geral. Nesse sentido, afirma que “esta participação, esta união e esta troca de experiências entre as pessoas das religiões em nosso mandato é muito presente, permanente mesmo”⁵².

Com a intenção de demonstrar essa utilização da religião para finalidades individuais, vale destacar também a eleição para membros do executivo e do legislativo, realizada no ano de 2000 em Montes Claros. Ao enfocarmos aquelas eleições, atendo-nos à perspectiva da propagação da imagem do político que objetiva conquistar o cidadão, percebemos que diante de inúmeros recursos técnicos e emotivos de propaganda eleitoral, destacaram-se os candidatos que, sobretudo, utilizaram recursos de propaganda áudio-visual, marcados pela propaganda eleitoral gratuita e divulgação de panfletos, *outdoors* e “santinhos” que apelavam para o recurso religioso. Uma maneira recorrente de apelo religioso, um dos primeiros alvos de nossas investigações, se deu por meio, dos “santinhos”, nos quais, a utilização de passagens bíblicas, a recorrência a participação em órgãos religiosos, ou mesmo o apoio de lideranças religiosas foram lugar comum entre os apelos de vários políticos.

Um fator peculiar percebido em nossas investigações é que a utilização do recurso religioso por meio dos “santinhos” foi propagada, sobretudo, pelos candidatos ao legislativo, pois geralmente em cada santinho do vereador estava inserida a propaganda do candidato ao executivo. Dessa maneira, os candidatos a prefeito geralmente faziam seus apelos em materiais de propaganda economicamente mais custosos e com um maior espaço para a escrita (destacam-se principalmente os panfletos), ou mesmo investiam em discursos proferidos em rádio, televisão e “*showmícios*”.

Carlo Ginzburg, em *Olhos de Madeira*, sugere que a imagem de culto cristã e o uso de frases nominais têm suas características recorrentes a textos proféticos judaicos que enfatizavam as profecias de Isaías. A partir de então proliferou a produção de imagens de culto que destacavam milagres dos santos no século IV.⁵³ Estas figurações devocionais são produzidas até hoje nos santinhos populares. Porém, como nossa pesquisa evidencia, os políticos contemporâneos se apropriam de tais “santinhos” procurando também destacar

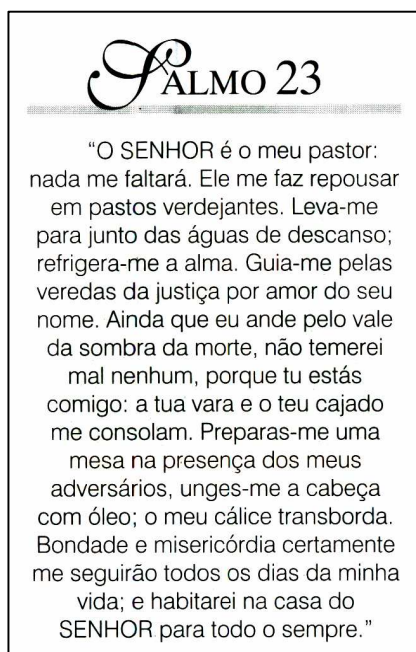
⁵² Entrevista concedida pelo vereador Aurindo Ribeiro no dia 17 de agosto de 2004, na Câmara Municipal de Montes Claros.

⁵³ GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira. nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

seus “milagres”, ou melhor, as realizações que fizeram ou poderão fazer para a melhoria da condição social dos cidadãos. Percebemos também que mediante a proliferação de recursos de propaganda eleitoral proveniente do avanço das democracias modernas, ainda a utilização da antiga prática católica de divulgação de seu poderio imagético, serve como meio tradicional de propaganda política. Ressalta-se que, mesmo quando o candidato não utiliza explicitamente o discurso religioso católico, ou mesmo imagens religiosas, a prática da utilização dos “populares santinhos” da propaganda eleitoral, enfocando os feitos e as promessas dos candidatos, é por si só um bom argumento para percebermos a ligação próxima da(s) Igreja(s) e do Estado, mesmo após a separação legal e formal destas instâncias.

Atendo-nos às propagandas realizadas pelos candidatos a vereador em Montes Claros através dos “santinhos”, destacamos abaixo alguns que nos chamaram a atenção:

FIGURA 1: “SALMO 23” - “SANTINHO” DA PROPAGANDA ELEITORAL DE 2000

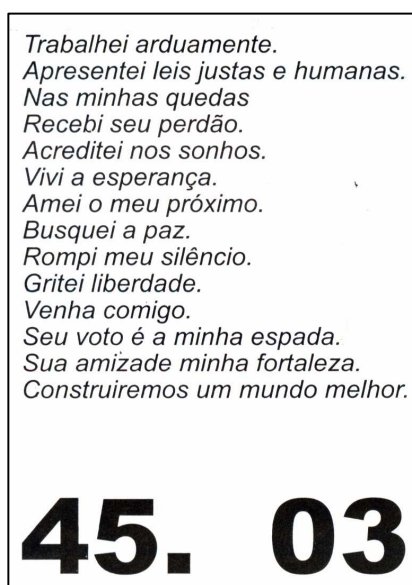


FONTE: Arquivo pessoal de Alessandro de Almeida

No “santinho” (FIG. 1), que poderíamos intitular de “Salmo 23”, numa primeira análise destaca-se a utilização de um dos salmos mais conhecido pelos cristãos. No sentido semântico do conteúdo da propaganda política, evidentemente a mensagem

pode ganhar sentidos múltiplos. Porém, ao pensarmos na contextualidade em que tal propaganda está inserida podemos perceber que o candidato a vereador identificando-se com o “Senhor seu pastor” acredita em sua vitória, pois “nada me faltará” sendo que ele me “guia”, torna-me “justo”, livra-me do “temor”, protege-me dos “adversários” e me faz chegar à “sua casa” onde alcanço minha felicidade ou vitória. Evidentemente que diante das individualidades dos eleitores a leitura e o impacto que terão diante deste “santinho” podem ser diferenciados. Porém, ressalta-se que a identificação da imagem do candidato propagada por sua relação com a religiosidade cristã é um recurso interessante de “sedução”, na medida em que, em Montes Claros, existe uma predominância notória do cristianismo. Outro fato interessante é, neste caso, o “santinho” não especificar a religião do candidato, ligando-o aos crentes do cristianismo.

FIGURA 2: “45. 03” - “SANTINHO” DA PROPAGANDA ELEITORAL DE 2000



FONTE: Arquivo pessoal de Alessandro de Almeida

No “santinho” (FIG. 2), que apelidamos de “45. 03”, encontramos outra forma de recurso religioso o candidato a vereador procura usar os verbos trabalhar e apresentar no passado, vangloriando-se de feitos. Em seguida - já no presente - utiliza palavras emotivas como perdão, sonhos, esperança, amor e paz para justificar sua candidatura e envolver o eleitor. Por fim, mostra-se “amigo” e pede o voto para lutar por dias melhores. Percebemos

neste candidato, o que Raoul Girardet, analisando o papel do mito e sua função mobilizadora, entenderia como o mito do Salvador. Esta classificação de mito é dividida pelo autor em quatro tipos. O primeiro liga-se à demonstração de glórias passadas; o segundo é o do guerreiro conquistador; o terceiro é o do legislador que apóia-se na segurança, serenidade, códigos morais e símbolos e, o último, do profeta que através do sagrado, utiliza-se do invisível, da oratória e do conhecimento. Com isso, procurar fazer com que as pessoas se reconheçam nele pelo artifício da amizade.⁵⁴

Ainda acerca deste material, constatamos a importância de se apropriar do imaginário religioso cristão por meio da retórica panfletária, objetivando a conquista dos votos. Assim, frases e provérbios, impregnados de apelos religiosos, comumente destacavam expressões como:

“Um voto de fé para mudar”; “Com o povo de Deus se formará uma nova geração”; “Fé para mudar”; “Se Deus é por nós, quem será contra nós”; “Um voto de fé para renovar”; “O homem faz planos, mas a vitória vem do senhor. (Pv. 19:21, 21:31)”; “A esperança é Jesus, eu sou um mediador”; “Entrega o teu caminho ao Senhor, confia Nele, e o mais Ele fará. (Sl. 37.5)”; “Quando os justos governam, alegra-se o povo, mas quando o ímpio domina, o povo geme. (Pv. 29:2)” “Acredite que só quem conhece seu desejo fará o que você precisa! Jesus Cristo ama todos nós”⁵⁵.

Com o propósito de justificar suas campanhas baseada na fé e na graça de Deus, “os justos”, ou seja, grande parte dos candidatos a prefeito e principalmente a vereador da cidade de Montes Claros, buscou fundamentar também suas práticas políticas em propostas que fizessem com que “o povo se alegrasse”. Atendo-nos especificamente aos exemplos destas frases proferidas pelos “mediadores de Cristo”, chamamos a atenção para dois substantivos: voto e fé, e para alguns verbos: mudar, ser, renovar, fazer, entregar, alegrar e governar. Todos eles podem significar os anseios que as pessoas esperam ver atendidos quando votam e quando têm fé, ou melhor, quando possuem fé no seu voto. Como são perceptíveis, todas as palavras em questão são de um fácil entrelaçamento, e que neste município, como em várias outras localidades, podem ser proferidas ou grafadas com o intuito de fazer com que a espera por dias mais felizes continue cada vez mais longa, e que

⁵⁴ GIRARDET, RAOUL. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵⁵ Frases retiradas de panfletos de candidatos a vereador nas eleições 2000, no município de Montes Claros.

o “verdadeiro” motivo para a utilização desses artifícios fique cada dia mais oculto, ou no mínimo camuflado. Sendo assim, entendemos que “os discursos políticos, pregações religiosas, declarações de líderes e homens de governo têm sido, em grande parte, os maiores responsáveis pela propagação das ideologias em todos os recantos do mundo”.⁵⁶

Vejamos alguns dos apelos, inseridos nos santinhos, a associações, grupos ou participações em atividades “estritamente religiosas”:

“Sua militância política iniciou em 1986 na PJE – Pastoral da Juventude Estudantil, como Coordenador na Diocese de Montes Claros”; “Membro do Grupo de Construção da Igreja Rosa Mística”; “Teólogo católico, Democrata Social Cristão”; “Agente da Pastoral da Família, participante ativo do ‘Encontro de Casais com Cristo / ECC’, membro do ‘Encontro de Adolescentes com Cristo / EAC’ e membro da pastoral da saúde”; “superintendente da EBC (Escola Bíblica Dominical), participa do GEAP (Grupo Evangélico de Ação Política)”; “Sua esposa é organista da Congregação Cristã do Brasil”⁵⁷.

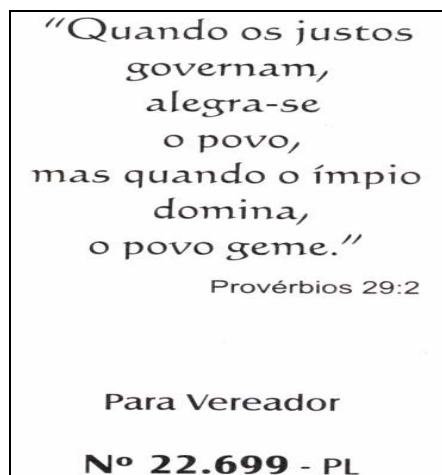
Ao destacar suas participações e até mesmo a de suas esposas em congregações e grupos dos mais diversos, consegue-se o que poderíamos chamar de atestado de “boa índole” que faz com que os candidatos sejam considerados “bons homens” – mera semelhança com um termo conhecido – aptos a governar em nome de Deus, ou no mínimo abençoados por Este. Nesses grupos o político procura conquistar os votos de seus semelhantes através da fé, estratégia muito utilizada pelos evangélicos, mas também por grupos católicos.

Em outros santinhos recolhidos como parte de nossa documentação encontramos novamente mais apelos religiosos, agora com a presença de provérbios bíblicos. Vejamos alguns desses exemplos:

⁵⁶ GARCIA, N. J. **O que é propaganda ideológica**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 65.

⁵⁷ Frases retiradas de santinhos da propaganda eleitoral gratuita para prefeito e vereadores em Montes Claros

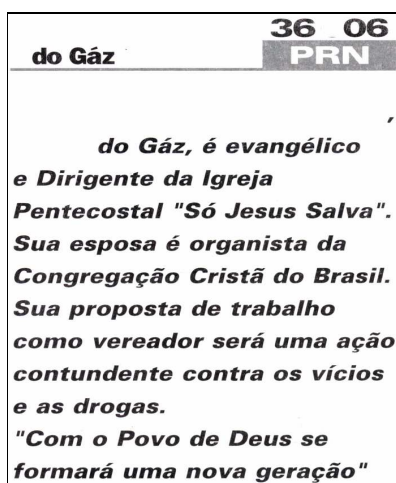
FIGURA 3: “PROVÉRBIOS 29:2” - “SANTINHO” DA PROPAGANDA ELEITORAL DE 2000



FONTE: Arquivo pessoal de Alessandro de Almeida

Percebe-se que no “santinho” (FIG.3), “Provérbios 29:2” que, por meio de um provérbio o candidato coloca-se como “justo” e inspirado por Deus para salvar seu povo. Este candidato estaria enquadrado no que Raoul Girardet, em *Mitos e mitologias políticas*, qualificou como mito do salvador, sobretudo no que diz respeito ao profeta que utiliza do sagrado e invisível para assegurar o poder político.

FIGURA 4: “36 06” - “SANTINHO” DA PROPAGANDA ELEITORAL DE 2000



FONTE: Arquivo pessoal de Alessandro de Almeida

No “santinho” que intitulamos “36 06” (FIG. 4) , o candidato esclarece ser evangélico, e em seguida coloca sua religiosidade de modo abrangente, apresentando sua esposa como membro da Congregação Cristã do Brasil. Neste momento ele intenta o apoio tanto de seus “irmãos” da Igreja Pentecostal, quanto dos demais cristãos, que valorizam a família (minha esposa) e as atividades contra vícios e drogas. Destacado seu atestado de “boa índole” ele convoca o “Povo de Deus” para um futuro melhor, sobretudo de seus filhos que pertencem à “nova geração”. Nos dois santinhos, evidenciam-se os recursos religiosos e emotivos, sobrepondo-se às propostas de possíveis soluções de problemas sociais.

Ainda acerca da utilização do recurso religioso, o sociólogo Michel Maffesoli destaca que a religiosidade é o alicerce para a estratégia de sedução eleitoral, na medida em que envolve os cidadãos no que ele chama de “Bébête Show”. Portanto “às disputas eleitorais, numerosos são os exemplos reveladores de uma “política do belo canto”, favorecendo a sedução em detrimento da política de convicção que orientara toda a vida social dos tempos modernos”. Neste sentido, o autor enfatiza que, na contemporaneidade, o mundo está cada vez mais se dividindo em tribos ou grupos. Assim, o recurso político da emotividade e da busca da sedução passa a ser uma “arma importante” para o entendimento das relações políticas, principalmente em períodos eleitorais ⁵⁸.

Voltando aos panfletos da campanha eleitoral montesclarenses destaca-se, na leitura dos mesmos, o apoio explícito de padres, líderes de pastorais, comunidades religiosas e do próprio bispo a determinados candidatos. Percebe-se que, além da manifestação efetiva e explícita de apoio dos padres ao candidato a vereador, existe ainda a legitimação do apoio por meio das assinaturas daqueles religiosos. Acrescente-se a isso o fato do candidato afirmar-se como católico e cristão pedindo ao eleitor que reze por ele, e principalmente pela sua missão. Portanto os padres participam da construção da figura messiânica do candidato que, aparecendo como salvador e envolto em religiosidade, aproxima-se do eleitorado montesclarenses em busca do voto. (FIG. 5).

⁵⁸ MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 123.

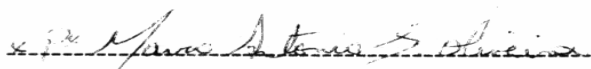
FIGURA 5: “APOIO DOS PADRES” - PANFLETO DA PROPAGANDA ELEITORAL DE 2000

NÓS APOIAMOS E INDICAMOS O	PARA VEREADOR
-----------------------------------	--------------------------------

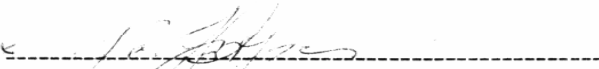
Procurai antes entre vós irmãos, sete homens de boa reputação, repletos do Espírito Santo e de sabedoria, e nós o encarregaremos desta tarefa. At- 6.3

Hoje o povo de Montes Claros é também chamado para com sabedoria escolher pessoas que possam, representa-lo, frente ao poder legislativo.

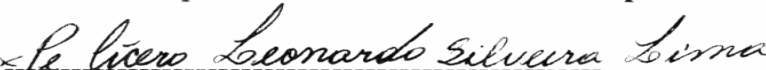
Conheço _____ como família, como amigo, como Igreja, é por isso que eu, **Padre Marco Antônio Simões, peço seu voto e de sua família, por ele.**


Padre Marco Antônio Simões
Paroquia Menino Jesus de Praga.

é um Norbertino. E todo Norbertino é comprometido com a palavra de Deus, as atividades comunitárias, a eucaristia e a oração. **Eu Padre João Batista** tenho plena certeza que o _____ vai dar testemunho destes valores na sua vida política, contribuindo muito para a transformação da sociedade. **Vote em _____ no dia 1º de outubro.**


Padre João Batista Souza Lopes
Paroquia de São Norberto

Jesus é o caminho verdade e vida. Seguindo o seu exemplo apoio meu amigo _____ como um bom caminho para uma cidade mais humana. _____ é verdadeiro em suas convicções políticas, e conduzirá muitas pessoas a uma vida digna, principalmente aquelas pessoas que foram esquecidas pelos atuais políticos. Ele é cristão cidadão preocupado com o bem do próximo; Eu aprovo e apoio o amigo _____, e **Peço o voto de confiança e de Fé, seu e de sua família para renovar a câmara municipal.**


Padre Cícero Leonardo Silveira Lima
Paroquia Nossa Senhora de Fátima

VOTE
UM VOTO DE FÉ PARA RENOVAR

- PHS

Reze uma Ave-Maria por mim e minha missão

FONTE: Arquivo pessoal de Alessandro de Almeida

No intuito de evitar qualquer tipo de inconveniente, optou-se por suprimir o nome do candidato a vereador, uma vez que esse material foi copiado e utilizado pela primeira vez em trabalho de monografia à época do período eleitoral.

Outro fator interessante, detectado através das fontes, diz respeito ao apoio das Comunidades Eclesiais e das Pastorais da Igreja Católica, que se baseavam na proposta de “fé e justiça, juntas pelo social”⁵⁹. Novamente, padres e o próprio bispo de Montes Claros deram depoimentos – com suas respectivas assinaturas – de apoio a determinados candidatos, dentre os quais destacamos:

“Conheço bem o Aldair, e sua atuação comprometida com o bem comum, e por isso o recomendo – Dom Geraldo Majela de Castro, Bispo Diocesano”; “Aldair é um político cristão e ético, comprometido com as causas justas. (...). Em Aldair podemos votar com segurança e consciência... Padre Paulo Carrara”; “Eu voto em Aldair porque ele é um bom cidadão, bom cristão e bom político – Padre Ivo”; “Pela seriedade e comprometimento com o povo. – Lilita, Presidente do Conselho Diocesano de Leigos”⁶⁰.

Nesses últimos registros temos uma perspectiva um pouco diferente pois, mais do que frases com apelos ao religioso, encontramos os próprios representantes oficiais da religiosidade católica indicando abertamente o candidato de sua preferência à comunidade. Contudo, procura eleger seus candidatos, inserindo os cidadãos envolvidos em um contexto de reciprocidade político-religiosa que propicia um quadro social favorável para a eleição do candidato, neste caso um católico. Indagarmos acerca de consciência política em Montes Claros torna-se difícil quando esta tem suas bases fincadas na religiosidade, ou pelo menos enraizadas na “consciência cristã”. Peculiar também é o fato de o candidato eleito ao legislativo Aldair, político católico pertencente ao Partido dos Trabalhadores e assim como outros candidatos do partido, balizarem suas campanhas nos discursos e apoios religiosos.

Em entrevista realizada no dia 28 de julho de 2005, o ex-vereador Aldair e na presente data, funcionário da Prefeitura, nos cedeu importantes depoimentos referentes obviamente às relações existentes entre política e religiosidade na sua campanha de 2000 e mesmo em sua atuação como membro do legislativo, até 2004. Perguntado sobre sua participação em algum grupo religioso ele destacou que:

Quando eleito vereador ele era militante da Pastoral da Juventude que congrega ações da juventude dentro da Igreja Católica e ligado as

⁵⁹ Frase retirada de um santinho da propaganda eleitoral gratuita para prefeito e vereadores em Montes Claros.

⁶⁰ Depoimentos retirados de panfletos e santinhos da propaganda eleitoral para prefeito e vereadores na cidade de Montes Claros.

*pastorais sociais e as comunidades eclesiais de base, muito próximo da Pastoral da Criança.*⁶¹

Em um segundo momento, indagado sobre sua percepção no que diz respeito às relações do político com a religião e da religião com o político, Aldair diz:

*O meu despertar para a vida pública foi muito em função da discussão que as pastorais sociais da Igreja fazem com a participação do cristão na vida pública. (...) A Igreja tem muito claramente nos seus documentos nas suas orientações, ela tem sim chamado o cristão a assumir o papel de protagonista na sociedade. E não há como fugir do protagonismo dentro de uma atuação política. (...) Se nós não nos dispomos a estar presentes de alguma forma na vida da sociedade, isto que é de interesse de todos, nós vamos estar negando nosso testemunho de construção do Reino de Deus. (...) A Igreja incentiva muito os leigos a participarem, os cristãos leigos e não padres e bispos que participam de forma indireta*⁶².

Afirmando-se como um cristão que tem o incentivo transparente da Igreja Católica para o sucesso eleitoral, “não de um só indivíduo, mas de todo o povo”, o vereador se coloca como um mediador para a construção do Reino de Deus, vinculando seu trabalho público ao benefício de todos. Citou-nos no decorrer da resposta exposta acima inúmeros movimentos da Igreja com vista a preparar o jovem cristão leigo a pleitear cargos políticos. Demonstrando que, em seu caso, a utilização da religiosidade na eleição e mesmo os depoimentos em seu assumido panfleto da propaganda eleitoral, onde encontramos apoios do Bispo e de padres de Montes Claros, é um caso onde o planejamento não parte exclusivamente dos interesses particulares do candidato a vereador. Ressalta-se também que no momento da entrevista, ele recebeu o telefonema de uma pessoa que procurava ajuda para uma festa religiosa. Sobre sua mesa, estava um documento endereçado a ele também se referindo à Festa, e na porta de sua sala, na Prefeitura de Montes Claros, encontrava-se o cartaz da mesma festividade católica.

Na sequência da entrevista, após ter comentado sobre o panfleto ou “folder” exposto anteriormente com a assinatura e apoio de lideranças religiosas, perguntado acerca da importância de tais depoimentos para sua campanha, Aldair declarou que “não tem

⁶¹ Entrevista cedida pelo político Aldair referente à sua campanha e seu mandato como vereador nos anos 2000 a 2004.

⁶² Entrevista cedida pelo político Aldair referente à sua campanha e seu mandato como vereador nos anos 2000 a 2004.

dúvida”, porque seu trabalho de fiscalização era entendido por muitos na Câmara Municipal como o de uma pessoa que é “do contra” e a partir do momento em “que líderes religiosos te dão apoio isto muda”. Este momento da fala do ex-vereador é importante para percebermos uma postura interessante de inúmeros candidatos do Partido dos Trabalhadores, que utilizaram a religiosidade como meio de desfazer a imagem negativa da esquerda que pairava sobre inúmeros militantes deste partido. Este é um ângulo de utilização do Catolicismo também interessante, pois é fato corrente que nos últimos anos, sobretudo os anos de preparação da última campanha do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Partido dos Trabalhadores tinha a preocupação de remodelar a imagem esquerdista do PT, dando à mesma um tom mais moderado. O Catolicismo em alguns casos, como no de Aldair sem dúvida contribuiu para isto.

Ainda acerca da participação enfática da Igreja Católica montesclarensense nas eleições municipais, “o Bispo afirma que voto é sagrado”. Este foi o título de um artigo do Jornal de Notícias divulgado um dia antes da eleição ocorrida em 01 de Outubro de 2000 que destacou:

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) convocou todos os cristãos a votarem na eleição de domingo. O presidente da entidade, Dom Jayme Chemello, disse que o voto é sagrado. Ele afirmou que eleição municipal é a mais importante por que é a mais próxima do eleitor⁶³.

Além desta reportagem que demonstra a preocupação da Igreja Católica, no dia 04 de agosto de 2000 a CNBB fez questão de destacar o papel da Igreja, convocando os cristãos a fiscalizarem as eleições para que não ocorresse a corrupção eleitoral. Interessante perceber que na entrevista com Aldair cinco anos após essa reportagem, ele destacou seu papel de fiscalizador e a importância do apoio das lideranças religiosas em sua campanha para que a população não o entendesse apenas como um opositor. Deixando ainda mais evidente o apoio e engajamento da Igreja Católica nas campanhas para pretendentes aos cargos do legislativo o próprio Aldair, considerando-se um representante dessa mesma Igreja, destaca em entrevista concedida em agosto de 2005 que

⁶³ BISPO DIZ QUE VOTO É SAGRADO. **Jornal de Notícias**, Montes Claros, 30 de set; 01 out. 2000.

quando eleito vereador ele era militante da Pastoral da Juventude que congrega ações da juventude dentro da Igreja Católica e ligado as pastorais sociais e as comunidades eclesiais de base, muito próximo da Pastoral da Criança.(...)

o meu despertar para a vida pública foi muito em função da discussão que as pastorais sociais da Igreja fazem com a participação do cristão na vida pública. (...) A Igreja tem muito claramente nos seus documentos nas suas orientações, ela tem sim chamado o cristão a assumir o papel de protagonista na sociedade. E não há como fugir do protagonismo dentro de uma atuação política. (...) Se nós não nos dispomos a estar presentes de alguma forma na vida da sociedade, isto que é de interesse de todos, nós vamos estar negando nosso testemunho de construção do Reino de Deus. (...) A Igreja incentiva muito os leigos a participarem, os cristão leigos e não padres e bispos que participam de forma indireta⁶⁴.

O depoimento deste vereador montesclarenses da gestão 2001-2004 é interessante porque no momento do recolhimento dos panfletos e santinhos das eleições 2000, sua propaganda eleitoral claramente se baseava no apoio católico. Na mesma entrevista exposta acima, ele mesmo insistiu em destacar ou justificar que por ser uma figura engajada, respeitadora de todas as religiões, ele pôde contar com o apoio da Igreja. Enfatiza, ainda, que sem dúvida o apoio de figuras religiosas em sua campanha foi importantíssimo para sua eleição e para sua vida política. Remetendo-nos ao referido material da propaganda eleitoral, tinha em seu título a frase “*Por que quero me reeleger*”, ou seja, era um segundo mandato do candidato.

A reconhecida eficácia da participação “indireta” de padres e bispos para a *construção do Reino de Deus* é sem dúvida um fator instigante para a análise, pois é paradoxal como o candidato em entrevista assume a utilização e eficácia do apoio religioso para a construção da sua figura política e seu sucesso na Câmara ao mesmo tempo em que coloca a participação de membros do clero como indireta. Obviamente que talvez sua intenção fosse meramente destacar que, na atualidade, não é comum que padres e bispos se candidatem, assim estes não assumem diretamente cargos políticos. Mas o fato é que, assumindo ou não, a Igreja Católica se posiciona e clérigos apóiam “claramente” a candidatura de alguns políticos, evidência que impulsiona nossas investigações.

Aqui, cabe observar que essa aproximação da Igreja Católica com as questões sociais e, sobretudo, políticas não é algo específico das eleições enfocadas por esta

⁶⁴ Entrevista cedida pelo político Aldair referente a sua campanha e a seu mandato como vereador nos anos 2000 a 2004.

pesquisa, assim como não se trata de exclusividade da cidade de Montes Claros. Trata-se, isto sim, de um fenômeno que, no Brasil, começa a tomar corpo a partir dos anos de 1960, quando se verifica no interior do clero uma clara divisão que comporta ao mesmo tempo os conservadores, apoiadores do Estado e dos setores dominantes da sociedade, e os progressistas, alguns dentre estes inclusive com inspirações teóricas e políticas extraídas do marxismo. Em 1968, como desdobramento do Concílio Vaticano II, surgiu a Teologia da Libertação que propunha desmistificar o Deus punitivo procurando valorizar um Deus amor, preocupado com as questões sociais.

Para uma melhor compreensão dessa complexa relação entre a Igreja católica e os movimentos políticos de esquerda no Brasil, que nesta pesquisa fica bastante evidenciado através da figura do vereador Aldair, que exerceu mandato no período de 2000 a 2004, as reflexões e análises desenvolvidas pela socióloga Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins trazem significativas contribuições. Em trabalho intitulado *Igreja e movimento operário no ABC*, a autora afirma, justificando sua temática, que era preciso superar a visão feita pelos estudiosos da Igreja no Brasil de que, o Concílio do Vaticano II era o divisor de águas existente entre a Igreja sacramental e a Igreja dos pobres e oprimidos. Ela destaca que a “oposição sindical” representada por órgãos de ação política católica, pautada na historicidade de crise social característica da Ditadura Militar, sobretudo em seu momento de crise, fez com que, gradativamente os militantes católicos fossem se fortalecendo e tomando parte dos movimentos grevistas, fato destacado pela mídia a partir da greve dos metalúrgicos de 1980, no ABC. Desse modo, os militantes católicos tiveram um papel fundamental no fortalecimento do movimento operário, na medida em que eram “grupos de influência” que, mediante as particularidades locais e pessoais dos cidadãos, conseguiam “ser ouvidos” e conquistaram o apoio do trabalhador mais simples que acompanharia o movimento sindical. Nesse contexto, sem prejuízo do reconhecimento da importância de membros da hierarquia da Igreja ou mesmo do Concílio do Vaticano como legitimadores da mudança de postura da Igreja Católica e de sua íntima relação com os movimentos de esquerda, a autora procura perceber a mudança de atuação da Igreja em meio às contradições existentes na instituição e na sociedade e mediante o processo histórico brasileiro. A autora, baseada na perspectiva weberiana, expõe ainda que

“o militante católico” tem um papel social fundamental no contexto político brasileiro como mais uma força que constitui as disputas políticas e sociais⁶⁵.

Nessa mesma linha de reflexão, cabe reconhecer também que após a Ditadura de 1964 e o avanço do protestantismo no Brasil, foi comum o incentivo da Igreja Católica a leigos para que se preparassem e atuassem como “bons políticos” que intentariam não só solucionar problemas sociais, como também fortalecer o Catolicismo por intermédio de representantes no Estado, postura de muitos candidatos da antiga esquerda, cujas campanhas se fundamentam em princípios religiosos católicos e mudanças sociais, o que pode ser exemplificado através do caso do Aldair e de muitos de seus eleitores, como constatado nesta pesquisa. Ainda sobre essa questão, o exemplo mais notório no Brasil diz respeito à influência e importância que os chamados setores progressistas da Igreja Católica tiveram tanto na fundação quanto no fortalecimento e consolidação do Partido dos Trabalhadores.

Sobre esta mesma questão, ressalta-se que na medida em que a Constituição brasileira de 1988 garantiu a liberdade de crença e a proteção aos locais de culto e liturgias, ela contribuiu para incentivar ainda mais no país o aumento das Igrejas evangélicas. O número delas vai crescer, a partir de então, numa velocidade espantosa. Além desse crescimento, as Igrejas evangélicas assumem a postura de apoiar claramente os seus candidatos a cargos políticos, fato que, sem dúvida, contribuiu para uma reação dos católicos apoiando mais decisivamente os candidatos com vínculos com sua Igreja.

Acerca desse crescimento das bancadas evangélicas em cargos do legislativo e da *Reação católica na política*, Bertha Maakaroun, no *Jornal o Estado de Minas*, afirma que a Igreja Católica adota atualmente uma nova postura, apoiando de forma explícita os candidatos a cargos do legislativo e do executivo. Nesse artigo, enfoca Belo Horizonte, destacando que a Arquidiocese da capital de Minas Gerais criou o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, “instância encarregada de organizar o trabalho de conscientização de leigos para que, com o estímulo dos padres, escolham os candidatos e trabalhem pedindo votos”. Em alguns depoimentos expostos, lideranças católicas criticam a indução ainda mais clara de representantes evangélicos para a política, dizem-se mais liberais e

⁶⁵ MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec, 1994.

preocupados com políticos que respeitem a ética cristã e que lutem pelos problemas sociais⁶⁶.

Em Montes Claros, a Igreja Católica também se mobilizou organizando reuniões em colégios católicos, além de depoimentos de lideranças apoiando determinadas candidaturas. Da mesma forma, os evangélicos também se mobilizaram, porém na eleição 2000, apenas o vereador Kiko Canela foi eleito como representante evangélico. Este fato demonstra que, diferentemente do que ocorre no país, o avanço do domínio evangélico na Câmara Municipal de Montes Claros caminha em uma velocidade menor, embora continue em marcha. Isso pode ser percebido na propaganda eleitoral utilizada como fonte para esta pesquisa, na qual outros representantes evangélicos também estiveram presentes, como em um santinho em que se lia “um voto para a mulher evangélica”. Porém, o caso de maior vulto, como já citado, foi realmente o do candidato a vereador eleito Cristian Vladimir de Araújo Simões. Um dos jornais de Montes Claros, sobre sua campanha, publicou um artigo intitulado “Kiko Canela quer ser um dos vereadores mais votados”. Para isso o candidato destaca o forte apoio evangélico que seria a base de sustentação de toda sua campanha. Desse modo, expõe:

Participamos de diversas entidades, principalmente a Associação dos Evangélicos do Norte de Minas. É um segmento que está nos dando a maior força. Desconheço qualquer outra candidatura que esteja tão alicerçada como a nossa.

Organizamos e estruturamos nossa campanha com propostas direcionadas a comunidade dos evangélicos. (...) Temos certeza que vamos representar muito bem nosso povo e vamos levantar a bandeira dos evangélicos⁶⁷.

O candidato aponta a importância do apoio dos evangélicos a sua candidatura, além de peculiarmente (fator percebido em outros candidatos assumidamente desta religião) o direcionamento de suas propostas exclusivamente à “comunidade evangélica”, que teria sua “bandeira” levantada pelo mesmo. Enfatizando a confiança do candidato em sua eleição, fato consumado no dia 01 de outubro, o redator do Jornal de Notícias ainda enfatiza:

⁶⁶ MAAKAROUN, Bertha. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16 de jan. 2005. p. 8.

⁶⁷ KIKO CANELA QUER SER UM DOS VEREADORES MAIS VOTADOS. **Jornal de Notícias**, Montes Claros, 4 de ago. 2000. p. 1.

existem 25 mil evangélicos em Montes Claros, e que destes, muitos estão abraçando a sua candidatura. Frisou, ainda, que reuniu no Clube do Ferroviário, no bairro Santa Rita, mais de cinco mil eleitores numa confraternização. (vereador) ‘Coisa nunca vista em Montes Claros e que nos dá garantia da vitória’, finalizou⁶⁸.

No dia 21 de julho de 2004 a Revista Veja lançou uma importante reportagem intitulada *O Evangelho segundo os políticos* que esclarece algumas questões referentes ao progressivo domínio dos evangélicos nas bancadas brasileiras. Foi registrado o crescimento do número de adeptos das Igrejas evangélicas no Brasil que, na última década, foi de 94%, passando de 13, 5 milhões para 26,2 milhões de fiéis. Foram citados também alguns exemplos interessantes de representantes, ou que se dizem como tal, das Igrejas evangélicas que contavam com o apoio de “seus” fiéis. Luiza Erondina, pertencente ao PSB, por exemplo, afirmou que só permanecia na política porque “Deus estabelece um desígnio, uma tarefa com a gente para a comunidade”. Marta Suplicy, eleita em 2004 como prefeita de São Paulo, foi aclamada pelo pastor da Igreja Batista da seguinte forma: “Meu Deus abençoe a prefeita”, “Abençoe a prefeitura porque esta autoridade que ela tem vem de ti”. Existe um ponto em relação à reportagem que discordamos, este refere-se ao momento em que o jornalista Otávio Cabral afirmar que:

Historicamente, a política brasileira não se pauta pela religião. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso nunca colocou a fé entre suas preocupações principais. A religião jamais desempenhou papel central na biografia do presidente Lula. A esmagadora maioria do eleitorado brasileiro é incapaz de dizer se os generais da ditadura militar, se Getúlio Vargas ou Jucelino Kubitschek eram praticantes de alguma religião⁶⁹.

O autor acaba por afirmar também que só após 1988 com a crescente eleição dos políticos evangélicos é que a religião entra definitivamente em voga. Após nossos estudos, sabemos obviamente que talvez a religião não fosse “o carro chefe” das propostas políticas de muitos dos presidentes brasileiros, mas não nos arriscamos a retirar a importância desta nestes governos ou minimizá-las por demais. Porém, realmente é interessante pensarmos que o ideal Católico de “Renovação Carismática”, considerada por alguns como uma

⁶⁸ KIKO CANELA QUER SER UM DOS VEREADORES MAIS VOTADOS. **Jornal de Notícias**, 4 ago. 2000. p. 1.

⁶⁹ CABRAL, Otávio. O evangelho segundo os políticos. **Revista Veja**, São Paulo, p. 44. jul. 2004.

“Nova Contra-Reforma”, possa servir como orientação clara também da Igreja Católica para a formação de candidatos cristãos católicos. A partir de então, a disputa está posta. Citamos estas duas religiões devido a sua preponderância nacional e principalmente em Montes Claros. Vale lembrar os candidatos ao legislativo nas eleições 2000, como Kiko Canela (evangélico que teve convicção em sua vitória) *versus* Aldair e Aurindo, citados há pouco. Importante ressaltar que o resultado nesses casos, em Montes Claros, foi a vitória de ambos, que tiveram campanhas parecidas, ou, no mínimo, utilizaram-se de uma linguagem comum, no que tange a lançar mão de apelos simbólicos religiosos que fundamentaram suas candidaturas. Aldair e Aurindo, em 2006, permanecem na prefeitura, o primeiro exercendo cargo de confiança do Prefeito Athos Avelino, do Partido dos Trabalhadores, e o segundo exercendo novo mandato. Talvez esses fatos, demonstrem ainda, em detrimento da competência individual dos candidatos, que existe uma boa reação católica em Montes Claros.

Voltando o olhar especialmente para os dois candidatos eleitos em 2000, Kiko Canela e Aldair Fagundes, chama a atenção como algumas reportagens do Jornal de Notícias de Montes Claros, às vésperas da eleição, retratam a idéia expressa acima Católicos *versus* Protestantes = Deus e sucesso eleitoral (neste caso):

1º. Aldair: 04 de Agosto de 2000 – A Igreja Católica pretende exercer fiscalização dos candidatos a cargos eletivos: ‘A decisão foi tomada, segundo o vereador Aldair Fagundes, do PT, a partir da palestra realizada pelo Deputado Durval Ângelo e o prefeito de Betim Jesus Lima. Os dois discorrem para cerca de 300 lideranças, sobre a Lei 9840, que dispõe sobre a corrupção eleitoral, aprovada ano passado pelo Congresso Nacional, através de proposta da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).’⁷⁰

2º. Kiko Canela: 04 de Agosto de 2000 – Kiko Canela quer ser um dos vereadores mais votados: ‘participamos de diversas entidades, principalmente a Associação dos Evangélicos do Norte de Minas. É um segmento que esta nos dando a maior força. Desconheço qualquer outra candidatura que esteja tão alicerçada como a nossa’.⁷¹

⁷⁰ Entrevista cedida pelo político Aldair referente a sua campanha e a seu mandato como vereador nos anos 2000 a 2004.

⁷¹ KIKO CANELA QUER SER UM DOS VEREADORES MAIS VOTADOS. **Jornal de Notícias**, 4 ago. 2000. p. 1.

Esses textos ilustram, sem dúvida, a força das associações e organizações religiosas cristãs evangélicas e católicas, que usam sistemáticas parecidas para indicarem seus representantes políticos. Diríamos talvez que existe um “partido” não instituído, apesar de sabermos da existência clara de partidos cristãos, que atuam com um poderio de unificação e aproximação política de candidatos e eleitores que deva ser percebido e problematizado. Dessa forma destacamos que:

a ampliação da oferta religiosa e a competição entre as diferentes religiões - notadamente nos casos em que uma religião estabelecida oficialmente ou de fato, mantinha um quase-monopólio da adesão e procurava falar em nome da sociedade como um todo - gerou uma busca por assegurar espaços de representação política por parte dos grupos religiosos emergentes, traduzida quer em disputas eleitorais, quer no investimento de recursos públicos em iniciativas educacionais, filantrópicas ou mesmo em demandas internas das organizações religiosas (como, por exemplo, cessão de terrenos para construção de templos). Outro aspecto deste processo foi a escalada dos conflitos inter-religiosos, demandando do estado e dos outros atores políticos tomadas de posição na arbitragem ou resolução dos mesmos⁷².

No dia 21 de agosto de 2005, a página de política do Jornal *Correio*, veiculado em Uberlândia, destacava que “Discurso religioso está proibido”. Nessa matéria Wallace Torres enfatizava que as discussões sobre política e religião na Câmara Municipal estavam gerando controvérsia e repercussão em toda a cidade. Segundo o autor três fatores a fundamentaram: o primeiro foi o sumiço do crucifixo que estava pendurado acima da mesa diretora da Câmara Municipal; depois foi a mudança da bandeira do Município que estaria com a frase ‘Deus está aqui’ e em última instância o questionamento acerca do feriado católico de 15 de agosto, que homenageia Nossa Senhora da Abadia. A questão da bandeira talvez tenha sido a mais grave, pois realmente ocorreu a aprovação na Câmara, fato que gerou forte repercussão, envolvendo o nome de seu autor, Carlito Cordeiro Filho (sem partido). O caso do feriado, questionado pelo mesmo vereador, fez com que o debate ganhasse ainda mais fervor. Indagado acerca de suas considerações, Carlito Cordeiro Filho afirmou: ‘Se o Estado é laico, então o projeto da bandeira tem que ser mantido. Agora se for considerado ilegal, então teremos que rever muita coisa’. É interessante perceber que

⁷² BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica, **Revista de Estudos da Religião - REVER** 2001, nº 4, p. 30. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em 3 jan. 2006.

esta discussão que envolveu a sociedade uberlandense, conforme nossas fontes, poderia sem dúvida ser publicada em um Jornal de Montes Claros, obviamente com suas particularidades. Outro ponto interessante é que, independentemente das intenções de Carlito Cordeiro Filho, seus posicionamentos suscitaram um “conflito de opiniões” que trouxeram à tona as rivalidades existentes entre católicos e evangélicos, além de levantar a questão acerca das relações existentes entre política e religiões cristãs na Câmara Municipal, sobretudo demonstrando o poderio simbólico do imaginário religioso, movimentando a sociedade uberlandense.

Bernardo Carvalho, colunista do *Jornal Folha de São Paulo*, escreveu um artigo importante, intitulado *O triunfo da religião*. Este era o título de um caderno de anotações de Lacan, compilado pelo genro Jacques Alain-Miller e publicado recentemente com o nome de “*O triunfo da religião precedido de discurso aos católicos*”. O escritor do jornal desde o início deixa clara a dificuldade de se compreender o pensamento de Lacan, mas procura uma sistemática que, mesmo capenga, traz à tona uma discussão interessante que encontra ressonância com a nossa. Uma afirmação contundente do autor, baseado em Lacan é que “a religião, ao contrário (da ciência com seus princípios mínimos), é capaz de dar sentido a qualquer coisa, até mesmo a totalidade do inimaginável”⁷³. A argumentação central é que a ciência procura seu objeto no real e não o apreende, enquanto que, a religião consegue apreendê-lo em sua totalidade. Pois, o Deus inacessível e sua falta ontológica cura os homens de suas angústias não deixando eles perceberem o que não funciona. Ou seja, o que falta à ciência Deus cobre, proporcionando uma sensação mais satisfatória em relação ao real. Outro ponto interessante do artigo é quando o autor afirma que:

*É, diante da falência besta e irresponsável do único projeto político popular que ainda parecia ter alguma chance de apresentar uma saída honesta e laica para o país, fica cada vez mais difícil não pensar que um dos legados da derrocada do PT, mais cedo ou mais tarde, serão evangélicos no poder, nem que seja por não nos deixarem perceber ‘o que não funciona’.*⁷⁴

Ressaltemos mais uma vez que, a própria noção de um PT laico é questionável, na medida em que indícios e estudos apontam para uma íntima ligação existente entre os

⁷³ CARVALHO, Bernardo. O triunfo da religião. *Jornal Folha de São Paulo*, 16 ago. 2005. p. 6.

⁷⁴ Ibid., p.6.

movimentos operários do ABC paulista e mesmo dos partidos de esquerda e o apoio de boa parte de grupos e militantes católicos a tais manifestações, como nas greves ocorridas em 1978 e 1980, principalmente naquela região. Assim, generalizar esta questão é um ponto problemático a que não nos arriscaríamos. Porém, cabe ainda ressaltar que na propaganda eleitoral e mesmo nas disputas políticas que mantêm seu continuísmo pós-eleição, o recurso televisivo merece também um destaque, na medida em que é um veículo decisivo, que faz parte do cotidiano popular e das tentativas de dominação simbólica que pautam o discurso político-religioso.

Neste mesmo viés de discussão, encontramos um “santinho” peculiarmente interessante, cujo formato assemelhava-se a de um panfleto geralmente distribuído em missas ou encontros religiosos cristãos, os missais. Ao abri-lo percebemos que mostrava ordenadamente um ritual religioso como oração no começo das reuniões, hino de hozanam, hino a São Benedito de Paula e oração ao final das reuniões. O candidato então especifica o grupo a que pertence, procurando evidentemente o apoio dos membros de seu grupo religioso que, ao manusearem seu material propagandístico, poderão se imaginar dentro de um culto religioso. Contudo, o apelo simbólico, através das mensagens veiculadas, procurou propiciar, ou no mínimo lembrar, o convívio do candidato e a identificação dele com seu grupo, do qual aguarda o apoio nas eleições em nome do seu Deus e da crença em comum, provavelmente existente entre seus possíveis eleitores.

Vale a pena mais uma vez, retomarmos as eleições 2000 e mesmo o ambiente da Câmara de Vereadores e Prefeitura até 2004, para destacarmos que Pierre Ansart também se refere às eleições como um lugar particular de análise, na medida em que os sentimentos e as emotividades que norteiam as festas eleitorais encontram em seu ambiente propagandístico um ponto importante para a problematização que norteia a análise das paixões políticas. Em nosso caso essa efervescência de sentimentos esta marcada pelo apelo a religiosidade cristã que tende a ter um continuísmo de afloramento das sensibilidades pautada nos pedidos dos eleitores e nas propagandas políticas que se seguem no pleito dos membros do legislativo e executivo em Montes Claros. Dessa maneira entendemos que a eleição é um momento importante para análise dos mandatos dos candidatos eleitos no qual se pode perceber a influência da religião na política da cidade montesclarensense, pois

*(...) transformar as eleições em um acontecimento importante e decisivo, reunir todos os meios para lhe conferir o caráter de um grande drama social, apaixonado e apaixonante. Esse acento dramaturgico vai aliar o [L'enjeu et l'enflure] e o exagero, o sério (os postos a serem conquistados) e os fantasmas, o real e o imaginário, o ajuste de contas e as declarações enfáticas, mas é precisamente neste misto de "real" e de ilusões que as emoções se exasperam*⁷⁵.

Ao procurarmos analisar a propagação de discursos e apelos religiosos veiculados pela televisão, percebemos que, sobretudo os candidatos ao executivo, principalmente o eleito, utilizaram esse veículo de comunicação na propaganda eleitoral devido à potencialidade desse recurso propagandístico, principalmente pelo seu alcance e sua riqueza no que se refere à construção de imagens que, entrecruzadas ao sagrado, poderiam contribuir para a construção do carisma do candidato e para seu sucesso nas eleições. Nessa perspectiva, um dos candidatos a membro do executivo nas eleições de 2000, em Montes Claros, mostrava, no início de sua campanha eleitoral diária, uma menina sentada em frente a um monitor de computador, visualizando a imagem da Catedral de Montes Claros que, em poucos instantes, se transformava no número do candidato em questão. Completando a cena, a menina com as duas mãos juntas, (aparentemente rezando ou fazendo um pedido) tem ao seu lado a imagem de Jesus Cristo. É importante percebermos que o candidato procura entrecruzar modernidade (computador) e tradição religiosa cristã, representada pela imagem de Jesus, pela Catedral e pela expressão da criança ao juntar as mãos, como alguém que pede algo ou reza. O convite é exatamente que reflitamos sobre estas questões, na medida em que percebemos que em uma esfera mais ampla, a campanha do candidato em questão (eleito) é marcada pela utilização do recurso religioso, sobretudo por meio da propaganda televisiva, atrelando tradição à modernidade, exatamente o que se expressa na imagem inicial de seus programas. Outro aspecto importante na construção do programa e da imagem citada é a relação necessidade, pedidos, fé e política que caracterizam frases como: (...) “Deus me permitiu realizar sonhos e ser feliz é claro que este grande sonho também vai ser realizado”⁷⁶.

⁷⁵ ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: Edufu, jun. 2002. p. 74.

⁷⁶ Trechos retirados do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita de um candidato a prefeito nas eleições 2000 em Montes Claros.

Além do poder da utilização da religiosidade na propaganda eleitoral é importante detalhar os meios de propagação de tal recurso. Neste sentido, Pierre Bourdieu esclarece que a televisão pode funcionar como um instrumento de manutenção simbólica, que de forma violenta vem se tornando o árbitro da existência social e política. Assim, Bourdieu acredita que na contemporaneidade a televisão exerce um poderio simbólico onde se apropriando do *efeito real* ela pode fazer crer no que se faz ver. Com efeito, a televisão, ao construir o objeto de acordo com as categorias de percepção do receptor, pode buscar a homogeneização e a banalização do cidadão, aparentemente politizando-o⁷⁷. Assim, o momento eleitoral pode nos ser particular na análise, pois, nas sociedades democráticas, as eleições impulsionam momentos nos quais toda a importância da cidadania às vezes é confundida com o ato de votar. Outra questão importante, também discutida por Bourdieu, é a “construção do objeto de acordo com as categorias de recepção”. Neste aspecto, apesar da consciência da individualidade e da problemática que perpassa a análise do ponto de vista da recepção, é fato corrente que a cidade de Montes Claros, de esmagadora maioria cristã, pode encontrar no recurso religioso um ponto comum que no mínimo proporcionará ao candidato, que o utiliza, ser ouvido. Além, obviamente, de estarmos em parte de nossa documentação analisando “programas” políticos que têm o intuito claro da conquista do voto.

Relevante para pensarmos nossas fontes é também a obra *O poder em Cena* do antropólogo Georges Balandier. Estudando casos de várias sociedades, o autor expõe a importância do recurso simbólico para a teatralização política. Assim, aborda também a utilização simbólica e constante do ridículo em inúmeras sociedades até o século XIX, mesmo depois do deslizamento do religioso para o político no século XVI, fazendo com que a pensada desordem se mitifique, possibilitando o controle e a ordenação das sociedades. Ao discutir sobre as sociedades de democracias pluralistas contemporâneas, o autor destaca um ponto fundamental quando afirma que “a persuasão política depende menos da argumentação do que daquilo que é manifestado espetacularmente com o auxílio da arte da televisão”⁷⁸. A partir de tal arte, é feita uma difusão cotidiana de imagens, fazendo com que o poder disponha de uma “tecnologia das aparências” que

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre, **op. cit.**

⁷⁸ BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982. p. 67.

procura, também, instaurar a ordem pela desordem. Assim, as sociedades eletrônicas possuem uma capacidade de produção e difusão de imagens, onde o poder, por meio da mídia, dispõe de uma força jamais atingida anteriormente. Acerca das eleições o autor esclarece que “além do direito de ‘suspense’ que produzem, é ocasião para manifestações festivas, de campanhas orquestradas por managers, de dramatizações programadas”. Ao nos reportarmos ao contexto montesclarenses encontramos uma sociedade contemporânea em que os políticos têm, em suas mãos, os recursos proporcionados pela tecnologia eleitoral, que encontram na tradição cristã um lugar de convergência e de aceitação da propaganda eleitoral que atinge o âmbito cotidiano dos montesclarenses.

O próprio Georges Balandier chega a afirmar que a vida cotidiana diante deste drama e das manipulações de representações do mundo e da sociedade expostas pela tela, de vez em quando, rompe-se, impondo tragédias radicais e violentas. Uma sugestão importante do autor é a de conscientizar os homens de que em meio às fascinações, eles devem procurar governar as imagens e não serem capturados por elas. É procurando valorizar a liberdade e a individualidade que acreditamos que uma das possíveis “terapias”, tanto do historiador, no seu drama do ofício, quanto para os indivíduos, diante dos dramas das eleições é a busca do entendimento das relações de signos, significantes e significados, e em nosso caso, no momento das eleições.

Procurando problematizar a noção de televisão como manipuladora e construtora de opinião um intelectual importante de ser lembrado é Jesus Martín Barbeiro. O autor propõe pensarmos a televisão como lugar importante para a percepção das sensibilidades e subjetividades, marcadas pelas disputas simbólicas, sobretudo na América Latina. Com tal intuito, segundo o autor, existiu uma metamorfose no caráter público após a era da informação, desvinculando-se a idéia de televisão estatal que historicamente em países como o Brasil é confundida com o espaço público. Para a definição do que seria a televisão pública atual, o autor defende que tal modelo televisivo é aquele que possibilita o acesso à divulgação de seus anúncios e mensagens à maioria dos cidadãos. Neste sentido, o espaço público alcançado pelos modernos meios de comunicação é um lugar de disputas políticas e ambigüidades que ao serem estudadas passam a ser um ponto interessante de análise para o entendimento da sociedade. Assim existe uma estreita relação entre o caráter público e o comunicável nas sociedades contemporâneas, marcadas pelas disputas

imagéticas e simbólicas. Neste parâmetro desvaloriza-se o que a nação tem de horizonte cultural comum, por meio da valorização das diversidades individuais típicas do cidadão vivente nas sociedades neoliberais

(...) os meios de comunicação e as redes eletrônicas estão se constituindo em mediadores da trama de imaginários que delineia a identidade das cidades das regiões, dos espaços locais e do bairro, veiculando assim a multi-culturalidade que faz explodir as referências tradicionais da identidade”⁷⁹.

É perceptível nas propagandas políticas televisivas a utilização de diferentes membros da população montesclarenses, além de uma valorização das múltiplas características culturais da cidade que ao mesmo tempo demonstram e constroem o imaginário social por meio do recurso simbólico. Evidentemente que, para o político, o objetivo é a obtenção do sucesso eleitoral. Sabemos que não se pode generalizar a relação emissor e receptor, pois por mais programada que seja uma mensagem ou imagem, os receptores a captarão de formas diferentes daquilo que foi proposto originalmente. Porém, acreditamos que, dentre as várias características sócio-culturais que podem servir de atrativo em busca da simpatia do eleitor, o recurso religioso cristão detém uma importante capacidade de identificação social que contribui para a produção imagética de uma afinidade que passa a contribuir para o sucesso eleitoral do candidato, aceito pela recepção. Nessa vertente, um dos candidatos ao executivo explorou a imagem da mãe que iniciou seu discurso afirmando que ele nasceu no dia de Santo Antônio. Interessante foi observar também que ao lado da mãe do candidato tinha duas imagens de santas que simbolizavam a tradição católica da família. Para finalizar, em seu pedido de voto afirmou que a candidatura do filho “é uma coisa que partiu de Deus que mandou para ele de dentro de seu coração”⁸⁰. Cabe observarmos ainda que a utilização de imagens católicas, da figura da mãe, aliadas à produção da imagem política do candidato (não eleito), independentemente de sua vitória, pode encontrar ressonância ou afinidade com boa parte do eleitorado criando

⁷⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: Televisão pública: do consumidor ao cidadão.** São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 67.

⁸⁰ Frase extraída do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, proferida pela mãe de um dos candidatos à prefeitura de Montes Claros, nas eleições 2000.

um sentido de comunidade que, nos momentos eleitorais, pode ser uma maneira importante de se buscar a conquista do voto.

No Brasil, sabemos que a utilização dos meios de comunicação de massa tem sido fundamental para fundamentar a propaganda política em vários momentos, da mesma forma que o recurso religioso também foi e é empregado em inúmeros momentos pelos políticos que aspiram à simpatia da população. Enfocando os recursos de comunicação, sabe-se que até a década de 1970, o recurso radiofônico foi fundamental para a propagação dos ideais, sobretudo populistas dos presidentes candidatos, golpistas ou eleitos. Cabe ressaltar que, neste período, a maior parte das emissoras de rádio estava sob controle oficial, e geralmente divulgava positivamente as imagens dos governantes. A partir do governo de Juscelino Kubstschek, apelidado de o presidente “bossa nova”, acelera-se o processo de consolidação também da utilização do recurso oral e visual, propagado para as massas por meio da televisão. Após a renúncia de Jânio Quadros e o golpe sofrido por João Goulart, em 1964, inicia-se a Ditadura Militar no Brasil, período em que, sem dúvida, a propagação da imagem de personalidades políticas e as disputas no plano simbólico encontraram na televisão um lugar importante para o entendimento das relações políticas em pauta. Obviamente, devemos lembrar que muito além do controle de imprensa legitimado por alguns órgãos governamentais como o Sistema Nacional de Informações, existe uma população cuja maioria sobrevive em condições bastante precárias, marcada por enormes carências e desrespeito aos princípios mínimos de cidadania. Essas debilidades, certamente, em muito têm contribuído para a consolidação de um Estado autoritário e centralista, atributos esses observados ao longo da História do nosso país. Exemplifica isso o Golpe de Estado de 1964, desferido pelos militares, cuja permanência no poder perdurou por mais de duas décadas. A partir da crise do militarismo no Brasil, a televisão pública, até então confundida com a televisão estatal, passa a deter características diferentes, reflexos da abertura política e da reorganização do Estado brasileiro. Neste contexto, agora de debilidade também do Estado, a televisão aparece como importante veículo de propagação dos interesses políticos.

Isso fica bastante claro na fala de Lily Marinho, viúva de Roberto Marinho, que mesmo levando-se em consideração a deliberada intenção de exaltar a figura do ex-presidente das Organizações Globo, também dá mostras de que, em diferentes momentos

históricos do país, houve efetivamente uma forte influência política de seu marido para com os chefes de Estado, inclusive de nações estrangeiras. Ao relatar que o ano de 1989 é exatamente o grande momento da carreira do jornalista e presidente da TV Globo, destacando que Roberto lutou em defesa de seus “amigos comunistas”, ela afirma:

*Em 1989, ele já atingira o auge de sua glória. Sua odisséia profissional era digna de inveja e, a essa altura, de tal magnitude que os ranzinhas e os eternos críticos não tinham argumentos a opor ao papel exercido por Roberto no progresso do Brasil em direção a modernidade. (...) Pela primeira vez, depois de muito tempo, eu me encontrava diante do homem que se transformava no mais poderoso do Brasil; tão influente que os chefes de Estado, quando de passagem por nosso país, visitavam no Cosme Velho aquele que ouvi ser chamado de ‘faiseur de rois’”.*⁸¹

Ao analisarmos as palavras da autora fazemos questão de ressaltar novamente que a proposta de seu livro era de assumidamente valorizar a figura de Roberto Marinho. Porém, o que pretendemos apontar é que realmente com a decadência do Regime Militar, a projeção e a importância da televisão na política, sobretudo representada pelas Organizações Globo, foi inegável. O destaque neste instante não diz mais respeito a uma televisão guiada pelo Estado e sim a uma rede de televisão privada que exerce uma influência na política nacional. Assim, o que procuramos perceber é que a partir da abertura política, materializada na constituição de 1988, a influência dos recursos audiovisuais para o entendimento das relações sociais e políticas brasileiras passam a ter um lugar de relevo. Haja vista que nas eleições presidenciais de 1989, após vinte e oito anos sem eleição, a figura de Fernando Collor de Mello, presidente eleito, foi sem dúvida projetada no cenário nacional, sobretudo devido ao recurso televisivo. De forma intencional ou não a Rede Globo de Televisão estreou no dia 09 de janeiro de 1989 a novela *O Salvador da Pátria* apresentada diariamente às vinte horas. “Conhecidentemente” o mesmo ano da eleição de Fernando Collor de Mello para presidente. Minimamente o que podemos afirmar é que em meio ao clima gerado pelo fim da Ditadura Militar, promulgação da Constituição de 1988 e eleições diretas a escrita da novela sem dúvida suscitou na população o sentimento de buscar através voto a resolução de seus problemas fundamentado na figura de algum candidato que surgiria para tentar resolver os muitos problemas nacionais. A campanha,

⁸¹ MARINHO, Lily. **Roberto e Lily**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 75.

sobretudo televisiva de Fernando Collor, “o caçador de marajás” e o “guerreiro” na luta a favor dos descamisados, foi a que mais se enquadrou nos anseios populares. Ressalta-se ainda, em detrimento de outros recursos, que o “messias” Fernando Collor também se apoiava em discursos, figuras e lideranças religiosas em busca da vitória nas eleições.

Num trabalho relevante para análise do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita e mesmo para a utilização política do discurso político engendrado pelo religioso e propagado pela televisão, Olga Tavares analisa os discursos proferidos por Fernando Collor em sua campanha política. Segundo a autora a religiosidade e o apoio no sagrado foram fundamentais para embalar esta figura que também se afirmava como predestinado. Esta aura foi criada, sobretudo por meio da televisão que sem dúvida contribuiu para a construção da imagem positiva de Collor, materializando-se em sua vitória nas eleições, mesmo sendo lançado por um partido inexpressivo e concorrendo com figuras políticas de renome nacional, como Leonel Brizola, Luis Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães. Em sua análise, ela reporta-se a nossa história, seguindo uma vertente metodológica e teórica parecida com a que aqui adotamos, e que tenciona demonstrar que há muito a utilização da crença cristã dos brasileiros vem propiciando inúmeras conquistas políticas. A autora destaca que "a fala do candidato à Presidência da República, em 1989, resgata mitos bastante conhecidos do imaginário popular e sua condição de 'salvador' apenas retomava a expectativa geral por acontecimentos que se apegavam à ordem do sagrado".⁸²

Neste sentido, percebemos que não só através do trabalho da autora, sobretudo no que se refere à análise da propaganda eleitoral, mas principalmente à utilização do recurso religioso por Fernando Collor nas eleições de 1989, o clima e os apelos do candidato assemelham-se aos proferidos nas campanhas eleitorais montesclarenses. Portanto, comparando alguns discursos do candidato eleito para presidente com os do prefeito eleito em Montes Claros é possível perceber semelhanças:

*Prefeito de Montes Claros – (...) estou feliz porque Deus está presente em minha vida e por isso tenho a coragem de ser julgado.*⁸³

⁸² TAVARES, O. **Fernando Collor: o discurso messiânico: o clamor ao sagrado**. São Paulo: Annablume, 1998. p. 122.

⁸³ Frases do prefeito eleito em Montes Claros nas eleições 2000, retiradas do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.

Fernando Collor de Mello - sou um cristão extremamente preocupado com as questões nacionais e sociais e que tem uma esperança muito grande no futuro deste país. (Fernando Collor, O Globo, 05/02/1989)⁸⁴.

Na primeira frase o candidato a prefeito apresenta-se como crente em Deus, e coloca-se na condição de réu e o povo deveria avaliar sua candidatura. Diante de uma população crente, evidentemente existe a necessidade de se colocar como tal, porque sem dúvida podemos afirmar que um indivíduo que ousasse se colocar como ateu, dificilmente ganharia as eleições. Principalmente diante de uma comunidade cristã. Colocar a população (julgadora) em uma condição superior a sua (de julgado) também é um recurso interessante, que faz com que a população se sinta detentora de poder. Na segunda frase, Fernando Collor também qualifica-se como cristão. Em seguida, mostra-se preocupado com o futuro e utiliza a esperança nacional como apoio e base para sua candidatura. Portanto caso o leitor não tenha a atenção, poderá perfeitamente pensar que a segunda frase é proferida pelo mesmo candidato responsável pela primeira.

Prefeito de Montes Claros - (...) agradeço a Deus por tudo isso e sobretudo por ter me permitido realizar sonhos

Fernando Collor de Mello - Se Deus me permitiu realizar muitos sonhos e ser feliz é claro que este grande sonho também vai ser realizado⁸⁵.

Com a ajuda de Deus, nós vamos fazer um Brasil com que todos nós sonhamos⁸⁶.

Analisando essas frases, é interessante o apelo aos sonhos, sobretudo ao sonhar coletivo que é a felicidade. Outro fator relevante é o fato de o candidato (nas duas primeiras frases) justificar seu objetivo de tornar-se o prefeito de Montes Claros pelo fato de ele ser um realizador de sonhos (colocando-se como um bom político para a população). Na terceira frase, percebe-se que Fernando Collor utiliza praticamente o mesmo recurso, apoiando-se no invisível para articular o nós, ou seja, a população brasileira. Como já

⁸⁴ TAVARES. O, **op. cit.**, p. 105.

⁸⁵ Frases do prefeito eleito em Montes Claros nas eleições 2000, retiradas do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.

⁸⁶ TAVARES. O **op. cit.**, p. 159.

revelado neste texto, a pretensa busca pela felicidade é um dos elos mais fortes entre a política e a religiosidade, pois é neste instante que se propõe uma globalidade de interesses e as articulações políticas focalizam um público mais generalizado e menos privado. Essa coletivização, segundo Maffesoli, é fundamental para o político, ou mesmo para a política atual.

(...) Deus gosta de todos nós, e quer nos ver felizes e transformando sonhos em realidade, contamos com você e seus amigos para conseguirmos a grande vitória. A vitória de Montes Claros e de nossa gente

(...) Eu agradeço a Deus por ter criado em mim uma pessoa que procura sempre, uma fórmula de diminuir o sofrimento de todos.⁸⁷

(...) Venho em nome da fé, como mandatário da Verdade e sob a inspiração da Liberdade com justiça, para promover a prosperidade coletiva, restaurar a dignidade da vida pública, ... (banir o Brasil) das práticas espúrias que infelicitam o país, degradam a atividade política e envergonham a Nação⁸⁸.

Na primeira frase, a proposta de realização de sonhos permanece e o candidato amplia ainda mais o corpo social colocando-se como parte do mesmo. E é Deus que unirá as partes para o funcionamento perfeito, ou melhor, para a vitória. Em um segundo momento, a proposta é amenizar os sofrimentos, para que o povo se sinta mais feliz. Além disto, existe um agradecimento, quando na verdade este funciona muito mais como um pedido. Sendo que na terceira, o candidato à presidência, Fernando Collor, também se baseia na verdade e na felicidade certa, posterior a sua candidatura.

Portanto, diante desta rápida análise encontramos interligadas, política e religiosidade, que se perpetuam e legitimam-se, procurando guiar constantemente os eleitores e indivíduos aos mesmos caminhos, ou pelo menos a percursos parecidos. A proposta desta comparação entre o candidato a prefeito em Montes Claros e Fernando Collor de Mello demonstrou ser este recurso político típico tanto dos candidatos a cargos no nível nacional quanto no municipal.

⁸⁷ Frases do prefeito eleito em Montes Claros nas eleições 2000, retiradas do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.

⁸⁸ TAVARES. O, **op. cit.**, p. 159.

Um dos apelos mais marcantes das eleições montesclarenses foi feito por um dos candidatos a vice-prefeito (eleito), que discursa emocionado sobre a trajetória que o levou a aceitar a candidatura:

Ano passado eu fiz uma longa caminhada a pé, pelo caminho de Santiago na Espanha, é um caminho forte, místico. Um chão marcado pela fé, pela dor, e pela esperança desde os tempos bíblicos. É um caminho que faz a gente pensar, e eu pensei, pensei muito. Pensei nas coisas da minha vida, pensei na família, na minha Montes Claros, nos meus irmãos. Caminhei e pensei sem pressa, sem ansiedade, devagar e sempre, rumo a Catedral de Santiago de Compostela. Lá segundo a tradição, todos que chegam pelo caminho podem pedir alguma coisa ao Apóstolo Tiago. Eu vi gente pedindo para ganhar na loteria, para arranjar um bom emprego, para passar num concurso, pedindo tudo. E aí eu pensei; o que eu quero? (...) ⁸⁹. Naquela hora só consegui me ajoelhar e agradecer a Deus por tudo o que eu recebi. O tempo passou e eu fiquei ali chorando, as lágrimas rolando sem parar pelo meu rosto. Ali eu fiquei muitas horas e compreendi que a melhor forma de agradecer era dar mais de mim ao meu próximo. Aquele momento foi decisivo para que eu aceitasse a candidatura.

Nessa passagem podemos perceber que o candidato coloca-se como um predestinado, uma pessoa de fé, que em uma proclamação de alto grau de emotividade, vê-se em condições de ser o "nosso representante" um "homem de Deus por Montes Claros". Enfatiza que o caminho místico da tradição cristã católica de Santiago de Compostela é marcado “*pela fé, pela dor e pela esperança*”, exatamente os sentimentos que se intensificam a cada quatro anos nas eleições nacionais. Assim, tal depoimento transmitido obrigatoriamente pela televisão na propaganda ganha uma força de afinidade simbólica que, mesmo ao considerarmos as características individuais do eleitorado, acreditamos que é algo que no mínimo nos inquieta. No decorrer de seu discurso, o candidato procura a proximidade com o eleitorado recorrendo ainda à família e aos irmãos montesclarenses. Em seguida justifica seu pedido novamente recorrendo à tradição cristã católica (mas é interessante notar que ele se refere ao caminho como místico, não destacando explicitamente o Catolicismo) e agradece demonstrando humildade. Outro fato interessante, possível somente de ser visto quando analisamos a veiculação da propaganda eleitoral pela

⁸⁹ Momento em que o candidato à vice-prefeito de Montes Claros, Ucho Ribeiro se emociona, chegando às lágrimas no decorrer do discurso.

televisão, diz respeito à aparente emotividade do candidato uma vez que, além dele se referir ao choro no discurso, chega mesmo a chorar ao se lembrar do feito. Ao final de seu “programa”, de maneira bastante planejada, a apresentadora pede que a jornada seja iluminada e diz: "Vamos pedir com uma das mais belas orações: 'Senhor fazei-me instrumento de vossa paz. Onde houver ódio que eu leve o amor, (...)'. A oração é proclamada através de uma imagem de dentro da Catedral que, de uma de suas janelas desfere raios luminosos. Estes provavelmente iluminarão os eleitores, para que nossa telenovela obtenha um final feliz.

Percebe-se que a produção de imagens emotivas e a utilização da tradição simbólica cristã transmitidas aos cidadãos montesclarenses podem ser uma forma eficaz de propaganda política, fato que faz com que o Horário de Propaganda Eleitoral seja um importante objeto de análise para a percepção das disputas políticas que na contemporaneidade encontram na televisão um veículo privilegiado. Preocupados em perceber o papel da televisão como produtora de imaginários, observamos também na propaganda eleitoral montesclarenses em 2000 que um dos candidatos a prefeito (não eleito naquele pleito) após participar de um “Encontro de candidatos cristãos do Norte de Minas”, sentado ao lado do Bispo, utilizou tal fato para projetar sua imagem, expondo o encontro em sua propaganda televisiva e destacando sua diferença em relação aos outros candidatos. Sobre o candidato em questão o Bispo Dom Geraldo Magela afirmou:

Todos foram chamados, e infelizmente poucos vieram, mas aqueles que vieram estão aqui. Sendo formados para uma administração voltada para o povo e com grande temor de Deus, e com vontade de realmente realizar aquilo que Deus nosso Senhor quer de um verdadeiro prefeito⁹⁰.

Acerca da importância de se perceber o poder da televisão como produtora de símbolos que perpassam as relações políticas, a psiquiatra Maria Rita Kehl, em um artigo intitulado *Televisão e violência do imaginário*, procura perceber como a televisão na contemporaneidade pode impedir a possibilidade de reflexão e pensamento dos telespectadores, fato denominado como violência do imaginário. A autora dialoga com Hannah Arendt tentando evidenciar que uma sociedade em que, por meio, sobretudo da televisão, o imaginário prevalece, pode ser considerada de certa forma como totalitária.

⁹⁰ Frase proferida pelo Bispo de Montes Claros no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita de um dos candidatos à prefeitura de Montes Claros nas eleições 2000.

Assim, em meio à superficialidade do homem, diante das “comuns” catástrofes o mal se banaliza e se instaura. Procurando evidenciar um exemplo de violência imaginária, a autora aponta as campanhas políticas, diante das quais o eleitor não se preocupa em “pensar” sobre o que o político propõe, pois o próprio debate político na linguagem publicitária já funciona de acordo com a lógica de realização de desejos, por meio da produção de imaginários. Isso faz lembrar um dos recursos utilizados pelo candidato com o seu inspirador Caminho de Santiago de Compostela. Como afirma Kehl,

*o eleitor não vota mais no candidato que expõe algumas idéias razoáveis, que apresenta problemas que talvez possam ser resolvidos; o eleitor vai votar no que nos faz gozar na hora, diante da imagem dele. No momento mesmo em que a imagem do candidato se associam a imagens capazes de dar prazer ao eleitor-telespectador, por mais fantasiosas que sejam, por mais que o candidato minta, ele conquista o eleitor ao fazê-lo **gozar diante das imagens de campanha**, como se aquilo já fosse um desejo realizado, de modo que o eleitor vai votar na esperança de prolongar aquele gozo. Talvez assim se explique por que, seja qual for o candidato eleito, um mês depois está todo mundo furioso com ele. Porque, acabada a campanha, acaba o gozo imaginário. E aí não há o que ele possa fazer para recuperar a imagem – coisa que ele tentará fazer, para a infelicidade de todos nós, na próxima campanha⁹¹.*

A reflexão da autora exposta acima é importante para pensarmos acerca da utilização do recurso televisivo na propaganda eleitoral gratuita e nos comerciais propagandísticos comuns nos momentos que antecedem as eleições e no cotidiano do eleitor, mesmo ao término das campanhas políticas. Sua importante reflexão a respeito da busca do “gozo diante das imagens de campanha” capta, de maneira bastante apropriada, uma espécie de estado de bem-estar que a maior parte dos eleitores, preocupada com as problemáticas individuais e coletivas, almeja no momento das eleições. Dessa forma, acreditamos que a utilização do recurso religioso faz com que a sensação da maioria dos eleitores seja de prazer ao mesmo tempo em que a probabilidade de realização real dos desejos se fixe “apenas” na esfera simbólica de satisfação, dando a idéia projetiva de resolução do problema, que pode ser renovada na eleição posterior.

⁹¹ KEHL, Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio (org). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 150-51.

Este estranho sentimento de mudança inerente ao momento eleitoral e às crenças e práticas de influência católicas no Brasil remete-nos, sobretudo, à influência do Cristianismo católico na população brasileira, como bem demonstrou Sérgio Buarque de Holanda. Ao procurar discutir as diferentes colonizações da América inglesa e portuguesa o autor destaca a importância do mito bíblico de Adão para pensarmos a influência do Catolicismo na mentalidade brasileira marcada pela catequização. Neste contexto aborda que na América Ibérica o sentido de dependência e de acomodação que para muitos caracteriza o ser brasileiro é proveniente da noção de Novo Mundo paradisíaco e maravilhoso, onde tudo já se tem, não existindo a construção do sentimento de trabalho, típico da noção puritana do paraíso em construção. Dessa forma, percebe-se que o imaginário europeu, sobretudo Ibérico do mito edênico, contribuiu para a colonização que se efetivou no Brasil e para a construção da identidade brasileira.⁹² Evidentemente, como adverte o próprio autor referindo-se ao ofício do historiador, não queremos pensar o passado no singular, ou resolver nossas inquietações com estas noções de fantasia do período das navegações. O objetivo é ressaltarmos que efetivamente a noção católica de paraíso foi fundamental para justificar a colonização e inúmeras propostas políticas que tradicionalmente no Brasil, em muitos casos se apegaram ao sagrado e aos sonhos. Cabe lembrar aqui também os sentidos do país como uma potencialidade paradisíaca que tem todas as possibilidades de melhorar, o que contribui para fortalecer a noção de acomodação.

Segundo Georges Balandier

*(...) nas sociedades tradicionais, sociedades vocais, as dramatizações sociais e políticas são, de algum modo, da natureza das coisas; elas são feitas de funcionamento e manifestações quase cotidianas. A generalização do escrito do impresso, modifica profundamente esta situação (...) A demonstração substitui a argumentação e, a tomada global, imediata e emocional substitui o abstrato o analítico. A idéia prevalece sobre a imagem, a ideologia sobre os dispositivos simbólicos e as práticas que fazem ver. A revolução eletrônica cria uma nova ruptura e provoca a volta parcial dos antigos hábitos. (...) O poder dispõe assim da chamada 'tecnologia das aparências'*⁹³.

⁹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 1-14.

⁹³ BALANDIER, Georges, **op. cit.**, p. 67.

Nesse aspecto, cabe reconhecer também que em determinados momentos de crises políticas ou sociais ou em períodos eleitorais, seja em função de valores impregnados no imaginário social ou induzidos por discursos salvacionistas, o fato é que setores da população passam a acreditar que somente pelo voto é possível alcançar as almejadas melhorias para o município, Estado ou país. Para muitos políticos essas são águas propícias para lançarem as suas redes e colher a simpatia dos eleitores ou do cidadão. E, no contexto de Montes Claros, é possível concluir que o apelo religioso tem contribuído decisivamente para o êxito de muitos daqueles “pescadores”, seja na condição de candidatos ou no exercício dos seus mandatos no legislativo ou no executivo municipal. De maneira análoga, ao nos aventurarmos na busca de compreensão para tal fenômeno, enquanto pesquisador, também nos colocamos na condição de “pescadores” de fontes, objetivando traçar uma discussão acerca das sensibilidades e sentimentos que circundaram as relações políticas montesclarenses, no período aqui analisado.

CAPITULO 2

“ONDE HOVER DÚVIDA QUE EU LEVE A FÉ”: FÉ NO VOTO OU VOTO DE FÉ ?

“(...) o religioso emerge na esteira de um cansaço com a política e religião institucionalizadas, como vemos na utilização de uma religiosidade mística ou difusa como terapia anti-stress nas empresas, ou quando militantes político sociais buscam o amparo ou consolo da religiosidade para renovarem suas energias utópicas ou mesmo em substituição a atuação política” (BURITY, 2001).

Os estudos acerca das Religiões e religiosidades evidenciam que a linguagem e o discurso religioso, permeado por subjetividades e por apelos ao sobrenatural, têm marcado as relações sociais e servido muitas vezes como um elemento apaziguador fundamental para a sustentação e compreensão de inúmeras sociedades e de suas relações políticas. Assim, as problemáticas sociais em inúmeros momentos se viram “amenizadas” e as crenças acabaram(ão) por impedir ou legitimar conflitos, além de contribuírem para a construção de uma boa imagem e do poder de vários políticos. Nas sociedades ocidentais, principalmente a partir do advento da Modernidade as relações entre religiosidade e política viram-se mais uma vez em conflito, porém mesmo após as Luzes e a separação constitucional da Igreja e do Estado, tem sido comum, inclusive em tempos atuais, a utilização do recurso religioso como instrumento facilitador para se conseguir aceitação, construir imagens ou buscar legitimidade. As campanhas e mandatos de alguns políticos contemporâneos na cidade de Montes Claros, de 2000 a 2004, com seus constantes apelos de conteúdos religiosos, são claros exemplos disso. Invertendo os pólos, do lado dos eleitores e cidadãos montesclarenses, a situação não é diferente: as investigações deram provas de que não foram poucos aqueles que, ao cobrarem ou fazerem solicitações aos seus candidatos eleitos também lançaram mão dos apelos afetivo/religiosos para a fundamentação de seus pedidos. A busca para se atingir a interioridade dos sentimentos, paradoxalmente, tem servido como “arma” de dominação e apaziguamento, por um lado, e

como legitimadora de reivindicações e cobranças, por outro, funcionando, neste caso, como uma espécie de instrumento espontâneo e instintivo de poderio popular. Portanto, ao trabalharmos aqui estas disputas simbólicas estamos procurando focar a imbricação existente entre as problemáticas sociais e a utilização da religião ou da linguagem religiosa cristã como meio de obtenção de resultados que buscam resolver tais problemas. Nessa mesma perspectiva, fizemos uso da noção durkheiminiana de religião civil acreditando, em conformidade com o autor, que a religião tem uma funcionalidade social que por vezes é apropriada pelas práticas, rituais e simbologias republicanas e, por conseguinte, por procedimentos políticos da contemporaneidade.

Ao procurarmos investigar como estas disputas simbólicas circundaram as eleições de 2000 e os mandatos dos eleitos naquele pleito, na cidade de Montes Claros, um termo de fundamental importância para o entendimento e desenvolvimento da temática foi o “Voto”. De acordo com os dicionários o verbete “voto” assume variados significados. Para Cegalla, por exemplo, essa expressão pode ser compreendida como “manifestação formal da vontade de escolher alguém para uma função política; promessa solene, juramento; apoio, aprovação; jura; parecer favorável; desejo sincero”⁹⁴. No dicionário Aurélio, encontra-se ainda os significados de “promessa solene com que nos obrigamos para com Deus; súplica à divindade; desejo ardente e modo de expressar a vontade num ato eleitoral”⁹⁵. Facilmente percebe-se que as possibilidades semânticas possíveis para o substantivo voto intercalam o ato político, sentimentos e devoção religiosa. Como ato político, temos o voto como a maneira de “expressar a vontade eleitoral”, como sentimentos destacam-se expressões como “desejo, sinceridade, apoio e favorecimento” e, no aspecto religioso, temos termos e expressões como “promessa, juramento, súplica a divindade”. A imbricação destes significados fomentou a análise desta pesquisa, pois ao investigarmos a princípio as eleições de 1º de outubro de 2000 e posteriormente a atuação dos eleitos, deparamo-nos com noções sobre o próprio termo voto que pode fazer o leitor entender nosso esforço historiográfico. Na propaganda eleitoral em expressões como “um voto de fé para mudar”, os aspectos político, religioso e sentimental estão presentes no

⁹⁴ CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da Língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. p. 879.

⁹⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 572.

slogan de um dos “santinhos” da propaganda eleitoral. Em outra perspectiva frases que dizem:

Continuarei apesar de tudo a depositar meu voto de confiança naquele funcionário simples da Caixa Econômica Federal que mostrou a todos que a política não se faz com demagogia, mas sim, com muita sabedoria e esperança em um mundo melhor. Que as bênçãos de Deus recaiam sobre vossa excelência e sobre vossa família⁹⁶.

Mais uma vez, em um pedido de manutenção de emprego, o cidadão eleitor também utiliza de apelos parecidos com os utilizados por muitos candidatos na eleição. É interessante destacar que o vereador Lipa Xavier confessou-nos não utilizar o recurso religioso como “mola-propulsora” de sua campanha. Afirmando ser realmente um recurso importante para a conquista do voto e que está presente também nos pedidos dos eleitores, entregou-nos a carta acima.

Ressalta-se ainda que, neste pedido, o eleitor demonstra “fé no voto”, acreditando que com a eleição do vereador ele conseguiria manter-se no emprego na Prefeitura de Montes Claros, o motivo de seu pedido. Vale lembrar que em alguns momentos, os exemplos apontam para “o voto de fé” quando, por exemplo, órgãos religiosos apóiam a candidatura de determinado candidato. E o mais interessante é que neste caso existe também a “fé no voto”, no sentido de que o apoio do candidato às instituições ou organizações religiosas ocorrerá. Recordemo-nos novamente que o próprio sentido do substantivo “voto” já sugeria estas dificuldades semânticas que muitas vezes na prática se imbricam proposital ou casualmente; daí a necessidade de uma atenção especial para tratar a relação existente entre estas vicissitudes, demarcadas pelos problemas sociais, e as propostas de melhorias imbricadas pela linguagem religiosa cristã.

Acerca do sufrágio universal, do voto, e do poderio deste “rito” republicano como fomentador das esperanças populares, o sociólogo Pierre Bourdieu esclarece que:

... em um dia determinado, a sucessão de indivíduos ‘que vão, uns atrás dos outros, desfilar perante a urna’, e suspendendo, ‘por um momento’, o tempo da escolha, todos os elos sociais, entre marido e mulher, pai e filho, patrão e empregado, paroquiano e padre, mestre e aluno, e, ao mesmo tempo as interdependências e as promessas (como verificar,

⁹⁶ Carta de pedido endereçada ao Vereador Lipa Xavier no dia 18 de Janeiro de 2005.

mesmo num grupo de conhecidos, ou de um corpo, se alguém manteve seus compromissos?), esse ato reduz os grupos a uma série destotalizada de indivíduos cuja 'opinião' não será mais que um agregado estatístico de opiniões individualmente expressas.⁹⁷

A argumentação do autor, que expressa o objetivo central da importante obra *O sufrágio universal e a invenção democrática*, diz respeito ao fato de que o princípio eleitoral combatido por socialistas, anarquistas, liberais e pela Igreja Católica, no século XIX, merece uma atenção especial dos cientistas políticos até hoje. Pois, os mistérios e as intenções que circundam a criação do voto como legitimador das democracias, tende a “valorizar” as individualidades, funcionando paradoxalmente “como o único meio capaz de exprimir o assentimento coletivo, de permitir vereditos soberanos e de assegurar a alternância política”. Como uma proposta para minimizar esta problemática Durkheim, citado por Bourdieu, afirma que:

Para que os sufrágios expressem algo além dos indivíduos, para que sejam animados desde o princípio por um espírito coletivo, é preciso que o colégio eleitoral elementar não seja formado por indivíduos aproximados somente por esta circunstância excepcional, indivíduos que não se conhecem, que não contribuem para formar mutuamente suas opiniões, e que vão uns atrás dos outros, desfilar perante a urna. É preciso, ao contrário, que seja um grupo constituído, coerente, permanente, que não tome corpo apenas por um momento, no dia da votação.⁹⁸

O pensamento de Durkheim, referente ao sufrágio universal como uma possibilidade de expressão ou não do poderio coletivo, é fundamental para pensarmos as disputas políticas montesclarenses, pois a utilização do imaginário religioso surge, de forma excepcional, exatamente no espaço de disputa entre a formação do espírito coletivo e a tentativa de conquista (que impede ou absorve a formação deste) feita pelos políticos nas eleições 2000 e em muitos casos no decorrer dos seus respectivos mandatos, ou seja, até 2004. Entremeia-se entre as elites políticas, eleitores e religiosos a linguagem genérica cristã que tem a capacidade de criação simbólica de uma argumentação que tende a

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. O mistério do mistério: das vontades particulares à “vontade geral”. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 25-26.

⁹⁸ Ibid., p. 24.

amenizar a conflituosidade das relações sociais servindo de “válvula de escape” da problemática que faz parte das relações sociais de uma sociedade laica, democrática e religiosa, como a montesclarenses.

Em algumas das principais rádios montesclarenses e nacionais, diariamente, às 6h (seis horas) da manhã e às 18h (dezoito horas) da noite é difundida a oração de São Francisco, na maioria das vezes interpretada geralmente pelo cantor Raimundo Fagner. Tal oração não é apenas um fato que demonstra a presença constante do Catolicismo em Montes Claros, pois, no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita em Montes Claros, um dos candidatos a prefeito nas eleições 2000 utilizou esta mesma oração como um dos símbolos de sua campanha, permeada por discursos e apelos político-cristãos. No final do primeiro programa político, a apresentadora orava enquanto era mostrada a imagem da Catedral de Montes Claros, onde uma das janelas propagava uma luz. A luz sem dúvida representava a esperança de melhorias (possibilidade suscitada, sobretudo nos momentos de eleição). A imagem da Igreja, um dos principais símbolos de Montes Claros, liga a imagem do político à simbologia cristã. A partir desta ligação é que se encontra o cerne de nossa discussão, pois acreditamos que, diante da notória existência de problemas cotidianos, que indubitavelmente norteiam as preocupações dos montesclarenses, a utilização do recurso religioso passa a ser um dos mais importantes recursos de linguagem imagética, discursiva ou escrita, que possibilita ao político suscitar no eleitor um sentimento de aceitação na medida em que o discurso tende a acalmar pela fé, propondo melhorias. Assim, pressupomos que as problemáticas geram esperanças e estas, por sua vez, embasam os discursos políticos, sobretudo em momentos que antecedem as eleições, como também por vezes, em seus respectivos mandatos, caso sejam eleitos.

Além das possibilidades de conquista já expostas por meio da utilização da “oração de São Francisco” a análise de seu texto é fundamental para nossa argumentação:

*Senhor,
Fazei-me instrumento de vossa paz.*

*Onde houver ódio, que eu leve o amor;
Onde houver ofensa, que eu leve o perdão;
Onde houver discórdia, que eu leve a união;
Onde houver dúvida, que eu leve a fé;
Onde houver erro, que eu leve a verdade;*

*Onde houver desespero, que eu leve a esperança;
Onde houver tristeza, que eu leve a alegria;
Onde houver trevas, que eu leve a luz.*

*Ó Mestre,
Fazei que eu procure mais consolar, que ser consolado;
compreender que ser compreendido;
amar, que ser amado.*

*Pois é dando que se recebe,
é perdoando que se é perdoado,
e é morrendo que se vive para a vida eterna.
Amém.⁹⁹*

Uma primeira observação que torna explícito nosso argumento do recurso religioso como amenizador dos problemas cotidianos e também do fato de o político divulgar a sua imagem de representante do Senhor na campanha eleitoral, materializa-se logo na primeira frase “Fazei-me instrumento de vossa paz”. Neste, sentido o candidato como um instrumento do Senhor pode construir sua propaganda política, fato que em detrimento de outros recursos foi marcante na campanha e no mandato do então candidato Jairo Ataíde, eleito em Montes Claros, em 2000. Em um de seus primeiros discursos realizados no dia 07 de janeiro de 2001, divulgado pelo *Jornal de Notícias*, o prefeito reeleito, após agradecer a “amizade” e confiança” dos eleitores, enfatiza:

(...) Mas o desafio, desta vez, tem o doce sabor da esperança. Nos últimos tempos, tivemos a oportunidade de avaliar, bem de perto, a energia, a fé e a vibração dessa gente maravilhosa. Por isso, temos condições de administrar com mais experiência, com mais conhecimento e, acima de tudo, com a autoridade que nos foi conferida pelos mais de 300 mil habitantes que partilham conosco dos mesmos sonhos de uma sociedade mais justa¹⁰⁰.

No trecho acima, percebe-se que Jairo Ataíde deixa claro que seu mandato anterior e sua análise da população montesclarenses fizeram com que ele tivesse percebido “a fé e a vibração dessa gente”. Outra observação importante é que ele destaca que tanto em uma campanha ou no início de um mandato, como no anterior, “os sonhos eram os mesmos”. Neste contexto, afirma, evidentemente frisando as virtudes de seu primeiro

⁹⁹ Oração retirada do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita do candidato a prefeito nas eleições 2000, Jairo Ataíde.

¹⁰⁰ Grifo nosso.

mandato no decorrer do discurso, que “a esperança” e o sentido nortearão seu novo mandato. Ao destacar em seu discurso a frase “Onde houver desespero que eu leve a esperança, indiretamente o candidato sugere ao eleitor tratar-se de uma figura política que também acumula a função de “instrumento do Senhor”. Reparem no trecho sublinhado abaixo, continuação do mesmo discurso, como o candidato acredita nessa frase. Sobre as problemáticas que encontrou em seu primeiro mandato e as novas possibilidades (esperanças) de sua atuação, ele afirma:

O tempo passava rápido. Contabilizamos sucessos importantes nas áreas organizacional, de educação, de saúde, de ação social, de limpeza urbana e no relacionamento com os funcionários municipais. Entretanto, o nosso objetivo principal, que era promover o desenvolvimento centrado no ser humano, a cada dia nos parecia mais distante. Ao final de dois anos de mandato, nosso ânimo permanecia o mesmo, mas o desalento começava a tomar conta de nós. Foi quando o que plantamos cuidadosamente começou a frutificar e vimos que os frutos eram bons. A resposta estava presente nos quatro cantos da cidade e do município. Obras em todas as áreas e lugares, com um povo alegre, otimista e confiante. Os conceitos estavam sendo mudados. O progresso estava de volta. Era o sinal de que Deus sempre esteve conosco, guiando nossas iniciativas. Somente Ele poderia nos iluminar e oferecer os meios para que fosse realizado um trabalho de tamanha grandeza e importância¹⁰¹.

O argumento acima, apresentado pelo então candidato que pretendia ser reconduzido ao cargo de prefeito nas eleições 2000, em Montes Claros, está marcado pela organização de idéias que buscam entrecruzar problemas, esperanças, fé e realizações por Deus. Dessa forma, esses sentimentos e realidades visíveis imbricam-se, legitimando a utilização da religiosidade cristã e da figura do Senhor como um meio de propor a solução dos problemas, gerando confiança, ao mesmo tempo em que o não cumprimento das promessas podem suscitar uma retomada da construção da mesma argumentação tanto ao longo do mandato como na posterior eleição. Evidentemente que temos ciência de que tais afirmações são possíveis para nosso objeto de análise não devendo ser encarada como um modelo determinista que valeria para todos os candidatos que utilizam o recurso religioso. Porém na propaganda eleitoral do prefeito poderíamos dizer que não por acaso, os eleitores viam e ouviam a seguinte frase: “Onde houver tristeza que eu leve a alegria” e “onde houver trevas que eu leve a luz”. Assim percebe-se que:

¹⁰¹ Grifo nosso.

É ilusório, portanto, para se instituir uma comunidade de homens livres, pretender ‘convencer’ por meio de argumentos racionais, impotentes contra a tendência de se procurar a satisfação dos interesses individuais; pois, ‘as leis são o jugo que cada um quer impor aos outros, mas não quer se ocupar pessoalmente’. (...) Mas seria ilusório e perigoso pretender suprimir as paixões, o legislador deve somente orientar-se em função da moral política e de uma religião civil. A paixão da emulação deverá para o amor pela glória nacional, para o desejo de estima do conjunto dos cidadãos ...¹⁰².

Com o intuito de “levar a luz” e conquistar a maioria dos cidadãos montesclarenses, como já exposto, o primeiro programa da propaganda eleitoral gratuita do candidato Jairo Ataíde marcou-se por uma imagem refletida da janela da Catedral de Montes Claros, onde o candidato entrecruzando mais uma vez, problemas, esperanças, fé e Deus, afirma:

O que se espera é que a evolução continue, que as conquistas sejam cada vez maiores, mas que sirvam, sobretudo, para o crescimento do ser humano, para varrer a miséria da face da terra, para acabar com a injustiça social, para distribuir melhor as riquezas, para preservar o meio ambiente, enfim, para resgatar o homem para uma existência mais digna e feliz.

Precisamos sonhar todos, porque o sonho que se sonha juntos não é sonho é realidade. Precisamos lutar por que a luta é a antevéspera dos grandes sucessos. Temos que acreditar porque a fé que remove montanhas é a mesma que torna possível descortinar novos horizontes.

Povo de minha terra: ousemos sonhar juntos e sonhar grande. Que nada nos possa separar do futuro promissor que nos espera. Obrigado meus irmãos!¹⁰³

A idéia de que “o sonho que se sonha junto não é sonho é realidade” e a crença de que “a fé remove montanhas”, somadas ao fato de endereçar o agradecimento pelo sucesso eleitoral e pelo seu “ótimo” primeiro mandato aos “Irmãos”, são argumentações que balizam nossa análise, na medida em que o irreal ou imagético são materializados pela crença. Estas sensibilidades quando unidas pelo sentido de irmandade cristã, sem dúvida

¹⁰² ANSART-DOURLIN, Michèle. Rousseau e a ideologia jacobina. Racionalismo e foro íntimo. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs). **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002. p. 17-18.

¹⁰³ Trechos retirados do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, programa do candidato a prefeito Jairo Ataíde (reeleito em 2000).

geram uma realidade que pode facilitar o cumprimento de anseios particulares de membros do executivo, do legislativo ou mesmo dos cidadãos.

Ao conversarmos com o vereador Lipa Xavier sobre nossa pesquisa, ele disse que não utiliza o discurso religioso para obter sucesso político, mas afirmou que esta prática faz parte do ambiente político da Câmara Municipal, tanto no que se refere aos apelos dos políticos, quanto no que tange aos pedidos da população. Nesta conversa como já havíamos dito nos forneceu uma Carta de Pedido que lhe havia sido endereçada, na qual é possível observar alguns apelos ao sagrado, contidos no documento:

Hoje olho descontente para meu futuro, pois estou trabalhando na Prefeitura Municipal há 2 anos e 5 meses prestando serviços no Hospital Alpheu G. de Quadros como digitador (...) o que ganho da para ajudar no meu sustento e no sustento de minha família e estou meu amigo, desesperado, com uma tristeza e ao mesmo tempo uma decepção: votei em Athos pelo companheiro Sued Botelho que sempre trabalhou por Montes Claros (...), votei por acreditar que os meus anseios, sonhos pudessem se tornar realidade e hoje me vejo nessa situação. Não estou cobrando nada de vossa excelência, pois sei que o Senhor sabe de seus compromissos com a sociedade, mas estou humildemente pedindo que vossa excelência olhasse um minuto por mim e pelo amor de Deus não me deixe perder meu emprego, pois eu vivo e dependo dele para ajudar a minha família. Continuarei apesar de tudo a depositar meu voto de confiança naquele funcionário simples da Caixa Econômica Federal que mostrou a todos que a política não se faz com demagogia, mas sim, com sabedoria e esperança em um mundo melhor. Que as bênçãos de Deus recaiam sobre vossa excelência e sobre vossa família¹⁰⁴.

Nesse depoimento, percebemos que um funcionário da Prefeitura se vê diante da angústia existente em momentos de mudança nos cargos políticos nas eleições, depois das quais as mudanças de funcionários são comuns. Diante da possibilidade do desemprego (é interessante notar a inversão de papéis), o cidadão passa a cobrar, utilizando por vezes recursos semelhantes aos dos políticos. O “desespero” em que vive o indivíduo embasa seu pedido na medida em que este “sonha” em melhorar sua condição individual e de sua família. No decorrer do texto, diante do drama da incerteza e possibilidade do desemprego

¹⁰⁴ Carta de pedido (18 de janeiro de 2005) gentilmente cedida pelo assessor de um membro do legislativo de Montes Claros.

o autor encontra lugar para demonstrar sua fé, tanto religiosa quanto política, pois demonstra confiança na realização de seu sonho por intermédio do vereador, oferecendo em troca, “humildemente”, as “bênçãos de Deus” sobre o membro do legislativo e “sua família”. Ressalta-se que, ao invés das dificuldades sociais fundamentarem o discurso político-religioso, como percebido acima, neste caso, o eleitor utiliza deste artifício para de fato concretizar seus interesses pessoais. Na inversão de papéis, o eleitor de receptor passa a ser o transmissor da mensagem que, pela via escrita, poderá servir como impulsionadora de seus interesses.

Outro candidato a vereador que também fez um apelo interessante ao público, ou eleitores cristãos, destacou o seguinte, em seu “santinho”:

Como cristão, levarei com muita seriedade, honestidade e eficácia dentro das atribuições de um vereador. Lutarei pelo social, bem comum, e qualidade de vida.

Conto com você nessa missão de mudar esta triste realidade de uma população que geme com tantos problemas sociais, sem teto, trabalho, péssima saúde e educação e tantos outros resultados catastróficos. No dia 1º de outubro, dá-me o privilégio de receber o seu voto para nos unirmos a favor do social e no comprometimento com Deus.

Conte comigo¹⁰⁵.

Em nossas investigações percebemos que esse apelo detém alguns aspectos “clássicos” referentes às propagandas políticas que têm como fundamentação a religiosidade. A primeira observação fundamental do trecho acima é que o fato de o candidato ser cristão lhe dá uma espécie de atestado de honestidade, seriedade e eficácia caso seja eleito. Outra questão interessante é de enquadrar o leitor/eleitor, angustiado pelos problemas sociais, em uma “missão” que se inicia a partir da campanha e que tem no voto um compromisso de fé, com vistas ao prosseguimento do sucesso político em nome de Deus. E em última instância, o candidato prevê a união com seus eleitores, proporcionada pelo momento do voto, a ser baseado no compromisso e comprometimento de ambos, candidato e eleitor, com o divino. Assim, o Cristianismo, os traumas vividos no cotidiano dos eleitores e a perspectiva de um caminho de melhoria da realidade social, far-se-á por meio da ajuda de Deus, fato que sem dúvida possibilita a união de duas noções de fé,

¹⁰⁵ Trechos extraídos de um “santinho” de propaganda de um candidato a vereador nas eleições 2000 em Montes Claros

referente a política e a religiosidade conjuntamente. Em meio a propostas políticas que conflitam dificuldades sociais e possibilidades de melhoria pelo apelo ao emotivo, o sociólogo Pierre Ansart afirma:

Entretanto, através de tantas complexidades e contradições, de sentimentos de fachada e de medos sinceros, o político conserva sua dimensão afetiva, lugar das emoções e de suas mises-en-scènes, lugar tanto da provocação dos temores como de sua terapia¹⁰⁶.

O vereador Athos Mameluque ao ser indagado acerca da utilização da linguagem religiosa ou da religião nos pedidos dos cidadãos, chegou a afirmar que:

(...) as pessoas usam é assim, eu sou da Igreja, lá são duas mil pessoas, nós não temos vereador, a gente quer abraçar um vereador. (...) Usa, o poder de aglutinação da Igreja é utilizado como moeda de troca dos pedidos, isto é comum, isto acontece¹⁰⁷.

De forma despretensiosa, este membro do legislativo reafirma a idéia de poderio de “aglutinação” propiciado pela linguagem religiosa, além de chamar a atenção para a troca de favores existente entre membros de instituições religiosas, que utilizam de sua influência sobre o grupo, fundamentada na linguagem religiosa, em troca de benefícios para o indivíduo ou instituição. Dessa maneira, a linguagem dirige-se a cada um individualmente e visa provocar a adesão ‘sincera’, assim como se inclina a mobilizar o jogo das identificações e culpabilidades¹⁰⁸.

Questionado acerca da utilização de tal recurso pelos candidatos ao legislativo, ele afirmou que:

Se um político, até pelas dificuldades eleitorais, se ele chegar em um reduto e que ele sentir que tem um grande número de religiosos, eu acredito que grande parte dos políticos, sem querer denegrir a imagem de um político, até por que sou um, tem a tendência de querer falar a língua

¹⁰⁶ ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? Capítulo IX do livro *La Gestion des passions politiques*, tradução Jacy Alves Seixas. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: Edufu, 2002, nº. 25 e 26, jul./dez. 2001 – jan./jun. 2002.

¹⁰⁷ Entrevista concedida pelo vereador Athos Mameluque referente à sua campanha e seu mandato como vereador nos anos 2000 a 2004.

¹⁰⁸ ANSART, Pierre. Os imaginários sociais. In: **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 21-46.

*daquele público. Eu não digo que isto é normal, mas isto acontece com frequência*¹⁰⁹.

Esse trecho da entrevista é salutar, sobretudo, porque, na tentativa de se mostrar com um político que não faz uso da linguagem religiosa, o candidato diz que é uma característica do político “falar a língua daquele público”. Concentrando-nos na historicidade montesclarenses os censos apontam para uma predominância majoritária de cristãos, sobretudo católicos, fator que fundamenta nossos argumentos. Ressalta-se, como foi exposto no primeiro capítulo, que o vereador Athos Mameluque, mesmo não assumindo a intencionalidade do feito, acabou ficando constrangido e um pouco inquieto ao nos mostrar seu endereço eletrônico que destacava como símbolos de Montes Claros, a imagem da Catedral, da Matriz, da Câmara Municipal e da Prefeitura, estas servindo de “pano de fundo” para sua propaganda política naquele momento. A sentida “involuntariedade” do momento da entrevista, e mesmo a intencionalidade ou não, alegada pelo vereador ao usar tais símbolos para atrair a simpatia do eleitorado, demonstram que a relação entre política e religião caracteriza-se por uma intimidade, por vezes, maior do que imaginamos.

Inquieto também com o problema da utilização da linguagem religiosa pelos atores políticos, o cientista político Joanildo A. Burity, afirma:

*Enfim, a linguagem religiosa reforça ou exprime demandas por direitos humanos ou por identidade nacional em contextos nos quais a linguagem política ou da cultura secular são ainda muito frágeis ou tornaram-se suspeitas de autoritarismo e indiferença a sorte de milhares de pessoas. Em tudo isso, o que é público ou privado, propriamente político ou propriamente religioso, já não pode ser definido de forma categórica e estável*¹¹⁰.

O autor argumenta que com a desconstrução da fronteira entre o público e o privado, referente à política e religião, fez com que a linguagem religiosa se deslocasse em meio a esta fronteira. Como indicadores desse “deslocamento” o cientista aponta o fato de o estado estar se preocupando na contemporaneidade com a esfera privada e íntima dos

¹⁰⁹ Entrevista concedida pelo vereador Athos Mameluque referente à sua campanha e seu mandato como vereador nos anos 2000 a 2004.

¹¹⁰ BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Rev.de Estudos da Religião - REVER**. 2001. n. 4, p.31. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso 3 Jan. 2006.

indivíduos. Como exemplos, cita o controle da natalidade e a igualdade feminina. Destaca também a ampliação da oferta religiosa e da competição entre as diferentes religiões em última instância, enfatiza que após o militarismo o indivíduo passa a ter um papel importante como sujeito político reconhecido pelo estado. Segundo o mesmo autor,

*(...) é notório que para além das reafirmações permitidas pela linguagem da ‘volta da religião’ ou da ‘ampliação da esfera pública ou política’ o que se passa é **uma mudança na definição do que seja política ou religião**. De um lado, os limites do político extrapolam o estado, o que atesta a insuficiência do neutralismo e da separação entre igreja e estado para disciplinar a relação religião/política. De outro lado, há uma visível **desinstitucionalização** da religião, que se traduz na proliferação de igrejas, movimentos e grupos informais, que não mais se prendem aos protocolos de autorização ou sanção eclesiástica, bem como na difusão/disseminação do religioso para além das fronteiras reguladas pelas instituições religiosas¹¹¹.*

Nessa mesma vertente, Bertrand Russel, em *Filosofia entre a religião e a ciência*, afirma que o liberalismo é uma doutrina que procura manter a coesão social sem se basear no dogma irracional, ou seja, manter a ordem pela racionalidade. Em contrapartida a este intento, a autor afirma que:

A coesão social é uma necessidade, e a humanidade jamais conseguiu, até agora, impor a coesão mediante argumentos meramente racionais. Toda comunidade esta exposta a dois perigos opostos: por um lado, a fossilização, devido a uma disciplina exagerada e um respeito excessivo pela tradição; por outro lado, a dissolução, a submissão ante a conquista estrangeira, devido ao desenvolvimento da independência pessoal e do individualismo, que tornam impossível a cooperação¹¹².

Em meio a esta “fossilização” e “dissolução” da ordem social é que argumentamos que a linguagem cristã em apropriação política em Montes Claros encontra-se “neste vazio”, ou melhor, preenche este espaço nas sociedades neoliberais contemporâneas, cuja população é predominantemente cristã. No mesmo, texto o autor ainda expõe que:

¹¹¹ BURITY, Joanildo A, *op. cit.*, p. 30

¹¹² RUSSEL, Bertrand. *Filosofia entre a religião e a ciência*. p.15. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000061.pdf>>. Acesso em 3 jan. 2006.

O cristianismo popularizou uma idéia importante, já implícita nos ensinamentos dos estóicos, mas estranha ao espírito geral da antiguidade, isto é, a idéia de que o dever do homem para com Deus é mais imperativo do que o seu dever para com o Estado. A opinião de que 'devemos obedecer mais a Deus que ao homem', como Sócrates e os Apóstolos afirmavam, sobreviveu a conversão do cristianismo¹¹³.

Acreditamos que esta idéia de Deus acima do Estado, do homem e da razão é exatamente o que baliza a linguagem cristã até os dias atuais. Neste sentido, mesmo em um Estado laico, o político ao se apropriar desta premissa consegue utilizar um recurso importante que dá a ilusão da coesão social, fato fundamental para uma conquista de voto, ou mesmo para a realização de um pedido. Com tal recurso, a afinidade entre os que acreditam em tal pressuposição de que Deus é imperativo e supremo cresce muito, fazendo surgir uma relação de fidelidade e proximidade, mesmo diante do extremo individualismo, marcante na sociedade brasileira. Argumentamos ainda que seja exatamente este efervescer de individualidades constantes que possibilita a proliferação de apelos fundamentados na figura de Deus

Bakunin, procurando discutir sobre a relação entre *Deus e o Estado*, esclarece que:

É preciso lembrar quanto e como as religiões embrutecem e corrompem os povos? Elas matam neles a razão o principal instrumento da emancipação humana e os reduz a imbecilidade, condição essencial da escravidão. Elas desonram o trabalho humano e fazem dele sinal e fonte de servidão. Elas matam a noção e sentimento da justiça humana, fazendo sempre pender a balança para o lado dos patifes triunfantes, objetos privilegiados da graça divina. Elas matam o orgulho e a dignidade humana, protegendo apenas as submissões e os humildes. Elas sufocam no coração dos povos todo o sentimento de fraternidade humana, preenchendo-o de crueldade¹¹⁴.

O tom generalista expresso na frase acima e a temporalidade do texto, situada a sua escrita no século XIX, evidentemente que nos trazem ressalvas ao trabalharmos nossas fontes. Bakunin escreveu em um momento de defesa dos ideais socialistas revolucionários, que pautava numa de suas premissas a crítica a Deus, sobretudo em sua relação com o Estado. Porém, uma idéia clara, contida nos argumentos desenvolvidos pelo autor e que

¹¹³ RUSSEL, Bertrand, *op. cit.*, p. 5.

¹¹⁴ BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. P. 19. Disponível em: < [http:// www. dominipublico. gov. br/ search.htm?query=Deus+e+o+Estado&Search=>](http://www.dominipublico.gov.br/search.htm?query=Deus+e+o+Estado&Search=>). Acesso em 2 jan. 2006.

contribui para nossa investigação, diz respeito ao ideal de Deus como soberano, justo e digno, contrapondo-se a razão e tornando a humanidade subserviente. O autor nesta mesma obra, chega a afirmar que a generalização da potencialidade divina serviu como instrumento de dominação de líderes políticos como Napoleão III e o rei Guilherme da Prússia. Ou seja, o ideal de autoridade, respeito, dominação e admiração almejadas por inúmeras lideranças políticas é um recurso importantíssimo disponível para o político. Dessa forma, “no momento em que Deus, o Ser perfeito e supremo, posiciona-se em relação à humanidade, os intermediários divinos, os eleitos, os inspirados de Deus, saem da terra para esclarecer, dirigir e governar a espécie humana em seu nome”¹¹⁵.

Ao considerarmos a historicidade monstesclarense nos anos de 2000 a 2004, ressalta-se que entendemos o espaço de utilização do imaginário político-cristão como um campo de constante disputa. Neste sentido, ressalta-se o uso da proteção divina como um meio de fortalecimento de indivíduos, candidatos ou não.

Ao investigarmos as proximidades existentes entre a religião e a política percebemos que, nas repúblicas democráticas pluralistas ocidentais, a invenção das práticas que fortalecem a propaganda das repúblicas e da democracia, tem muitas vezes características semelhantes as da religião. A partir de tal pressuposto, percebe-se que, assim como nas religiões cristãs e na maior parte das demais, o culto à personalidade, a heroização de seus representantes e o próprio sufrágio universal são exemplos da denominada religião civil. Michel de Certeau afirma:

A erosão do cristianismo deixou um traço indelével na modernidade: a ‘encarnação’ ou historicização que já no século XVIII Rousseau denomina de uma ‘religião civil’. (...) Esta visão profética, muito menos incoerente do que se dizia, já articula o desenvolvimento de uma dogmática ‘civil’ e política sobre a radicalização de uma consciência individual desligada de todo o dogma e privada de poderes¹¹⁶.

Ainda sobre o pensamento de Rousseau, discutindo a idéia de religião civil no Contrato Social, Michèle Ansart-Dourlen afirma que “a finalidade não é fazer dele (indivíduo) um ser de razão – tarefa impossível -, mas atingir sua consciência pela

¹¹⁵ BAKUNIN, Mikhail, **op. cit.**, p. 30.

¹¹⁶ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 283-284.

mediação de seus afetos, conseguir ‘fazê-lo amar as leis’ ”¹¹⁷. Destaca ainda em seu texto que um legislador do Estado deve ter sua autoridade proveniente de uma ordem moral e religiosa. Assim o “chefe” provocaria livremente a adesão dos indivíduos pautada na recorrência aos mitos e na transcendência divina. Ou seja, a fé no divino legitimaria uma consistência dos valores coletivos possibilitando o apoio da sociedade¹¹⁸.

Emile Durkheim afirma que alguns conceitos positivos sobre religião impediram muitos estudiosos de perceberem a funcionalidade e imbricação existente entre a religião e a sociedade. Considerando a experiência religiosa como a experiência das forças coletivas funcionando como autoridade moral para a sociedade, o autor enfatiza que:

*Na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos, deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, apesar da diversidade de formas que tanto uma como as outras pudessem revestir, têm sempre a mesma significação objetiva e desempenham por toda parte as mesmas funções. São esses elementos permanentes que constituem o que há de eterno e de humano na religião; eles são o conteúdo objetivo da idéia que se exprime quando se fala da religião em geral*¹¹⁹.

Em busca destas mesmas funções o autor pontua que as funções religiosas objetivam exprimir e explicar o que há de constante e regular na sociedade e não o extraordinário e o imprevisto. Assim, a religião, longe de estar circunscrita ao irracional, serve como instrumento explicativo que representa as relações sociais. Ainda, na perspectiva durkheimiana, destacamos a idéia de religião civil que emerge diante desta funcionalidade racional expressa pela noção de religião. Desse modo, a religião civil é composta de ritos e símbolos fundadores que representam a nação (no nosso caso o município), da mesma forma como ocorre no Cristianismo, daí as aproximações e reflexões que se seguem no decorrer do texto.¹²⁰ Ao entrecruzarmos a perspectiva deste autor com a idéia de eleições periódicas e voto obrigatório, tem-se a impressão de que estamos em uma Igreja e que somos participantes de uma religião obrigatória que, paradoxalmente, tem como *slogan* principal a liberdade. Esta, talvez seja a religião social no Brasil em que a

¹¹⁷ ANSART-DOURLEN, Michèlle. Rosseau e a ideologia jacobina. Racionalismo e foro íntimo. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002. p. 18.

¹¹⁸ Ibid., p. 15-29.

¹¹⁹ DURKHEIM, Emile, **op. cit.**, p. X.

¹²⁰ Ibid., p. X.

cada quatro anos renova-se a esperança em um novo político, às vezes, protegido ou atacado por “armas” político-religiosas.

No decorrer de nossas investigações encontramos em Montes Claros alguns indícios que possibilitam perceber como, por vezes, a aparente dicotomia existente entre Igreja, política e Estado, desafiam ainda a opinião de alguns políticos mais céticos. O vereador Lipa Xavier, apoiado pelos membros de seu gabinete, além, como já exposto, de frisar sua não utilização da religião como propaganda política, falou da importância de se ler o “*Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros (2004)*” a fim de saber por que nas reuniões de vereadores há uma leitura da Bíblia. A indagação era: Será que isto é regimental? Após analisarmos o Regimento da Câmara encontramos no Capítulo IV (Do Secretário) que uma de suas atribuições é “proceder a leitura da Bíblia Sagrada ...”¹²¹, fato corrente nas reuniões públicas¹²². O interesse especial na análise dessa fonte está associado à indagação de que se o Estado é laico como a leitura da Bíblia é obrigatória? No mínimo, trata-se de um fato intrigante, que demonstra a presença “legal” de devoções cristãs na Câmara Municipal de Montes Claros.

No legislativo de Uberlândia a presença de símbolos político-religiosos também foi marcante, inclusive gerando polêmica e disputas entre representantes das Igrejas Cristãs no legislativo (como exposto no primeiro capítulo), por causa de mudanças na bandeira, que recebeu a frase “Deus Está Aqui”. Outros episódios alimentaram a discussão. O *Jornal Correio de Uberlândia*, do dia 21 de agosto de 2005, destaca mais dois, além do da bandeira:

*Primeiro foi o sumiço repentino do crucifixo pendurado acima da mesa diretora da Câmara Municipal. Depois veio a mudança na bandeira do Município, que recebeu a frase ‘Deus Está Aqui’. A última foi o questionamento sobre o feriado do dia 15 de agosto, quando a comunidade católica de Uberlândia e região presta homenagem a Nossa Senhora da Abadia.*¹²³

Nosso olhar neste momento volta-se para os símbolos “republicanos” Câmara Municipal, bandeira e mesmo feriados. Nesse último caso, o feriado é cristão, mas vale

¹²¹ REGIMENTO INTERNO. **Câmara Municipal de Montes Claros**. Artigo 49. Câmara Municipal de Montes Claros/MG, 2004. p. 19.

¹²² Ibid., p. 37.

¹²³ TORRES, Wallace. Discurso religioso esta proibido. **Jornal Correio**. 21 ago. 2005. p. 4.

lembrar que é comum nas repúblicas a criação de inúmeros feriados que enaltecem a figura de políticos. Percebe-se que símbolos religiosos, sobretudo católicos, como o crucifixo, e mesmo figuras representativas como Deus e Nossa Senhora da Abadia, não por acaso, como percebemos também em Montes Claros, fazem-se presentes nas Câmaras Municipais e em outros ambientes políticos. Assim, cabem pelo menos duas observações. Na primeira, a tradicional influência católica que institucionalmente se faz presente na realidade política brasileira, haja vista ser esta a religião predominante. Outro ponto importante refere-se ao poderio imagético tanto dos símbolos religiosos, quanto dos republicanos, os quais, “separados” podem ter um poder de apreensão de anseios coletivos, mesmo que por vezes de forma apenas imaginária, e juntos esse poderio é ainda maior.

Neste sentido, chama-nos a atenção, por exemplo, a cerimônia católica chamada entronização¹²⁴. Esta opção deve-se ao fato de encontrarmos nesta cerimônia, uma contextualização de ordem política que nos instigou, por acreditarmos que seu sentido é de uma amplitude por vezes muito maior do que a perceptível à primeira vista.

Assim, a obrigação dos membros do legislativo de lerem passagens bíblicas no início das reuniões, forte influência cristã, é algo comum que encontra no episódio da entronização um momento importante para a reflexão acerca da influência católica na política montesclarenses. Pensando na questão contextual – política/religiosidade – e baseado na obra *As Faces do Legislativo*, de Jorge Tadeu Guimarães, nos vimos diante de uma entronização, inclusive com oração proferida pelo bispo de Montes Claros no ano de 1949.

(...) Oração proferida por D. Antônio de Almeida Morais Júnior, Bispo de Montes Claros, na Sessão Extraordinária Solene de Entronização da imagem de Cristo na Sala da Sessão da Câmara Municipal (...). Mais no final da eloqüente Oração, S. Exma. Revma. assim profere: ‘Hoje, Senhor, os que governam a cidade de Montes Claros te colocam em trono de Glória. Que nunca, Ó Senhor, eles desmintam o gesto deste dia histórico; que nunca eles possam trair pela hipocrisia ou pela venalidade, a justiça que Tu imperas, e a dignidade que impõe a Tua imagem; que nunca eles, os que governam, se julguem acima dos Teus direitos divinos e acima de Tuas Leis Sagradas. Que nunca, Senhor, eles reneguem a Tua verdade e o Teu amor!’. Dado e passado no dia 29 de maio de 1949¹²⁵.

¹²⁴ Entronizar significa colocar uma imagem sagrada em altar ou lugar de honra.

¹²⁵ GUIMARÃES, J. T. **As Faces do Legislativo: Montes Claros - 50 anos, 1947-1997**. Montes Claros: Arapuim, 1997. p. 35.

Seguindo a mesma vertente e em consequência desta entronização, no dia 04 de julho de 1952, consta em Ata da Câmara Municipal que o vereador José Nunes Mourão saudou o bispo, acentuando que os poderes Legislativo e Eclesiástico, unidos, um no campo temporal e outro no espiritual, muito realizariam pelo engrandecimento e progresso de Montes Claros.

Durante a cerimônia o bispo intenta expor que os poderes temporais estão sobre as bênçãos e a vigilância, ou seja, estão antepostos ao amor divino, pois “os que governam a cidade de Montes Claros te colocam em trono de glória.” Passados três anos, registra-se em Ata da Câmara Municipal do referido município que os poderes espirituais e temporais – agora em um patamar de maior igualdade – são fundamentais para o progresso da cidade. O que podemos destacar neste contexto cerimonial é que, ao mesmo tempo em que a Igreja ingressa na política - tanto literalmente como implicitamente –, esta última apropria-se desta religiosidade embutida em suas entranhas para justificar e legitimar o sucesso de suas “intenções de progresso”.

Ainda acerca da importância deste cerimonial católico tanto para a Igreja quanto para as estratégias políticas de outras instituições - como as instituições - que também são privilegiados com a entronização cabe referência à obra *A Sacralização da Política*, onde Alcir Lenharo aborda que no Estado Novo – 1930/1945 – o processo de entronização era fato corrente nas fábricas, pois com esta obtinha-se uma satisfação clerical seguida de uma excelente ajuda no controle dos trabalhadores que passaram a trabalhar e a se empenhar em nome de Deus, sendo que “a imagem de Jesus Cristo entronizada nas fábricas serviria de ‘guia e consolo’”. Como elucidação da discussão proposta sobre o poder e as vantagens mútuas proporcionadas pela cerimônia da entronização, LENHARO destaca:

Claro está que boa parte dos símbolos e imagens próprios do discurso teológico foram contrabandeados e secularizados, convertendo-se em matéria de domínio público. À Igreja coube tentar manter o significado religioso original e, reverso da medalha, aproveitar o intercâmbio para melhor agir/interagir no ‘mundo’¹²⁶.

¹²⁶ LENHARO, A. *A Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 170.

Dialogando com as fontes empíricas em busca de pistas para melhor elucidar as relações existentes entre religião e política em Montes Claros deparamo-nos com algo que reforçou ainda mais a tese de que, no plano local, as imbricações entre esses dois campos de atuação social vem de longa data. Trata-se do que foi denominado “A Questão do Cemitério”. Este fato foi registrado na Câmara em 03 de fevereiro de 1949 quando ocorreu "a utilização da terra do antigo Cemitério, próximo à catedral, na recuperação de ruas e estradas do município"¹²⁷. Sobre esta questão, o vereador João Soares de Carvalho discursou: "Nas ruas onde foram depositadas as terras em questão, estão aparecendo ossos humanos que, expostos, estão a chamar a atenção de moradores e transeuntes?". Esta questão refere-se ao fato de que os restos mortais seriam transportados para o Cemitério novo (hoje Cemitério do Bomfim). No ano de 1951, os ânimos se acirram, pois a Mitra Diocesana tinha grande interesse em lotear e vender a área referente ao cemitério. Porém esta vontade, esbarrava no parágrafo 1º. do Artigo 215 do Código de Posturas, que dizia:

*Antes de serem abandonados, os cemitérios permanecerão fechados durante cinco anos, findo os quais será sua área destinada a praças ou parques, não se permitindo proceder-se ai, ao levantamento de construções para qualquer fim*¹²⁸.

Contudo, o Bispo Diocesano procurou a Câmara para mudar o Artigo, o que levou a polêmica ao seu ápice. De um lado se coloca, segundo Jorge Tadeu Guimarães, a opinião do povo e da maioria da Câmara¹²⁹, do outro, a Igreja Católica e alguns cristãos fervorosos (principalmente o vereador João Antônio Pimenta de Carvalho). Elucidando a discussão, encontramos no Jornal de Montes Claros, datado de setembro de 1951, opiniões interessantes. A favor da Igreja Católica, Motejo Senior afirma que “se o terreno tem que ser utilizado para algum fim, por que motivo ali não pode e nem deve ser destinado a um bairro residencial?”¹³⁰.

¹²⁷ GUIMARÃES. J. T, **op. cit.**, p. 34.

¹²⁸ Ibid., p. 44.

¹²⁹ Contra a venda da área do Cemitério: Presidente da Câmara, Cel. João Lopes Martins. Outros nomes conhecidos no abaixo-assinado: Jáder Dias de Figueiredo, Dr. Pedro Santos, Lucílio Malveira, Pedro Prates Guimarães, Hermes de Paula, Josias Loyola, Benoni Gomes da Mota, João Martins, Gasparino Bicalho, Walter Barreto, João Valle Maurício, dentre outros (GUIMARÃES p. 45).

¹³⁰ SENIOR. M. **O Jornal de Montes Claros**, 3 set. 1951. p. 2.

Em resposta, defendendo a opinião da maioria da população e da Câmara, João Valle Maurício, expõe:

*Conhece aquela outra História Sertaneja?
Morto sim, mas respeitado. É este o sonho de todos nós.
Nossa memória, Sr. Motejo Senior, ainda está muito fresca, talvez os
nossos netos e bisnetos, não respeitem aquele local, mas nós o
respeitamos¹³¹.*

Com estas citações percebemos que "*A Questão do Cemitério*" tomou grandes proporções. E o entrecruzamento de poderes temporais e espirituais em Montes Claros vê-se em tensão. Ainda sobre esse assunto, Pedro Martins de Sant'Ana, utilizando o *Jornal de Montes Claros*, edição de 05 de setembro de 1951, manifestou-se da seguinte forma:

*De quem é por Direito firmado dito terreno. Responde a lei: da Mitra Diocesana. Que fizeram dos ossos que lá estavam sepultados? Foram transportados cristãmente para o Cemitério Público Municipal. Há quantos anos não se enterra naquele local? Há 16 anos. E o que diz a lei? Os cemitérios que há cinco anos foram abandonados, poderão ser loteados e habitados sem nenhum perigo depois de exumados os cadáveres. (...)
Quem por ventura poderá argumentar contra a Igreja que zela e ora com carinho pelos mortos. Não é a Igreja que na parte principal da missa suplica a Deus pelos mortos com a oração 'Memento étiam, Domine famulorum famulorumque tuarum (...)
Não houve, absolutamente, violação do sagrado. O amor está no coração e não nos ossos¹³².*

Segundo Pedro Martins, a Mitra Diocesana não violaria o sagrado. Porém o fato é que o sagrado violado ou não, interferiu e muito no fim desta história. Sendo "pressionado pela alta cúpula da Diocese, o Prefeito Enéas Mineiro de Souza concedeu licença de loteamento e licença para construção, sucessivamente, 'em plena vigência da Lei proibitiva, contra a vontade do povo" e de grande parte da Câmara Municipal.¹³³

Consolidada a mudança definitiva do cemitério e tendo início às obras, a opinião pública começou a se dividir. No dia 09 de setembro de 1951, na Procissão em honra de Nossa Senhora da Aparecida, os padres - respondendo a possíveis insultos - agravaram a

¹³¹ MAURÍCIO, J. V. *O Jornal de Montes Claros*, 5 set. 1951. p. 1.

¹³² SANT'ANA. *O Jornal de Montes Claros*, 5 set. 1951. p. 2.

¹³³ GUIMARÃES, J. T., *op. cit.*, p. 46.

“Questão do Cemitério”, desmoralizando a Câmara Municipal. Em meio a tensão, o próprio Dr. Pimenta de Carvalho (favorável aos interesses diocesanos) afirmou na sessão legislativa do dia 03 de outubro de 1951, que “a Câmara, coletivamente e individualmente, foi desautorizada, ultrajada e ridicularizada por altas pressões do clero diocesano”¹³⁴.

O desfecho final da questão foi possível sob submissão da Câmara que cedeu às pressões diocesanas e “nos dias que se seguiram à famosa procissão, os Vereadores, em reuniões extraordinárias, resolveram atender aos interesses da Mitra Diocesana, revogando o artigo 215 do Código de Posturas”¹³⁵.

O historiador Laurindo Mékie Pereira, em estudos desenvolvidos sobre a realidade regional, ainda que com outros objetivos, também constatou a influência da religiosidade cristã nas práticas políticas em Montes Claros nos anos de 1940 a 1950. Segundo ele, as relações sociais e políticas que tiveram lugar naquele município, permitiram reunir em dois grupos as formas de obtenção, legitimação e perpetuação do poder.

No primeiro estão as “medidas não práticas”, onde temos a propaganda, os discursos e teatralização do poder. O segundo é formado pelas “medidas práticas” como a prestação de favores pessoais, a violência e a fraude.

Dentro desses grupos, chamou-nos a atenção o das medidas “não práticas”. Nestas o autor enfatiza que “havia um componente afetivo e religioso que amenizava essas relações, fortalecendo-as e fazendo aparecer os princípios de solidariedade e reciprocidade”¹³⁶. Foi com este intuito que o Bispo Luiz Victor Santori foi o porta-voz e conciliador de partidos divergentes da política montesclarenses da época. Devido ao apoio dado a JK - considerado por muitos como norte-mineiro - houve uma insatisfação popular com a questão da energia, pois o governo estadual de Juscelino investiu muito na energia em outras regiões, em detrimento do Norte de Minas. No ano de 1953, em consequência do referido fato, houve um racionamento de energia na cidade, e foi o Bispo quem tomou a frente das lideranças políticas para conciliá-las e resolver os problemas perante as lideranças nacionais:

¹³⁴ GUIMARÃES. J. T, *op. cit.*, p. 46-47.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 47.

¹³⁶ PEREIRA. L. M. **Dependência, Favores e Compromissos: relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50**. 2001. f.59. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

*Em maio de 1955, o Bispo Luiz Santori chefiou uma comissão de lideranças e visitou o então governador Clóvis Salgado. Na reunião estavam os presidentes das Associações Rural e Comercial, o presidente da Câmara e o Prefeito de Montes Claros. Ficou acertada a criação da Cia Hidroelétrica do Norte de Minas ... sob a direção da CEMIG...*¹³⁷

Além destas claras demonstrações de atuação, influência e importância de padres e bispos nas questões políticas, encontramos, no decorrer da dissertação, outras evidências igualmente interessantes como a utilização das missas nas festas e nas aberturas de praticamente todos os eventos políticos, o uso de palavras de exaltação aos políticos - dando caráter divino a estes - e inúmeras outras partes deste "*componente afetivo e religioso*", os quais, em vários momentos, cumpriram o papel de amenizar e facilitar a vida política dos coronéis locais. No capítulo 2 de seu livro *A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*, Pereira discute "*a sacralização da instância do político*". Percebemos que os coronéis do passado recorreram à religiosidade para a consolidação de sua figura política. De maneira análoga, tais recursos continuaram sendo utilizados pelos políticos que ocuparam os espaços da Câmara e da Prefeitura Municipal de Montes Claros durante o período coberto por esta pesquisa, ainda que, neste caso, em pleno primeiro quadriênio do século XXI. Nesse sentido o autor afirma que

*as representações do 'guia', o 'condutor de massas' inato, dotado por Deus para orientar e 'conduzir os destinos' ou profundo conhecedor da sociedade por sua, 'cultura' são enfatizadas no sentido de projetar a liderança do político para uma dimensão superior, não acessível a todos*¹³⁸.

Ainda acerca da construção de símbolos político-religiosos, um episódio interessante da história de Montes Claros foi a criação de um Brasão para a cidade, um Brasão de Armas¹³⁹, incentivado pelo Dr. Hermes de Paula. É importante lembrar que esta construção tinha dois objetivos e representavam momentos históricos fundamentais na história nacional e municipal. No nível nacional um Brasão enquadrava-se na construção do imaginário republicano, assim como discorre José Murilo de Carvalho em *A Formação das almas*. Em seu estudo, o autor enfatiza a predominância de grupos positivistas que, dentre

¹³⁷ GUIMARÃES, J. T, *op. cit.*, p. 21-22.

¹³⁸ PEREIRA, L. M, *op. cit.*

¹³⁹ Segundo Hermes de Paula este Brasão representaria simbolicamente a cidade de Montes Claros.

outros aspectos, viam na produção imagética uma forte aliada para a construção do imaginário republicano. Atendo-nos à questão municipal, ocorria em Montes Claros, em 1957, a festa do Primeiro Centenário do município, e o Brasão deveria simbolizar os valores republicanos e monstescclarenses. Interessante notar que para tal fim, haveria a utilização de recursos cristãos típicos do município e da federação em questão.

O Brasão consta de um escudo português, significando ou lembrando a nossa origem; (...) duas figuras de lis, como símbolo de Nossa Senhora da Conceição e São José, que foram os padroeiros invocados por ocasião da fundação do povoado (...). Sob o escudo consta o versículo do Salmo: 'SUB UMBRA ALARUM TARUM', sugerido pelo historiador Augusto Lima Júnior¹⁴⁰.

Como sabemos o Brasão representaria um símbolo de Montes Claros. A partir daí, temos o destaque dado à construção da Capela, e o recurso da utilização de um salmo. Pois, de acordo com os nossos estudos o imaginário cristão ao ser enfocado dá uma maior "força" e identificação dos cristãos com o Brasão.

Em *A Formação das Almas*, o historiador José Murilo de Carvalho destaca a construção e utilização da imagem de Tiradentes para a consolidação da República no Brasil. Nessa obra, o autor constata que a criação de um herói foi um recurso utilizado pelos republicanos para fortalecerem os seus ideais. O intuito era fazer com que o Herói tivesse aceitação popular e a imagem de Tiradentes era associada, na maioria das vezes, à de Jesus. Nesse sentido afirma que:

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. (...) Mirabeau disse com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo¹⁴¹.

Essa busca pela manipulação do imaginário social foi à tônica das eleições 2000 e, como já frisamos, a linguagem religiosa fez parte desse cenário de jogo ou disputas

¹⁴⁰ BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 1983. p. 32.

¹⁴¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 11.

simbólicas que percorrem o momento eleitoral. Porém, além de panfletos, “santinhos”, horário de propaganda eleitoral e diversos recursos de propaganda que serviram como fontes para a análise, visitamos a Câmara Municipal e também procuramos perceber como eram os discursos políticos nesse espaço da política “laica” montesclarenses. As Atas de sessões ordinárias do legislativo municipal de Montes Claros, mesmo sendo fontes “oficiais”, serviram-nos para algumas observações, como podemos perceber abaixo:

RAIMUNDO PEREIRA. *Rogamos a Deus pela sua misericórdia, que possamos fazer um trabalho em prol de uma sociedade carente, aqui desta tribuna sempre fiz a defesa dos pobres, idosos, doentes e rogo ao meu Deus que aqui desta tribuna eu posso continuar fazendo aquilo que Deus colocou no meu coração. Não estou aqui para ser radical com meus colegas, só peço a Deus que me dê a consciência e a virtude, certeza de fazer o bem em causa daqueles que necessitam de nosso trabalho*¹⁴².

Esse é mais um dos treze discursos¹⁴³ que rogam, agradecem ou pedem a Deus as bênçãos para o início dos trabalhos legislativos montesclarenses, após a eleição de 2000. Lembremo-nos novamente também que, segundo o Regimento da Câmara esta reunião também contou com “a leitura de um versículo da Bíblia”¹⁴⁴ feita pela vereadora Maria Helena Lopes. Atendo-nos ao discurso do vereador Raimundo Pereira percebe-se que seu mandato seria regido por Deus que lhe daria “consciência e a virtude”¹⁴⁵. Além disto, novamente a idéia de problemas sociais como legitimadores de um espaço onde o apelo ao sagrado encontra força para se inserir no discurso político. Outro aspecto interessante é que o possível insucesso, possibilidade que evidentemente o vereador não “crê” que acontecerá está protegido pela “misericórdia divina” rogada desde o início.

Evidentemente, algumas passagens da história montesclarenses, como a entronização – destacada anteriormente - e a leitura obrigatória da bíblia, legalizada pelo

¹⁴² Ata da sessão ordinária do legislativo municipal de Montes Claros realizada no dia 02 de janeiro de 2001.

¹⁴³ Lista de representantes do legislativo no pleito de 2000 a 2004: Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo (presidente da Câmara), Maria Helena de Quadros Lopes (secretária titular), Ademar de Barros Bicalho, Sebastião Prislino Alves, Aldair Fagundes Brito, Afrânio Eleutério Nogueira Júnior, Aurindo José Ribeiro, Cristian Vladimir de Araújo Simões (Kiko Canela), Euripedes Xavier Souto (Lipa Xavier), Gilson Dias, Josedilson Alves dos Santos, José Hélio Guimarães de Carvalho, José Marcos Martins de Freitas, José Maria Saraiva, Maria de Fátima Pereira Macedo, Osmar Avelino Pereira, Paulo Gustavo Dias Lopes, Raimundo Pereira da Silva, Rosemberg Medeiros, Sebastião Ildeu Maia, Sued Kennedy Parrela.

¹⁴⁴ Ata da sessão ordinária do legislativo municipal de Montes Claros realizada no dia 02 de janeiro de 2001.

p. 1.

¹⁴⁵ Ata da sessão ordinária do legislativo municipal de Montes Claros realizada no dia 02 de janeiro de 2001.

p. 1.

Regimento da Câmara de Montes Claros, além da construção e idolatria das imagens de alguns políticos, é característica da República brasileira e em Montes Claros não é diferente. Contudo, ao analisarmos a documentação oficial da Câmara (Atas e Regimento), as eleições, as Cartas de Pedidos dos eleitores, é perceptível que o apelo à tradição cristã, justificado pelas inúmeras problemáticas cotidianas, é algo que passa da Câmara como obrigação constantemente utilizada, até aos apelos proferidos por eleitores que exigem direitos ou pedem favores. Enfocando esta relevante influência da religiosidade católica na Câmara de Montes Claros, nossas pesquisas nos mostraram alguns episódios interessantes que retratam que a importância e a influência do Cristianismo, na Câmara e nas relações políticas montesclarenses, é um fator que sem dúvida faz parte da história da política desta cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pelo amor de Deus, me ajude a conseguir um emprego! Ou me dê armas instrumentos para poder alcança-lo. (...) Obrigado! Termino esta, com uma confiança que nunca depusitei em ninguém! Abraços e Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo”¹⁴⁶.

Uma questão interessante referente a esta carta de pedido e que marca nossas investigações refere-se à idéia de utilização do imaginário religioso com instrumento que possibilita a realização de desejos. Ou seja, Deus e mesmo a religião durante o período de 2000 a 2004, fizeram parte não só da vida dos fiéis, mas também das disputas sociais, sobretudo condizentes com a eleição de 1º de outubro de 2000 e com o ambiente da Câmara Municipal que, entre discursos, pedidos, imagens e atitudes, mostrou que, dentre outros recursos, a recorrência ao divino teve um lugar especial.

Em busca de investigar acerca da união existente entre argumentos religiosos e práticas políticas em Montes Claros, no período aqui enfocado, procuramos de formas diferentes mostrar como se materializaram as disputas políticas, além de intentarmos demonstrar também de que maneira os indivíduos utilizaram simbolicamente a religião, ou mesmo a crença religiosa da população com intuito de buscarem uma afinidade para com o receptor e assim conquistarem o que almejavam. Nesse sentido, enfocamos a propaganda eleitoral, os discursos políticos, as opiniões dos políticos eleitos a respeito do tema, as cartas de pedidos a membros do legislativo, o empenho de organizações religiosas em formar ou apoiar determinados políticos e as disputas existentes entre religiões e políticos que se apegam às dificuldades, ao poderio imagético da linguagem dos símbolos religiosos e das crenças populares, sobretudo ligadas ao Cristianismo.

Acerca da propaganda eleitoral, alvo de nossas primeiras inquietações foi comum à utilização de símbolos cristãos e a associação entre o discurso político e religioso com vistas a atingir, ou melhor, sensibilizar o eleitorado. Recurso que, dentre outros, fomentou a campanha política de muitos membros de legislativo e do executivo em Montes

¹⁴⁶ Carta de pedido enviada ao vereador Aurindo Ribeiro no dia 15 de novembro de 2004.

Claros no ano 2000. Outro aspecto, destacado, sobretudo no primeiro capítulo, refere-se à ampliação do poderio imagético político-religioso cristão através da televisão.

Preocupados em não entender o cidadão “comum” como um mero telespectador das argumentações políticas, procuramos inverter a análise e perceber como as pessoas reagiam ou mesmo atuavam na Câmara Municipal após a eleição dos candidatos. A partir de então, uma documentação cara a nossa pesquisa sem dúvida foram as “cartas de pedidos”, cedidas gentilmente por alguns membros de legislativo, que confessaram se desfazer delas em um período muito curto, ou na melhor das hipóteses, eram acumuladas até o mandato seguinte. Ou seja, a documentação provavelmente não existirá num futuro próximo. Além disso, o conteúdo encontrado nessas correspondências é muito interessante, pois é freqüente a utilização desse recurso na busca de empregos ou resolução de outras questões de ordem pessoal. Para tal intento, candidatos e cidadãos Lançam mão do apelo a Deus, ou mesmo a organizações religiosas as quais pertencem. Nesse ponto, deparamo-nos como uma questão central o eleitor também utiliza recursos semelhantes ao utilizado pelo político. Ou seja, a linguagem simbólica religiosa funcionando como um meio importante para a conquista e a criação de uma cumplicidade e fidelidade que possibilitam o sucesso do pedido.

Ao investigar a documentação da Câmara Municipal e mesmo alguns jornais municipais, estaduais e nacionais, percebemos que a preocupação das religiões e mesmo dos políticos em utilizar apelos religiosos com finalidade de conquista de fiéis ou de votos foi um fato corriqueiro e curioso. Pois, mesmo que por intenções distintas, mais uma vez, a linguagem político-cristã fundamentou interesses de determinados grupos ou indivíduos.

Outro ponto importante que perpassou nossas discussões, mas que ganhou maior evidência no segundo capítulo, está sintetizado no trecho da oração de São Francisco que diz: “onde houver desespero que eu leve a esperança e onde houver dúvida que eu leve a fé”. Acreditamos que os sentimentos de desespero e dúvida, característica do cotidiano de muitos montesclarenses, assim como da população de todo o país, geram, por si só, a possibilidade da utilização de propostas políticas fundamentadas na crença religiosa cristã da população. Da mesma forma que o cidadão em dificuldade também costuma utilizar-se dessa “arma político-religiosa” para procurar sanar seus problemas, como exposto

anteriormente. Esta particularidade comum existente nas relações políticas montesclarenses marcou o desenrolar de todo o texto.

Em um discurso, na Sessão da Câmara dos Deputados, do dia 08 de julho de 2003, o então deputado Athos Avelino (prefeito eleito em 2004), ao exaltar as qualidades da cidade, apelidada de “Princesa do Norte”, pediu permissão para o presidente da Câmara e utilizou um verso do poeta Wanderlino Arruda que dizia:

Deus te salve, Montes Claros,
Deus te ajude
no progresso,
no crescimento,
na poesia,
na seresta,
na alegria da hospitalidade,
que é a tua maior virtude.
Es humana,
tens beleza.
sabes amar,
sabes sofrer, sabes esperar
*por um futuro melhor*¹⁴⁷.

Contudo, o deputado¹⁴⁸ encerra seu discurso, ligando a política a Deus e pedindo a Ele em um recinto, símbolo das repúblicas laicas, para contribuir com o progresso. Pois a maior virtude da cidade é que ela sabe amar, sofrer e esperar por um melhor futuro. Preocupados com esta espera que pode tardar, eleitores constantemente exigem seus direitos como procuramos expor nas cartas de pedido que, sem dúvida não são o único meio de não esperar. Um texto dissertativo também pode tentar contribuir com esta reação. E esta foi uma motivação que estimulou a construção desta dissertação, onde a linguagem de cunho político e religioso também esteve presente, mesmo que sendo criticada.

¹⁴⁷ Discurso do Deputado Athos Avelino – PPS/MG, na sessão da Câmara dos Deputados do dia 08 de julho de 2003.

¹⁴⁸ O então deputado Athos Avelino foi eleito prefeito de Montes Claros nas eleições de 2004.

FONTES

1) ESCRITAS

- “Santinhos” e panfletos distribuídos por candidatos aos cargos de prefeito e vereadores das eleições 2000 em Montes Claros.
- Panfletos distribuídos pelos membros do legislativo, Aldair Fagundes e Aurindo Ribeiro no pleito de 2000 a 2004.
- Carta de solicitação de pedidos de emprego endereçadas aos vereadores Lipa Xavier e Aurindo Ribeiro eleitos em 2000 reeleitos em 2004.

Lipa Xavier: - Carta de solicitação de emprego recebida em 18 de janeiro de 2005.

Aurindo Ribeiro: - Carta de solicitação de emprego de 15 de novembro de 2004.

- Carta de solicitação de solicitação de emprego de 12 de maio de 2005.

- Carta da Associação de Damas de Caridade de Montes Claros solicitando o cumprimento do Estatuto do Idoso no sentido de conseguir recursos para o grupo. Enviada no dia 17 de julho de 2005.

- Ata da sessão ordinária do legislativo municipal de Montes Claros 2001 a 2004.
- Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, 2004.
- Jornais:

- *Jornal de Montes Claros* (década de 1950);

- *Jornal de Notícias* 2000-2004.

- *Jornal Folha de São Paulo* 2005.

- *Jornal O Estado de Minas* 2004-2005.

- *Jornal O Correio de Uberlândia* 2004-2005.

- *The New York Times*, 2004.

- Revistas:

- *Revista Veja* 2001-2005.

2) ÁUDIO-VISUAIS

- O Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita das eleições para prefeito e vereadores de Montes Claros em 2000.

3) ORAL

- Entrevistas:
 - Entrevista concedida pelo vereador Aurindo Ribeiro no dia 17 de agosto de 2004, referente à sua campanha e pleito de 2000 a 2004.
 - Entrevista cedida por Aldair Fagundes, no dia 28 de julho de 2005, referente à sua campanha e pleito de 2000 a 2004.
 - Entrevista concedida pelo vereador Athos Mameluque no dia 17 de agosto de 2004, referente à sua campanha e pleito de 2000 a 2004.

BIBLIOGRAFIA

ANSART-DOURLEN, Michèle. Rousseau e a ideologia jacobina. Racionalismo e foro íntimo. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002. p. 17-18.

ANSART, Pierre. Os imaginários sociais. In: **Ideologias Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 21-46.

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, jun. 2002.

BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/search.htm?query=Deus+e+o+Estado&Search=>. Acessado em 02 de janeiro de 2006.

BACZKO, Bronislaw. O Imaginário Social. In: **Enciclopédia Einauld**. Lisboa: Antroposomem, 1989.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, CAMPOS, Pedro Moacir, diretores. **II O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império**. São Paulo: DIFEL, v. 4, cap. 1.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris, diretor. **III O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel. V. 4. cap. VI.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A Representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. p. 163-208.

BOURDIEU, Pierre. O mistério do mistério: das vontades particulares à “vontade geral”. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 23-33.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1997.

BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião – REVER**, 2001, nº 4,. p.27-45. Disponível em:< <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>.[Acesso em 3 jan. 2006.

CAMPOS, Roberto. Deus, Fé e Política, **Veja 25 anos: reflexões para o futuro**. São Paulo: Abril.

CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da Língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CRAWFORD, Robert. **O que é religião?** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

DE PAULA, Hermes. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: s.ed, 1979.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 2001. Coleção História em movimento.

DELUMEAU, Jean. **Mil Anos de Felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DURKEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Tópicos).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **As Faces do Legislativo: Montes Claros - 50 anos, 1947-1997**. Montes Claros: Arapuim, 1997.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HALPHEN. Louis. **Carlomagno y el Império Carolíngio**. México: Union Tipográfica Editorial Hispano Americano, 1955.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

KANTAROWICZ, Ernst H. **Los dos cuerpos de rey**. Un estudio de teologia política medieval. Madri: Alianza, 1985.

KEHL, Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio (Orgs.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória e História**. v.1. 1989.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o quotidiano no Occidente medieval**. Lisboa: 1983.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LOPES, José Rogério. Imagens e devoções no catolicismo brasileiro. Fundamentos metodológicos e perspectivas de investigações. **Revista de Estudos da Religião – REVER**. 2003, nº 3, p.1-29.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MANOEI, Ivan A. A Esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa. In: **Estudos de História: religiões e religiosidades . Brasil, 1994-2000**. São Paulo: UNESP/Franca.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A., coordenador; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, v. 4.

MARINHO, Lily. **Roberto e Lily**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

MARTÍN-BARBEIRO, Jesus. **Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC. 1954-1975**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOURA, Sérgio Lobo de, ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris, diretor. **III O Brasil Republicano: sociedade e instituições**. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, v.2, cap. IX.

NAPOLITANO, Marcos. A Televisão como documento. In: BITTENCOURT, Circe, et al. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Dependência, favores e compromissos: relações sociais e Políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

PERRY, Marvin. Civilização Ocidental. In: **Uma História Concisa.** A Era de Carlos Magno. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira, SOUZA, Beatriz Muniz de, CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. IGREJA CATÓLICA: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris, diretor. **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964).** São Paulo: Difel. 4v. cap. VII.

PORTELLI, Alessandro. **Revista Tempo.** Rio de Janeiro, vol.1, no.2, 1996.

ROUCHE, Michel. Sagrado e segredos. In: ARIÉS, Philipe e DUBY, Georges, diretores. **História da vida privada I: Do império romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUSSEL, Bertrand. **Filosofia entre a religião e a ciência.** p.15. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000061.pdf>>. Acesso em 3 jan. 2006.

SILVEIRA, Ivonne, COLARES, Zezé. **Montes Claros de Ontem e de Hoje.** Montes Claros: Academia Montesclareense de Letras, 1995.

SIQUEIRA, Sônia A. Fontes para a história religiosa. In: Memória da I Semana da História, 1979, Franca. São Paulo: Gráfica Cairú.

TAVARES, Olga. **Fernando Collor: o discurso messiânico: o clamor ao sagrado.** São Paulo: Annablume, 1998.

VALMOR, Marcelo. **Cidades de Porte Médio e populismo**: Montes Claros, um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia do Município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos**. Belo Horizonte: Impresa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

ANEXOS

ANEXO 1: Carta de Pedido endereçada ao vereador Aurindo Ribeiro

Montes Flores
15/11/04

Ola Aurindo!

Tudo bem com voce? Espero que esteja!

Bom, esta foi a melhor forma (com tanto quanto curiosa e diferente) de ver ate voce p/ pedir a sua ajuda!

Sou a Liliana, tenho um trabalho com voce, junto a Pastoral do Idoso aqui do Bairro Monte Carmelo II (ajudo na animacao dos encontros) que inclusive to afastada no momento.

Estava eu aqui, olhando em algumas pastas, arquivos de papéis que sempre gosto de guardar, e encontrei este envelope com 1 pontinho seu dentro, foi quando tive a ideia de usa-lo p/ lhe enviar esta carta p/ o mesmo fim de que voce tambem o usou, ja que quando voce me mandou, precisava muito da minha ajuda, para que pudesse continuar seu maravilhoso trabalho, que diga-se, uma "Missão" de Deus! E eu, por consciência e preocupação pelo nosso futuro, o ajudei "informalmente", mais o ajudei.

Agora quem precisa de ajuda sou EU. e ajuda URGENTE, ja que tenho 21 anos, sou comunicativa extrovertida, capaz de tentar buscar o melhor e com muita força de vontade, nunca tive um trabalho, é isto muitas vezes sufoco com meus planos sonhos e necessidades.

Ali das dificuldades que o país todo